

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE
DA BAHIA - UESB**
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE-PPGREC**

GÉSSICA SANTOS SELES

**LUIZ GAMA: IDENTIDADES, ETNICIDADES, POÉTICAS E
RESISTÊNCIAS**

JEQUIÉ – BA
DEZ - 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE - PPGREC

GÉSSICA SANTOS SELES

LUIZ GAMA: IDENTIDADES, ETNICIDADES, POÉTICAS E
RESISTÊNCIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Phd. Itamar Pereira de Aguiar

JEQUIÉ – BA
DEZ – 2017

F466l Seles, Géssica Santos.

Luiz Gama: identidades, etnicidades, poéticas e resistências / Géssica Santos Seles.-
Jequié, 2017.
133f.; 30cm.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e
Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob
orientação do Prof. Phd. Itamar Pereira de Aguiar)

1. Literatura 2. Identidade 3. Etnicidade 4. Resistência I. Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 809

GÉSSICA SANTOS SELES

LUIZ GAMA: IDENTIDADES, ETNICIDADE, POÉTICAS E RESISTÊNCIAS.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação, em Nível de Mestrado Acadêmico, em Relações Étnicas e Contemporaneidade- PPGREC, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Campus de Jequié.

Linha de Pesquisa 1: **Etnicidade, Memória e Educação.**

Aprovada em: 20 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Itamar Pereira de Aguiar – UESB (**Orientador**)

Prof. Dr. Nivaldo Vieira de Santana - UESB
Examinador

Prof. Dr. Washington Santos Nascimento - UERJ
Examinador

Prof. Dr. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira - UNEB
Examinador

JEQUIÉ
2017

Dedico este texto a minha família,
mãe, pai e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a vida e ao universo!

Agradecimento em especial para o meu orientador Professor Itamar Pereira de Aguiar, que se fez presente nessa jornada de buscas e descobertas, na experiência que se trilha em pesquisar.

Aos professores da minha banca examinadora, Prof. Washington, Prof. Nivaldo, Prof. Sílvio, aos professores do Programa de Mestrado, em especial a Prof. Marise de Santana e Marcos Lopes, fundamentais na construção da caminhada para o saber e aprender.

Aos meus professores e amigos, aos quais tenho muito apreço e admiração, Prof. Murilo da Costa Ferreira e Prof. Vitor Hugo Fernandes Martins, minhas queridas, Professora Adriana Reis e Professora Marluce de Santana.

Minha mãe Ana Maria e meu pai Rogério Vieira, meus irmãos, sobretudo Lucas Seles, que com suas brincadeiras alegrava os meus dias, sem falar da curiosidade infantil, sempre querendo saber sobre a pesquisa. Meus tios, Romilson Seles, Kelly Morais, Reinaldo Seles e Rosangela, pelo apoio emocional e palavras de incentivo.

Amigos queridos, Roniel Figueredo, Adalaete Freitas e Marcelo de Santana meus companheiros de aulas e resenhas, e aos demais colegas. Thainá Oliveira e Jacson Alves que entraram na minha vida antes dessa jornada e permaneceram nela até sua conclusão. A minha “irmã de orientação” Ivana Novaes e Edelvito Nascimento, pelas conversas informais que muito me ajudaram a ampliar minha visão em relação à literatura. Embora uns de forma mais longa e próxima, outros de forma mais distante, porém todas importantes nesse processo acadêmico.

Aos meus entrevistados, que muito sou grata, Nancy de Souza, Benemar França, Professor Sílvio de Oliveira e Professora Elciene Azevedo, pelas contribuições fundamentais para a pesquisa, como pelo carinho, cuidado e amizade que permaneceu.

E a todas as pessoas não mencionadas, que durante este trajeto contribuíram positivamente nessa caminhada, minha eterna gratidão.

Grata também as dificuldades, pois sem elas não haveria aperfeiçoamento e crescimento.

RESUMO

A pesquisa intitulada de *Luiz Gama: identidades, etnicidades, poéticas e resistências*, trata-se de um estudo bibliográfico de caráter documental, complementado com o uso de entrevistas, enfocando na identidade étnica do poeta, jornalista e advogado Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830 – 1882), filho de uma africana com um fidalgo português. A partir dos dados de suas origens étnicas descritas pela memória, por meio da carta autobiográfica, adentrando nos poemas e narrativas, a fim de evidenciar os elementos que fortaleceram os seus ideais e impulsionaram a resistência na luta pela liberdade. Para tanto, foram utilizadas obras empenhadas em pensar a transversalidade das categorias identidade, etnicidade e pertencimento étnico, visando analisar suas produções. Tais produções que também emergem as condições do homem na sociedade brasileira do século XIX. Gama enquanto profissional, personagem importante, conquistou respeito frente aos que militaram na causa abolicionista. Sua identidade perpassa pela condição de mestiço que assumiu a sua negritude, em uma sociedade dominada pela branquitude. Na defesa de um grupo socialmente oprimido, cumpriu assim, importante papel na luta pelo justo processo de igualdade, lutando contra situações legitimadas pelo Estado. O lugar de pertencimento ocupado, sua autoafirmação identitária, juntamente com o conteúdo de denuncia social, e valorização dos costumes e culturas africanas, estigmatizadas no seu tempo, inquietando pessoas poderosas, sobretudo aqueles que se beneficiavam e lucravam com o sistema escravocrata vigente na época. Conquistou sua liberdade, e nos tribunais, libertou mais de 500 escravizados. Revisitar o legado deixado por Gama enquanto símbolo de resistência constitui-se em principal objetivo desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Identidade; Etnicidade; Resistência.

ABSTRACT

The intitled research as *Luiz Gama: identities, ethnicities, poetics and resistances*, is a biographic work of documental evidence, supplemented with interview, focusing on the ethnic identity of the poet, journalist and lawyer Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830 1882). He is son of an African woman and a nobleman Portuguese. According to his ethnic background described by memory, through an autobiographical letter, into poems and narratives, in order to evidence elements which strength his ideal and propel the resistance toward freedom. Therefore, works were utilized in order to think about transversality in identity, ethnicities and ethnic belonging, aiming to analyze their productions. Those works also arise from the human conditions in the Brazilian society in the XIX century. Gama as a professional, an important character, conquered respect regarding those who fought the abolitionism cause. His identity goes through the mestizo condition that assume his blackness, in a society full of whiteness. To defend a socially oppressed group, he fulfilled an important role in the equality process, fighting against state legalized situations. The belonging place occupied, his identity claimed by himself, together with content of social denounces, and valorization of African culture and manners, stigmatized in his age, unsettling powerful people, above all those who were getting advantages and profits from the slavery system during this period. He conquered his freedom, in courts, he set free more than 500 slaves. To review the legacy left by Gama, as a symbol of resistance, make up the main goal of this research.

KEYWORD: Literature; Identity; Ethnicity; Resistance.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo I	
Luiz Gama, sua origem étnica e conflitos de pertencimento humano.....	14
Capítulo II	
Etnicidades, identidades, história e literatura.....	30
Capítulo III	
Poesia, sátira e relações étnicas.....	50
Capítulo IV	
Símbolo de resistência: Luiz Gama revisitado.....	71
Considerações finais.....	104
Referências bibliografia.....	107
Anexos.....	110
Apêndice.....	130

INTRODUÇÃO

Poeta, advogado, jornalista, professor, militante abolicionista e maçom, Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), nascido na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, teve sua trajetória marcada por desafios e lutas pelo fim da escravidão no século XIX. Sua biografia é caracterizada pela militância buscando emancipar pessoas escravizadas.

Autodeclarando-se negro e ex-escravo, vivenciou o lugar do cativo, logo, o seu lugar de fala e atuação social tornou-se diferenciado. Profissional empenhado, não apenas na luta pela liberdade, mas também pela igualdade social entre negros e brancos. Pois, se alguns tentaram representar o negro, ele representa-se, reafirmando a figura do negro na construção da identidade nacional.

Protagonista de uma história real, suas lutas e engajamento na causa de liberdade não se deram por mero acaso, na origem já trazia o exemplo da mãe, que participou de insurreições de negros escravizados na Bahia, vivencia que provavelmente influenciou seu posicionamento no Brasil oitocentista.

Conquistou espaço de destaque em uma sociedade elitista e dominada por valores eurocêntricos. Na poética africaniza o Brasil, fazendo sua arte volta-se para um propósito de resistência e ressignificação da cultura africana em afro brasileira. Afirmou sua identidade étnica, embora vivesse em uma sociedade racista, deixando um legado atual, capaz de contribuir com a formação identitária das novas gerações.

JUSTIFICATIVA

O interesse em pesquisar sobre a vida e obra do autor surgiu em decorrência de afinidades com a literária no processo de formação na graduação em Letras vernáculas, pela Universidade do Estado da Bahia. Ao envolver-me com pesquisa de Iniciação Científica, tive a oportunidade de conhecer um pouco sobre o poeta Luiz Gama. Para tanto, investigamos as origens, militância e os mecanismos de resistência, em estudo de caráter biográfico, tratando da construção de sua identidade.

A escolha da temática se deu quando percebemos na literatura uma forma de entender a história e o processo de definição idenitária numa perspectiva não estereotipada, na tentativa de perceber como a pertença étnica pode influenciar o processo de autoidentificação.

Neste sentido, faz-se necessário debruçar sobre sua produção, levantar seus dados biográficos, observar o contexto histórico, compreender o processo de construção da

identidade étnica, evidenciar conhecimento a respeito dos elementos que integram a cultura brasileira. Entender também, a luta abolicionista para que os libertos fossem tratados como homens e reconhecidos como cidadãos brasileiros. Estudar seu legado como símbolo de militância e as questões supracitadas é o que justificam a realização desta pesquisa.

OBJETIVOS

Revisitar o legado deixado por Luiz Gama, com sua luta pela liberdade enquanto resistência, na defesa da cultura africana, na busca pela igualdade no Brasil, se constitui no principal objeto desta pesquisa. Buscamos adentrar na sua identidade étnica, e outros elementos identitários presentes nas produções, incluindo poemas e narrativas, a fim de, identificar o seu pertencimento étnico e sua etnicidade.

CAMPO TEÓRICO – METODOLÓGICO

Na cobertura do campo teórico deste trabalho, lançaremos mão das obras de autores estrangeiros e brasileiros que consideramos suficientes para fundamentar a pesquisa: Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart (2011) a fim de entender as categorias Identidade e Etnicidade como pertencimento étnico; Roberto Cardoso de Oliveira (1995), que discute Etnia como origem biológica e Etnicidade referente a grupo social; Manuela Carneiro da Cunha (1979) que discute Etnicidade como linguagem e protesto, importante para o propósito das análises.

Para o caso da literatura, categoria também trabalhada nesta pesquisa, faremos uso da produção de Massaud Moisés (2004), que embasa as análises linguísticas de termos contidos nos poemas; Ieda Pessoa de Castro (2001) e seus conhecimentos linguísticos sobre falares bantos e línguas africanas na compreensão dos significados de algumas palavras utilizadas por Gama em seus textos. Junito de Souza Brandão (2017) esclarece os léxicos da mitologia grega, e termos de línguas africanas, visando verificar as relações étnicas evidenciadas nos textos. E por fim, cultura por Muniz Sodré (1942) por fornecer instrumental necessário à desconstrução de conceitos eurocêntricos e universalistas sobre cultura.

Além dos autores citados, utilizaremos ainda, abordagens teóricas de outros intelectuais que trataram das questões atinentes ao tema, a exemplo de Kabengele Munanga (1999) para entender a mestiçagem e seus processos ideológicos; Renato Ortiz (2003) que

discute a identidade nacional na literatura a luz das teorias raciais, dentre outros autores que tratam da escravidão e da presença do negro na sociedade brasileira.

Por fim, lançaremos mão da produção de alguns estudiosos que escreveram sobre Luiz Gama, a exemplo de: Lígia Fonseca (2011) que narra a trajetória, bem como, faz levantamento da sua produção poética, jornalística, cartas e outros; Elciene Azevedo (1999), que trata da sua vida na cidade de São Paulo; Sílvio Roberto dos Santos Oliveira (2004), produziu uma tese que analisa a carta autobiográfica de Gama enquanto narrativa, além de alguns poemas na perspectiva da intertextualidade; E produções de autores que versem sobre a temática deste trabalho.

MÉTODO NORTEADOR DA PESQUISA E METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, bibliográfico e documental e os dados foram colhidos no Arquivo Público da Bahia, a Casa Pierre Verger e hemeroteca, e outras informam que foram levantadas em obras escritas sobre Luiz Gama e sua mãe, principalmente, sua origem étnica e nação a qual pertenceu. Entrevistas com estudiosos, conhecedores da escravidão e de Luiz Gama que vivenciou este contexto, e um descendente, o que recebeu em cerimônia da OAB, o título de advogado em seu nome.

O método que a alicerça, é o da hermenêutica de profundidade, compreendida nos fundamentos da obra de John B. Thompson (2008) *A ideologia e cultura moderna*, que nos ajudará em relação ao entendimento sobre questões pertinentes a cultura e ideologia. Assim analisaremos a produção poética e as narrativas de Gama, com a finalidade de destacar os aspectos sociais, culturais, identitários, e também, a sua militância em defesa dos escravizados. Foi fotografada a casa onde Luiz Gama viveu durante os dez primeiros anos de vida, o monumento e da placa construídos em sua homenagem na cidade de Salvador.

A dissertação, além da introdução, será organizada em quatro capítulos, as considerações finais, as referências e os anexos:

1. No primeiro capítulo, Luiz Gama, sua origem étnica e conflitos de pertencimento humano, trataremos da identidade étnica do abolicionista, apresentando os dados sobre suas origens étnicas, evocando o seu pertencimento por meio dos posicionamentos, ancestralidade e etnicidade. Para entender como as influências de sua mãe motivou seu enfrentamento contra os escravocratas e à luta pela libertação dos escravizados.

2. No segundo capítulo, Etnicidades, Identidades, literatura e história, serão tratados as múltiplas facetas de Gama, escapes, mecanismos utilizados para subverter, as mestiçagem, relações estabelecidas, o exercício das profissões.

3. No terceiro capítulo, Relações étnicas, poesia e sátira: faremos análises de alguns poemas, buscando evidenciar os elementos étnicos identitários, bem como, as formas de negociação linguísticas utilizadas como escape e o estabelecimento das relações étnicas, nos quais subjazem elementos africanos e europeus.

4. No quarto capítulo, Símbolo de resistência: foi construindo com a transcrição das entrevistas, suas análises e citação de teóricos, cujo conteúdo se reporta a assuntos tratados pelos entrevistados, narrando seus posicionamentos sobre a ação do autor na luta pela liberdade e resistência ao regime escravocrata, através das atividades por ele desenvolvidas e outras pertinentes as suas origens étnicas que contribuíram com a construção da sua identidade negra e da Nação.

5. Considerações finais: neste item trazemos a lume as considerações a guisa de conclusão que a pesquisa indicou como pertinentes ao tema, qual seja, atuação de Luiz Gama durante o século XIX e a importância das produções nas áreas em que ele atuou para as mudanças ocorridas na sociedade, bem como, por servirem de exemplo que podem inspirar os movimentos sociais atuais contra os preconceitos, racismo e discriminações.

6. Referências além das obras utilizadas como fundamentação teórica, apresentará um rol de todas as demais citadas na dissertação.

7. Anexos: fotografias da casa em que Luiz Gama viveu com sua mãe Luiza Mahin, homenagens, placas e monumentos erigidos em sua memória, cópias de recortes de jornais, árvore genealógica dos seus descendentes e os demais documentos utilizados como fonte para embasar a produção deste trabalho.

1. LUIZ GAMA, SUA ORIGEM ÉTNICA E CONFLITOS DE PERTENCIMENTO HUMANO

Luiz Gama, cuja origem biológica vem das misturas étnicas, europeia e africana, sendo filho de descendente de colonizador português e uma negra africana de origem nagô, uma descendência semelhante com outros tantos brasileiros que compõe a nação, ocupou o lugar de indivíduo deslocado na sociedade brasileira do século XIX.

Nutrido sentimentos de pertencimentos, sob as influências de elementos culturais distintos, também viveu em um país onde a identidade nacional encontrava-se em construção, dado que foi colônia portuguesa, e sob os ditames dos colonizadores, optou por abraçar a causa dos escravizados.

Trazia na pele a marca da escravidão, em uma sociedade racista, que valorizava a cultura eurocêntrica e idealizava a branqueamento. Embora, interpelado por tais questões problemáticas, evidenciou sua ancestralidade enquanto afrodescendente, e se posicionou politicamente em oposição à hegemonia branca. Assumindo uma identidade estigmatizada, culturalmente inferiorizada, reivindicou o seu lugar.

As identidades se evidenciam com maior ênfase quando elementos fenotípicos e ou simbólicos predominantes em um indivíduo são estigmatizados por outros na sociedade em que vivem, culminando em posicionamentos de reivindicações culturais. Esses protestos visam assumir lugar de reconhecimento e ocupar posições privilegiadas ou de equidade dentro de um sistema social estruturado.

Segundo Oliveira (1976) as identidades étnicas não podem ser percebidas isoladamente, para tanto se faz necessário um processo de contato. As identidades coletivas formam grupos étnicos, afirmando ainda que eles tendem a criar sentimentos de pertença e, este mesmo autor, bem como outros estudiosos do fenômeno, denominaram etnicidade.

A diversidade cultural durante o Brasil Império se evidenciavam, assim como, as identidades assumidas por indivíduos e grupos em disputa por espaços sociais. Entender os elementos que compõem uma identidade étnica faz-se pertinente, embora este conceito tornou-se mais evidente na contemporaneidade.

Neste sentido, entender como se deu o processo de construção da identidade de Gama, enquanto um brasileiro dentro da mestiçagem é também, em parte compreender, como as relações étnicas ocorreram durante o Brasil Império. A identidade e alteridade, embora fenômenos recentes, sempre estiveram presentes nos grupos constituintes das sociedades.

No Brasil as relações entre os diversos povos influenciaram a construção da identidade nacional, dentre essas, as indígenas, europeias, e as etnias africanas com seus elementos de cultura. Na tentativa de compreender a nossa história enquanto brasileiros, uma nação multiétnica, local onde a mestiçagem e o sincretismo se efetivaram a partir dos contatos face a face entre indivíduos, culturas em diálogos, resultando daí o que somos. Esses contatos muitas vezes resultaram em insurreições, conspirações, conflitos em busca da liberdade e entendidos como resistência.

No século XIX, esses contatos, sobretudo nos ambientes urbanos, propiciaram que essas identidades se resignificassem, ocorrendo compartilhamentos culturais. Circunstância que principalmente para os africanos no Brasil, desde o início do tráfico de escravizados, era uma questão de sobrevivência.

Tratar da origem étnica de Luiz Gama, considerando o seu posicionamento político pela descendência africana, faz-se necessário, portanto realizar uma breve abordagem histórica, considerando que no Brasil, diferentes étnicas, inclusive africanas colaboraram para a formação da nação brasileira.

Procurando entender o tráfico negreiro, especificamente para o Estado da Bahia, pelo fato preponderante de ser o lugar de nascimento de Gama, e o local que sua mãe Luiza também morou e atuou nas lutas libertárias durante parte da sua vida, temos o seguinte:

O tráfico dos escravos em direção à Bahia pode ser dividido em quatro períodos.

1º- O ciclo da Guiné durante a metade do século XVI;

2º- O ciclo de Angola e do Congo no século XVII;

3º- O ciclo da Costa da Mina durante os três primeiros quartos do século XVIII;

4º- O ciclo da Baía de Benin entre 1770 e 1850, estando incluído aí o período do tráfico clandestino (VERGER, 2002, p.27).

Entendendo que esse tipo de comercio teve duração de mais de quatro séculos, passou pela clandestinidade, além disso, as migrações internas desses africanos, que por vezes já adaptados, vendidos ou trocados, sendo descolados muitas vezes para outros Estados, se configurando em outras formas de violências simbólicas.

Deslocados da sua terra, língua, cultura e subjetividades, chegavam para outro espaço, sendo obrigados a assumir outros hábitos e costumes, resignificar suas vivências, afinal, perdiam até seus nomes, sendo batizados com outros, católicos ou das famílias de seus senhores.

Outro aspecto de identificação está ligado ao lugar de origem em África, fazendo surgir nomenclaturas, muitas dessas que hoje são objeto de estudo e servem como parâmetro de identidades. Mas, que isso não nos tire o lugar das dúvidas, dos questionamentos. Pois, considerando todos os artifícios envolvendo a escravidão no Brasil, a visão do colonizador predominou historicamente, as manipulações ideológicas não podem ser desconsideradas.

Ponderando o que temos como fonte de informação, de forma mais abrangente, a presença desses indivíduos de diferentes etnias, na composição da sociedade brasileira se deu conseqüentemente. Das etnias africanas trazidas ao Brasil, destacam-se dois grupos: “[...], “sudaneses” e “bantos”. O primeiro grupo foi introduzido inicialmente nos mercados de escravos da Bahia, de lá espalhando-se pelas plantações do recôncavo e secundariamente por outros pontos do Brasil” (RAMOS, 2001, p.26). O primeiro grupo se subdivide: os “iorubanos” ou “nagôs” e os “jejes”, de acordo com estudiosos de grupos africanos no Brasil.

A convergência de elementos de cultura de grupos de africanos por conta também dos conflitos em África, trocas nos navios negreiros ao longo da viagem, criou possibilidades outras no Brasil. Aproximações pautadas na religiosidade, tronco linguístico, e outras questões como a solidariedade para a sobrevivência, não podem ser desconsideradas. Tal condição permitiu uma maior interação entre esses grupos favorecendo revoltas e rebeliões.

As fronteiras étnicas foram resignificadas, e tensões entre negros escravizados e homens livres foram ocorrendo, contudo, a marca da cor também era elemento de tensão. Neste sentido, a cor negra trazia seus estigmas associada à escravidão, tornando esse grupo minorias étnicas, apesar de haver um contingente maior de negros africanos e seus descendentes, do que de brancos escravocratas em certos locais durante o século XIX, incluindo a Bahia.

Apesar desse aspecto relacionado à tez, precisamos entender as relações e posições de poder, como afirma Mattoso (2003) os senhores não são sempre brancos e nem sempre homens livres. Entendendo essa perspectiva, podemos perceber a complexidade desses desdobramentos, criando distanciamento das fronteiras quase sempre demarcadas pelo imaginário coletivo brasileiro.

O lugar que o indivíduo ocupava, era preponderante para sua classificação como dominador ou dominado, interferindo no estabelecimento efetivo de uma fronteira étnica, fazendo sobreposição muitas vezes a cor da pele. Embora, grupos negros cativos podem ser classificados como grupos étnicos, afinal, sua maioria estava em situação desfavorável e foram tratados como animais de tração, máquinas de trabalho, legitimados pelo sistema.

As identidades são carregadas de símbolos, tais símbolos étnicos se apresentam nos modos de ser, de fazer e de viver, pois, elementos são passados de geração em geração, os símbolos são resignificados pelos indivíduos em diferentes segmentos da sua cultura.

Considerando a premissa dos contatos com outras etnias contrastantes, as ideologias construídas a respeito dos grupos étnicos são preponderantes para que o indivíduo pertença ou não pertença a determinado grupo, fazendo da identidade étnica uma construção ideológica que sem os grupos não seria possível. Tornando uma identidade individual diretamente ligada a uma identidade coletivamente e ideologicamente construída. Portanto, “[...] a etnia é um “classificador” [...] e ao nível ideológico, como produto de representações coletivas polarizadas por grupos sociais em oposição latente ou manifesta” (OLIVEIRA, 1976, pp. XVII-XVIII). Tal conceito nos leva a perceber a amplitude e complexidade que envolve a questão.

Os grupos étnicos em interação evidenciam elementos que definem suas fronteiras, percebendo e fazendo perceber a distinção entre nós e eles, o entendimento de quem sou eu e quem são os outros. Como um jogo que hora separando indivíduos e grupos, e hora age para agrupar. Entendendo que nós seres humanos, temos várias histórias e pertencimentos, aliados aos nossos interesses pessoais e posicionamentos políticos, além de interpelados por um sistema social estruturado.

Analisando os desdobramentos, suas subjetividades, ligadas as questões como cor da pele, posição social, poder aquisitivo adquirido, fazendo o indivíduo ter certa mobilidade, dentro de uma lógica complexa que vai aproximando o negro do branco, ou melhor, desse lugar de privilégio proporcionado pela branquitude. Mattoso (2003) afirma que a sociedade brasileira se caracteriza em dois movimentos, a saber, mestiçagem e manumissão nos séculos XVII, XVIII E XIX, caracterizados em mobilidade social.

O mestiço brasileiro vai garantir um lugar mais privilegiado que o africano puro, o mestiço com fenótipos próximos aos padrões europeus, também acaba por ocupar, dentro dessa sociedade melhores chances de mudança de uma classe social menos favorecida, para uma melhor favorecida, dentre outras tantas situações.

Não podemos atribuir apenas ao acaso a construção de uma identidade nacional, os jogos de interesses estabelecidos, e vez por outra, as formas de escapes e estratégias que certos indivíduos se apropriam para driblar o sistema, ou usa-lo com perspicaz para finalidades outras, na busca de invertendo o jogo e buscar reparar injustiças.

Se Luiz Gama fruto de duas identidades contrastantes, tal subjetividade permeia suas vivências, é o aspecto que a partir daqui abordaremos com maior afinco, a começar por informações na sua carta autobiográfica, endereçada ao amigo Lúcio de Mendonça em 1880, que traz informações pertinentes por meio da memória, a respeito de sua vida pessoal:

Nasci na cidade de S[ão] Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de San'Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica (GAMA, 2011, p.199).

Como dito, natural de Salvador, foi batizado num município do Recôncavo, Ilha de Itaparica, na Baía de Todos os Santos, local cuja travessia ocorria e ainda ocorre por via marítima partindo da cidade de seu nascimento. Em contínuo relata poeticamente, informações sobre sua mãe:

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito alta, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade.¹ (GAMA, 2011, pp.199-200).

O filho de memória descreve a mãe, a etnia a qual pertenceu, as características físicas, personalidade, as atividades exercidas e seu posicionamento político. A posição de ser pagã é um fato significativo, e sua recusa ao batizado católico também, levando à suposição que ela provavelmente pertencia a outra religião, ou mesmo era uma forma de enfrentamento ao sistema da época, pois a imposição da língua e religião foi significativa no processo de colonização.

Descrevendo-a como uma participante ativa das insurreições e diz ainda, ser ela “Nagô de Nação”. Frente a tais informações, buscamos o significado desta palavra “NAGÔ - s/adj. Designação dada às comunidades religiosas afro-brasileiras que cultuavam os orixás e

¹ Esta carta foi analisada na tese intitulada: *Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama em 2004*, pelo professor Sílvio Roberto dos Santos Oliveira. op. cit p.24. Diz sobre a carta que: “Não há, até o momento, como ter absoluta certeza acerca das informações sobre a primeira fase de sua vida. Pode mesmo, quem sabe, ter-se utilizado de uma estratégia despistadora que tornasse mais atraente a sua imagem nos meios intelectuais abolicionistas”.

utilizavam uma língua litúrgica de base nagô. [...]. Yor. Ànágó, dialeto ioruba do reino de Queto” (CASTRO, 2001, p.295).

Verificarmos também o Mahin, constatamos que: “MAHI – Ver marrim. /MARRIM– s. africanos procedentes do norte do Benim, da região de Savalu, no país Mahi, trazidos para o Brasil, a partir da última década do século XVII; falantes de Mahi, língua do grupo ewe, [...] jeje-marrim” (CASTRO, 2001, pp.271-278).

Luiz Gama sempre pertenceu, enquanto humano. Pertenceu ao ventre materno de Luiza, mas que apesar de ser evidenciada como de africana livre, contundente não desfrutava de liberdade, tendo em vista o ambiente da época.

Todos nos seres humanos pertencemos inicialmente a um ventre materno, sempre pertencemos a uma mulher, esteja em situação de escravidão ou liberdade restrita, é essa mulher que nos garante o direito de existir e pertencer.

Essa mulher, essa figura de maternidade, foi importante. Luiza foi uma figura de fundamental importância na vida de Luiz. Ele enquanto filho, parece aderir uma luta que sua mãe havia começado outrora, dando continuidade de forma diferente, com outros instrumentos, uma influência que se aproxima mais do ambiente da fidalguia, conhecimento intelectual, considerando que viveu em outro tempo e espaço, e buscou se apoderar de elementos que favorecesse a sua luta.

Uma mistura de memória e história, a carta vai se desenrolando:

Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Em opinião dos meus informantes que esses “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores (GAMA, 2011, pp.199-200).

Demarcando a Revolta da Sabinada em 1837, ocorrida na Bahia, contando com a participação de africanos e homens livres. Após apontar esse dado histórico, Luiza é deslocada para outro espaço, da Bahia para o Rio de Janeiro, como ele ainda criança chega a ter acesso a tais informações, não se sabe. Contudo, não deixa de registrar seus esforços na tentativa de encontra-la, buscando diversas vezes por ela no Rio de Janeiro, porém sem obter o sucesso esperado.

Luiza Mahin é apontada como participante ativa de revoltas, apesar de não haver nos registros oficiais o seu nome, lembrada pela memória afro-brasileira. Uma imagem que vem sendo resgatada por pesquisadores e militantes, com o intuito de fortalecimento da cultura afro e como símbolo de resistência negra, da mulher negra na escravidão durante o século XIX. Destacam-na, também, enquanto ativista afirmando: “Transformou sua casa em quartel-general de revoltas negras que ocorreram em Salvador no século XIX. Foi presa várias vezes por tentar levantar os negros contra os senhores de escravos” (BENEDITO, 2006, p.60).

Nas revoltas à medida que africanos de diferentes nações, se articulam em prol da luta pela liberdade, constroem laços de amizade e, conseqüentemente, o sentimento de etnicidade, se constituindo em grupo étnico, embora, houvesse negros de diferentes etnias, eles se irmanaram por conta das condições de opressão, nos rituais sacros e se fortaleceram para os enfrentamentos contra os senhores de engenho.

Assim sendo, a memória coletiva passa a ser a principal fonte de pesquisa com valor epistêmico equivalente aos registrados pela história oficial, logo, investigar essa perspectiva torna-se pertinente. Além disso, nas pesquisas sobre cultura popular no Brasil, a memória dos seus autores equivale e, em alguns casos, substitui os registros de fonte escrita, conferindo-lhe credibilidade. “Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. [...]. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente compatível à fonte escrita” (POLLAK, 1982/10, p. 207).

Luíza, bem como, a sua participação nas insurreições geram polêmicas entre alguns pesquisadores, que até chegam a duvidar da sua existência, motivados pela falta de provas documentais em torno da sua história. Ao contrario deste, outros percebem nela, uma mulher revolucionária, e merecedora de destaque na sociedade brasileira.

O caso da mãe de Luiz Gama pode ser considerado um exemplo de incompletude, pois, embora não tenha encontrado registros oficiais, ela faz parte da memória afro-brasileira. “Nenhuma Luiza, aliás, foi incluída em quaisquer das listas de presos por envolvimento no levante. A única mulher com este nome que encontrei em 1835 foi uma liberta, presa provavelmente em novembro para ser deportada por crime não especificado” (REIS, 2003, p.301).

Apesar das informações abalizadas de Reis, optamos por aceitar como verdadeiras as informações retirada da memória construída na infância pela convivência cotidiana de Gama com sua mãe e, também, porque a memória popular em salvador dá conta da sua existência,

inclusive indicando o endereço e a casa onde viveram, além de autoridades constituídas, nomearem uma Rua de Salvador, em sua homenagem.

Gama também pertencendo a uma relação entre “branco” e negro. Sua cor e o fenótipo talvez possa garantir essa afirmação. Pertencimento complexo, pois apesar dos textos enfocarem a fidalguia do pai, até mesmo os seus costumes, de jogador e que por vício do hábito vendeu o filho, o pai passa para história como sujeito oculto. Em todos os textos recorrentes fica evidente que todos conhecem, exaltam seus costumes e suas origens, mas que ninguém revela o nome, nem tão pouco os laços com a aristocracia da época.

Embora nascido de uma relação, entre um branco e uma negra, seu depoimento revela uma visão que questiona o lugar da branquitude:

Meu pai, não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo e pertencia a uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome. Ele foi rico; e nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837 (Gama, 2011, p.200).

Posicionamento que o coloca muito a frente na percepção das ideologias implantadas como verdades quase inquestionáveis, ele conseguiu enxergar tal fenômeno. Contestar o lugar do branco, como o mais elevado racialmente, esse lugar de dominador e dominado, foi também uma novidade.

A posição daqueles que assumem a branquitude, ocupando o lugar de poder ideológico e simbólico de determinar e classificar. “Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, [...]” (SCHUCMAN, 2012, p. 23).

Tais classificações se prendendo ao fenótipo, tais como, cor da pele, feições do rosto, cabelo, cor dos olhos, e outros elementos físicos que quanto mais próximo ao branco, maiores às chances de ascensão social. A identidade branca assume um lugar de poder ideológico, ao mesmo tempo em que, atribui às outras identidades um lugar subalterno.

Esse fenômeno cria um sentimento de superioridade racial em determinado grupo, que ao assumir esse lugar, por vezes, não refletem sobre suas práticas, justamente por ocupar um lugar de privilégios dentro de uma estrutura social. Para que exista esse lugar de branco,

construção social ideológica cria-se o outro, negro, que foi subjugado culturalmente e racialmente, desencadeando problemáticas sociais complexas e subjetivas.

Segredando e classificando em racialmente superior e inferior, estratégica adotada pelo sistema sócioeconômico do Brasil, desde sua origem, primeiro com os indígenas e depois com os africanos. A autoatribuição adotada enquanto grupo dominante branco se constituiu como um mecanismo para estabelecer a manutenção do poder e hegemonia de uma pequena parcela da população brasileira.

Estando nesse lugar de “superioridade racial” que ocupou o pai de Gama, dando-lhe a possibilidade de vender o próprio filho como mera mercadoria escrava. “[...]; e reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, [...], vendeu-me, como escravo, a bordo do patacho “Saraiva” (GAMA, 2011, p.200).

Marca da escravidão, ou de qualquer outra forma de violência. Nessas formas de violentação humana, sobretudo da mulher, que é apropriada sexualmente como forma de extensão do domínio colonial, marca de todo modelo de opressão.

No Brasil ser filho de uma negra africana, índia, uma mulher pobre, ou de uma adolescente indefesa e ter como figura paterna, um homem oriundo das principais famílias portuguesas, holandesas, francesas, com poder econômico não é novidade. É hábito que se estende até esse tempo histórico.

Em fotografias seu fenótipo apresenta traços de branco, com cabelos crespos. Apesar de ser letrado, dentre outros fatores que poderia levá-lo a identificar-se mestiço, fez opção afirmando a sua identidade negra, a partir da origem étnica materna, resultando na sua importância enquanto militante e defensor dos filhos da África escravizados no Brasil Império. Embora em uma sociedade conflitante, buscando a formação indenitária brasileira, o poeta libertário, acaba por contestar a hegemonia na posição do branco brasileiro e o sistema escravocrata, em uma sociedade disseminadora do racismo.

Na carta expõe que aos 17 anos aprendeu a ler e escrever, com um pensionista do seu senhor o estudante de direito Antônio Rodrigues do Prado Júnior, na cidade de São Paulo. Em seguida, foge da casa que servia como escravo, e prova sua condição de homem livre, não se sabe ao certo como, pois, a carta não esclarece, nem tão pouco, encontramos em outras fontes informações que explique melhor o fato. Posteriormente, se torna servidor público, através de concurso para a função de amanuense na Guarda Municipal, onde serviu até 1854, desse ponto em diante seguiu assumindo posicionamentos contra a escravidão.

Por isso, torna-se um personagem de destaque e digna de reconhecimento, dada a sua luta libertária em diversas frentes: como advogado, escritor, poeta, jornalista, professor, maçom e abolicionista, fatores que demonstram sua importância no século XIX.

A identidade se direciona as atividades cotidianas de um grupo étnico, ou de um indivíduo que se deslocou do seu grupo cultural de origem, por quaisquer motivos e se instalou, ou foi levado pelas circunstâncias sócias, a vivenciar, experimentar na própria pele o estranhamento, a condição de estrangeiro na terra onde nasceu.

Gama fez opção profissional e política assumindo a herança materna, influenciado pela luta de Luiza Mahin. Enquanto militante das causas abolicionistas, se estabelece no embate pela afirmação de sua pertença e outros aspectos subjetivos forjados na condição de afro-brasileiro, em um império hegemônico por europeus escravocratas.

Defensor de um grupo étnico se reconhecia pertencente a este grupo e era reconhecido como tal. Assim a identidade e alteridade, embora sejam questões enfatizadas em políticas públicas atualmente, não devem ser classificadas enquanto fenômenos recentes, vez que, sempre estiveram presentes nas relações sociais entre os grupos constituintes da cultura brasileira.

Esse é um dos grandes problemas da construção da ideologia branca no Brasil. O povo brasileiro vive em uma ilusão que o clareamento da pele, o acesso a um tipo de conhecimento que se funda e circula no campo de dominação do colonizador, ou mesmo a disponibilidade de recursos materiais ou econômico independe da origem, garante ao indivíduo, uma mudança de origem étnica, de raça ou desloca o indivíduo do continente africano para o europeu. O pensamento de Gama ultrapassou esses limites ideológicos impregnados na nação brasileira de outrora.

A identidade se tornou motivo de reflexão mais profunda na contemporaneidade. E procurar compreender as relações estabelecidas entre escravizado e colonizador, é uma tarefa complexa, mas talvez, ao adentrar neste campo, possamos dar conta de cumprir tal inquietação. Assim, temos o grupo hegemônico frente aos ditos grupos, minoritários, que em alguns casos manifestam pretensões hegemônicas.

Nos embates em que as identidades emergem, seus traços diacríticos vão sendo utilizados nos elementos que o grupo, ou indivíduos se apropriam e ressignificam. Na maioria das vezes temos a reivindicação pelo espaço social, cujos conflitos são gerados pelos grupos na luta para instalação e manutenção no poder. Neste sentido, o contraste entre a auto atribuição e a atribuição pelos outros, leva à identidade étnica, ligada a ancestralidade e

sentimento de pertença. “No caso da identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada. [...]. Através dos “nossos valores” não julgamos apenas os dos outros, mas os “outros” (OLIVEIRA, 1976, pp. 5-6).

O etnocentrismo faz-nos interpretar a realidade a partir do ponto de vista construído pelo grupo social ao qual pertencemos, sendo assim, enxergamos o outro a partir de nós, ou melhor, a partir das nossas ideologias enquanto sujeitos sociais. Assim sendo, compreender a alteridade, ocupando o mesmo espaço de convivência, exige de nós e do outro enviares esforços no do respeitar as diferenças e, deste modo, superar as hostilidades.

Entender a sociedade organizada com indivíduos oriundos da diáspora, enquanto grupos de negros retirados de suas comunidades de origem à força e, as relações por eles estabelecidas com os seus descendentes, torna-se uma busca intrigante, dada a especificidades dos fenômenos e dos rituais que dela resulta.

Falar em sentimento de identidade, afirmação, pertença, respeito à ancestralidade, é também pensar e compreender, quais fatos demarcam as idiosincrasias. Luiz Gama assumiu identidade afro brasileira, colocando-se na posição do que é ser negro ou ser descendente de negro no Brasil. Assim, diferente de muitos outros mestiços no seu tempo, o abolicionista o fez. E foi esse posicionamento, que inquietou muitos poderosos no seu tempo, bem como, rendeu-lhe muitos admiradores, dentre elas, pessoas de prestígio social.

Luiz Gama, nas letras de Raul Pompéia na imprensa do Rio de Janeiro, Gazeta de Notícias, 24 de agosto de 1884, descreve sobre a morte de Luiz Gama: “Diversamente do que se dá com os outros homens ilustres, fez da obscuridade o seu valor e da modéstia a sua grandeza” (Gama, 2011, p.245).

O abolicionista lutou em prol da liberdade e igualdade, fazendo da sua vida e habilidades intelectuais, arma contra o sistema à época vigente. Neste sentido, entender como se deu o processo de construção da sua identidade negra, é também em parte compreender, como as relações étnicas ocorreram no Brasil Império.

Nesse sentido, abordar sobre a mestiçagem entre diferentes etnias, que foi significativa na composição da sociedade brasileira, questão relevante pautada na formação histórica da Nação,

Longe de ser reduzida ou simplificada, a mestiçagem envolve questões outras. “Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e [...] comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias.

[...] ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia” (MUNANGA, 1999, p. 18).

A construção da Nação brasileira concebida na mistura que se deu entre diferentes grupos étnicos, os quais incluem indígenas, portugueses e africanos, dentre outros povos como os imigrantes, que vieram e se instalaram no Brasil de uma forma macro. Bem como, entendendo que havia diferentes nações indígenas, africanas e a gênese dos portugueses, povos já mestiços em suas origens, como criticou Gama em carta autobiográfica a respeito de seu pai.

Assim, Tanto Etnia, quanto Etnicidade são conceitos que surgiram para identificar processos migratórios em decorrência de fatores diversos como guerras, exploração escravocrata, diásporas, migrações dentre outras questões sociais.

A categoria etnia, ainda não tem um conceito estabelecido na literatura da antropologia. “[...] Com exceção, talvez, de uma definição de etnia feita por Emilio Willens onde ela é compreendida como um “grupo biológico e culturalmente homogêneo”, todas as demais definições compulsadas dizem respeito a grupo étnico” (OLIVEIRA, 2003, pp. 3-4).

Diante das informações acima, podemos entender que etnia está ligada a noção de grupo social ou biológico, bem como, vincula-se conseqüentemente, a cultura de uma determinada nação. Nesse aspecto, pertencer a um grupo, implica necessariamente em preservar, cultivar, fortalecer mitos, ritos e rituais, práticas vivenciadas cotidianamente pelo grupo no qual está inserido, ou quando dela se distancia, continua a identificar-se como pertencente a suas origens, e até mesmo, defendendo a preservação dos valores do grupo, como no caso de Luiz Gama.

Questão também a ser esclarecida é a diferença conceitual entre raça e etnia, pois ainda são, em alguns casos, confundidas e vez por outra, equivocadamente utilizadas como palavras sinônimas. Raça liga-se a uma classificação biologizante e etnia a uma estrutura sociológica.

Buscando afirmar e reconhecer as contribuições culturais dos grupos africanos e afro brasileiros na história, uma cultura que fora durante séculos estigmatizada, mas, reconhecemos, resistiu por meio de grupos que conseguiram preservar o seu legado cultural.

Os símbolos étnicos tornam-se marcadores das fronteiras dessas identidades. Podemos compreender que apesar dos processos de interações que se estabeleceram no Brasil entre diferentes povos, e embora a tentativa exaustiva de ocultar, subverter ou mesmo exterminar os

aspectos da cultura Africana, ela resistiu. Não apenas isso, como também, ressignificou e permaneceu “viva”, seja de forma implícita, explícita ou simbólica.

Apesar dos desdobramentos outros, com outras formas de justificar a escravidão, nos lugares onde se deram as colonizações, ou nas Américas, as teorias se fundamentaram primeiro na crença cristã que classificou o negro como sem alma, e posteriormente estudos ditos científicos vieram corroborar e fortalecer tais questões. Um jogo de interesses arquitetado para manutenção do poder e dominação dos grupos hegemônicos nas sociedades escravocratas.

Pertencer a um grupo, ou representa-lo, é também assumir o que há de construído ideologicamente acerca daqueles indivíduos. No tocante a essa questão, em uma sociedade que não aceita o negro como cidadão, um indivíduo assumidamente negro, acaba por desafiar a estrutura estabelecida, foi o que ocorreu com Gama.

Se representando dentro de um grupo minoritário, fez parte não apenas enquanto militante abolicionista de fora (branco), mas como militante de dentro (negro). É esse posicionamento diferenciador, que ele decidiu adotar, quando assumiu sua etnicidade enquanto negro, o que, conseqüentemente, refletiu em diversos aspectos na sua trajetória.

A etnicidade reclama uma origem internalizada pelos indivíduos que pertencem a um grupo étnico. Por tanto, é de interesse desse sujeito e do grupo, dar continuidade a sua cultura. Sendo assim, mesmo que alguns elementos sejam ressignificados, com o passar do tempo, alguns costumes e práticas permanecem dando sentido as suas identidades.

A cultura passa a ser resignificada pelos grupos nas suas vivências, interpelados por outros elementos culturais que permeiam o ambiente, se configurando em trocas e negociações. “A cultura original de um grupo étnico, na diáspora [...], não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, [...] se acresce às outras, [...]. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se a um número menor de traços [...] diacríticos” (CUNHA, 1979, p. 237).

Tratar de etnicidade é evidenciar elementos de cultura, vez que se encontram de certa forma imbrincados, mas não apenas se reduz a isso. Após a discussão sobre os conceitos supracitados, outra questão surge a reclamar abordagens que complemente em amplitude e profundidade o tema aqui tratado. “Assim, o grupo étnico não está baseado nem na ocupação dos territórios exclusivos, nem no isolamento, mas na reafirmação contínua de sua diferença na relação e em relação aos outros” (ARRUTI, 2014, p.206).

No período colonial alguns costumes e hábitos novos foram surgindo, modos de vida rural se instalavam nos perímetros urbanos. De modo similar em relação ao poder, a autoridade e influências nas tomadas de decisões, sofriam direta e incisivamente os reclamos dos senhores proprietários de terra. Situação que gerou tensão e conflitos nas áreas urbanizadas, isto porque, dentre outras questões era controlada, também, por estes senhores. “A pretensão dos mercadores de se ombrearem com os proprietários rurais passava por impertinente, [...] tachada de absurda pela própria Corte de Lisboa, pois o título de senhor de engenho, [...], podia ser considerado tão alto como os títulos de nobreza dos grandes [...]” (HOLANDA, 1995, p.89).

Em suma, os senhores de engenho exercia poderio nas cidades, faziam dessas uma espécie de extensões de seus domínios, para os seus mandos e desmandos, influenciavam na política e operacionalidade desses territórios. Não eram apenas os donos da terra, eram donos de gente também, pois, em sua maioria, escravocratas. Não por acaso, que esses senhores eram os principais interessados em manter o regime escravocrata, pois assim, conseguiam multiplicar suas fortunas as custa dos escravizados trazidos do continente africano.

Entendendo a escravidão como uma prática desumana contra a população negra e seus descendentes, os abolicionistas atuavam como um grupo de oposição a esse sistema social institucionalizado. Os abolicionistas brancos e, outros assumidamente negros, alguns até filhos de senhores de engenho, faziam o movimento de luta contra a escravidão. “[...] Luiz Gama e seus amigos ganham força e respaldo social ao longo dos anos, [...]. Contestação expressa tanto no acionamento da Justiça para reivindicar o direito à liberdade por meio da lei 1871 ou de 1831 quanto pela insurreição e pelo crime” (AZEVEDO, 2010, p. 174).

Tinham abolicionistas de diferentes etnias, embora, a condição de mestiço também possibilitou a Gama uma forma de transito indentitário, esse deslocamento, levando a ocupação de espaços, pois transitava em meio de brancos, elitistas, a exemplo da maçonaria, ser maçom favoreceu essa perspectiva, tornando o seu deslocamento ainda mais fluído, estrategicamente importante para consecução dos seus propósitos.

No Brasil a mestiçagem considerando o fenótipo foi o fator que possibilitou uma maior possibilidade de manipulação das identidades, as formas de mobilidade estavam também atreladas ao poder aquisitivo, tornando as demarcações complexas, por vezes, subjetivas.

Entendendo que Luiz Gama atuou em um ambiente sociocultural construído a partir dos mecanismos de exploração que já se encontravam estabelecido em função dos interesses

econômicos da época. “A possibilidade de manipular sua própria identidade étnica e de escolher ou não realça-la é certamente desigual segundo os contextos nos quais as interações se situam” (POUTIGNAT & STREIFF- FENART, 2011, p.167). Ao escolher posicionamentos políticos e ideológicos ou tomar “partido”, conscientemente, se manifestar socialmente de formas diversas, implica em formas de resistências e nesse caso de resistência étnica.

As posições assumidas pelo abolicionista, ao afirmar uma identidade étnica, enquanto filho de africana, um afro-brasileiro, o fez de tal forma a valorizar sua ancestralidade, a ponto de promover rupturas no seu tempo. Atribuir esse feito ao Gama evidenciou o seu valor como cidadão, e destacou a importância da sua luta em defesa dos direitos, modo de ser, de viver e de fazer dos africanos e seus descendentes no Brasil.

Embora ciente dos estereótipos que enfrentaria ao assumir-se como negro, sobretudo porque saiu do lugar da invisibilidade e do silenciamento. Optando por um caminho contrário, referente à auto-afirmação, optou pelo desvio, pelo enfrentamento. Nesse aspecto, considerá-lo como quem, ao participar das lutas em prol da libertação, contribuiu para organização dos movimentos negros, parece-nos não ser exagero, pois, as lutas contra o racismo, a intolerância, os preconceitos sociais e religiosos, foram fundamentadas nos mesmos elementos étnicos, éticos e culturais vigentes no tempo da escravidão. Estando a frente de seu tempo, e entendendo as ideologias incutidas naquela época, não podemos desconsiderar tal aspecto, questão que para Luiz Gama, foi entendida talvez, como um mecanismo de segregar, para melhor dominar.

Essas segregações étnicas eram sustentadas nas classificações de proximidade nos diferentes graus de mestiçagem, o qual tornava o indivíduo capaz de “migrar” para outro grupo socialmente privilegiado, baseando-se na cor da pele, sendo assim, quanto mais claro, maior a probabilidade de ascensão, alimentando um sentimento de superioridade racial.

A identidade negra se constituiu em grupo considerado marginal, no qual, se inseriu o poeta, que viveu no “fio da navalha”, enquanto produto da mestiçagem, no limite entre fronteiras étnicas, ora usando a identidade de filho de fidalgo, ora militando enquanto homem que buscou reparar as injustiças legitimadas e institucionalizadas pelo sistema escravocrata.

Assim sendo, a identidade pode ser manipulada pelos autores, logo, podemos perceber esses trânsitos com relação a Gama, que enquanto cidadão letrado, consciente, não apenas se apresentou como negro, mas representou o negro, assumindo as suas origens étnicas e ancestralidade africana por opção.

Ciente dos escapes, manipulando a sua identidade ganhou espaço, dominou instrumentos do dominador, para lutar em favor dos cativos. Tornou-se um exemplo de profissionalismo e cidadania, se destacando nas lutas das quais participou e contribuiu para mobilizar os negros cativos e outros abolicionistas. Ele enfrentou o sistema e conseguiu modifica-lo, de certa forma, prova desse esforço emerge em trecho de sua carta para Lúcio de Mendonça, ao declarar quantos cativos conseguiu libertar, vejamos:

Agora chego ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no Ipiranga, à rua do Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu como simples aprendiz-compositor de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime (GAMA, 2011, p.203).

Entendendo que apesar de não ter alcançado a abolição da escravatura, em 1888, ele foi um dos responsáveis por pressionar o sistema e as instituições que defendiam tal situação. Ocupando diferentes papéis profissionais direcionados para uma só luta, a luta pela liberdade e igualdade entre os homens. Em se tratando das suas produções poéticas, transgrediu, e este é o aspecto que trataremos no capítulo a seguir.

2. ETNICIDADES, IDENTIDADES, HISTÓRIA E LITERATURA

Contestar o que foi legitimado pelas teorias raciais que surgiu no século XVIII e, se fortaleceram no XIX foi o posicionamento de Luiz Gama, optando pela luta no campo do opressor, como meios para combater o sistema, lutou uma vida inteira em favor daqueles que as instituições sociais não consideravam como seres humanos.

Enquanto mestiço, usou os privilégios reservados aos filhos dos brancos poderosos, o que facilitava a ascensão social e o trânsito identitário, fenômenos comuns à época. “De acordo com as situações nas quais ele se localiza e as pessoas com quem interage, um individuo poderá assumir uma ou outra das identidades que lhes são disponíveis, pois o contexto particular no qual ele se encontra determina as identidades [...]” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p.166).

A identidade não deve ser considerada como fixa, mas como fenômeno em movimento de acordo com a dialética, o jogo das mudanças sociais que possibilita acesso aos grupos que constituem a elite de uma nação. Assim, Gama sabiamente usou essa mobilidade, pois ocupou lugares distintos dentro do corpo social, além das três profissões mais conhecidas, também, foi maçom, republicano, professor e militante pelas causas da abolição.

Ora negro e ora mestiço, identificado pelos outros com este duplo perfil, ele atuou para além dessas fronteiras, vez que tinha como ideário a superação dos ditames da sociedade escravocrata lutando em favor dos princípios liberais da igualdade e liberdade real entre os homens.

Usando os recursos facultados aos poetas e jornalistas, lançando mão dos fundamentos humorísticos, travou uma verdadeira batalha no enfrentamento contra enfezados, moralistas e conservadores líderes do sistema escravocrata e do racismo no Brasil.

Num cenário pouco favorável as suas aspirações de autoafirmação identitária, o que equivale a etnicidade, principalmente, nos ambientes dominados pela elite escravocrata, movida por interesses nos quais, a posse de escravo representava patrimônio e poder.

Lutou contra os impérios, defendendo a liberdade real contra a escravidão, e a igualdade social real entre os indivíduos, onde todos possuíssem condições de igualdade, satirizando a sociedade e lei como se encontrava no seu tempo.

Portanto, homens como o abolicionista, entraram na luta em favor das causas sociais concretas, contra um sistema fortemente articulado e manipulador dos princípios

conservadores do direito, da exploração escravocrata que garante ao senhor o direito sobre a vida do escravizado.

O cenário da mestiçagem se configura na formação do povo brasileiro, segundo Freire (2005), desde os primeiros contatos dos indígenas com os portugueses em 1500, os quais já desceram de suas Naus “atolando o pé em carne”, expressão um tanto agressiva, ao ser analisada na contemporaneidade. E posteriormente se diversificou com a trazida dos africanos e chegada de outros estrangeiros que compõem a formação étnica da nação brasileira. Mas, a inclusão dos africanos na identidade nacional e suas culturas sofreram resistências, foi silenciada e reprimida.

O Brasil foi sendo continuamente ocupado por colonizadores portugueses, que tomando a terra dos nativos, inicialmente usaram o escambo como estratégias comerciais, posteriormente, através da violência tentaram escravizar os índios sem, contudo alcançar o êxito esperado.

Entendendo que seria inviável escravizar os índios, mesmo com o auxílio da catequese pela Igreja Católica que, gozava o privilegio de Igreja oficial de Estado, com o passar dos anos e pelos interesses comerciais da Monarquia, incrementa-se a expansão territorial, pela exploração da madeira, produção agrária, mineração do ouro da prata e dos diamantes, bem como, a criação bovina e de outros animais, fazendo crescer a necessidade da mão de obra externa, então optaram pela escravização dos africanos.

A partir dos séculos XVII, XVIII e XIX, a escravidão se desenvolve cumprindo as finalidades do projeto, e do processo de mercantilização, fortemente apoiado pela Santa Sé e fatos importantes se sucedem. “Família Real no Rio de Janeiro, [...], desenvolvimento urbano e introdução maciça de oeste-africanos nas cidades. [...]. Fim do tráfico transatlântico, cerca de 1853. [...] e retorno de africanos libertos e descendentes para a África Ocidental, via Lagos” (CASTRO, 2001, p.45).

Assim, o processo de escravização, nunca foi aceito pacificamente pelos escravos e no seu transcurso surge movimentos políticos de cunho econômico e humanitário trazendo outros personagens ao cenário da luta, que conduz a abolição, esse não foi um processo pacífico, e envolveu diversos mecanismos de enfrentamento dentre eles, a pressão dos abolicionistas, a exemplo de Gama que dedicou sua vida ao desmonte de tal estrutura.

A mestiçagem longe de ser uma questão pautada apenas como fator biológico, ao menos no Brasil, o processo se reveste de aspectos estéticos, fenotípico. Para tanto, a ideologia de afirmação identitária foi permeada por outras variáveis conferindo, maior

complexidade a estas questões e tratamentos específicos no âmbito das relações humanas, “[...], a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes, [...] ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia” (MUNANGA, 1999, p. 18).

A condição de mestiço ou mulato, termo mais usado na sua época, enquanto resultado do cruzamento ou da relação de negro com branco. Para esclarecer tal questão recorreremos a Aguiar (1999), cujas anotações foram feitas durante aulas de Antropóloga, ministradas pela Dr. Josildeth Gomes Consorte. As relações sociais que, por vezes, resultam em intercuro sexual entre indivíduos dos diversos grupos étnicos resultou em indivíduos que foram assim classificados:

[...] do cruzamento de africano com africano, resultou o crioulo; do cruzamento de branco com africano, surgiu o mulato. Do branco com índio, o caboclo ou mameluco. Do cruzamento de índio com africano, resultou o cafuzo ou caburé; do cruzamento de mulato com crioulo ou com africano, resultou o cabra. A denominação mulato desapareceu dos registros oficiais no século XIX, dando lugar ao termo genérico ‘pardo’ até hoje em vigor (AGUIAR, 1999, p.28).

Nessa perspectiva, entra em cena a descendência do abolicionista, formada por mãe africana, com pai branco, português, o que nos remete a sua condição de mestiço. A mestiçagem no Brasil foi extremamente criticada por inúmeros autores, isso se deve, justamente, as teorias raciais que se espalharam pela Europa e nas Américas. Provocando assim, problemas posteriores para a construção e aceitação de uma identidade e cultura brasileira marcada por elementos originários de distintos povos, especialmente, dos africanos.

Subjugada por estereótipos preconceituosos, as descrições sobre o Brasil, enquanto um país dos Trópicos, na época foi se constituindo, embora sendo uma nação recém-formada, permeada por racismo.

Se a sociedade estava em formação indenitária, Gama acabou por contestar a branquitude brasileira, miscigenada, mas imersa no racismo, considerando que nessa época já circulavam as teorias raciais, feitas por europeus.

Contestar o legitimado foi o posicionamento de Gama, optando pela luta no campo preferencial do opressor, como meios para combater o sistema. Em favor daqueles que as instituições, não consideravam como seres humanos. Ele utilizou os mesmos instrumentos dos dominadores para contrapor os aspectos de dominação à época. Entendendo que culturas africanas foram desprezadas pelos colonizadores e senhores de engenho, os quais contavam

com apoio militarizado do Império criando fronteiras étnicas, ou ralações de tensões entre negros e brancos. Neste sentido, ser negro era sinônimo de ser escravo, ou ex-escravo, a marca da escravidão estava, sobretudo na cor da pele, tornando-os minoria étnica apesar de haver um contingente maior de negros, seus descendentes e mestiços, do que de brancos escravocratas durante o Brasil oitocentista.

Nesse desenho social, e permeado por ideias divergentes, formam-se duas alas abolicionistas na cidade de São Paulo, onde residia o advogado negro, e também, exerceu influência no restante do país, em consequência da efervescência na imprensa, como a *Gazeta da Tarde*, periódico abolicionista, que circulava a época.

Compondo um direcionamento focado nos escravos, incentivando a luta contra a escravidão no embate direto, seja na fuga, na compra de alforria ou outros meios. Gama, não escondeu o seu posicionamento, quanto a essa questão.

Luiz Gama lança ataques diretos, entra em cena para denunciar, nos excertos da narrativa poética ficam evidentes seus posicionamentos frente a tais questões. A carta direcionada para o seu amigo e também abolicionista Ferreira de Menezes, publicada no jornal *A Província de São Paulo*, 18 de dezembro de 1880, trazem as seguintes informações:

Meu caro Menezes,

[...]

Descanso dos labores e elocubrações da manhã, e preparo o espírito para as lutas do dia seguinte.

Este mundo é uma mitologia perfeita: o homem é o eterno Sísifo²

Acabo de ler na *Gazeta do Povo*, o martirológico sublime dos quatro Espártacos que mataram o infeliz filho do fazendeiro Valeriano José do Vale (GAMA, 2011, p.153).

A narrativa inicia como se fosse ser contada uma história fantástica, introduzida pelo depoente fazendo uma comparação, mundo real verso mundo mitológico, homem comparado ao Sísifo, personagem filho de um deus da mitologia grega, que recebe condenação eterna.

Partindo dessa premissa ele introduz o fato verídico lido pelo depoente e autor da carta, mas temos outra referência com os espartanos, quando ao comparar os envolvidos dos fatos, aos espartanos, referindo-se aos escravizados que mataram o filho do fazendeiro José do Vale na cidade de Itu. “Os espartanos eram a classe dirigente. [...] não tinham o direito de cultivar a terra, e, com mais razão, não podiam dedica-se ao comercio ou ao artesanato;

² Sísifo: Filho de Éolo, é considerado "o mais astuto dos mortais (BRANDÃO, 2017, p.300).

Depois de descumprir a palavra empenhada junto aos deuses, Sísifo, “o mais astuto” dos mortais, foi condenado para todo o sempre a rolar montanha acima uma rocha que, antes de chegar ao cume, despencava, obrigando- o sempre a recomeçar a tarefa, por toda a eternidade - nota de rodapé (FERREIRA, 2011, p.153).

qualquer gestão dos *cleros* lhes era interdita. Eles se consagravam apenas à “vida militar” (Diacov e Covalev, 1965, pp.415 - 416).

No excerto seguinte descreve:

Há cenas de tanta grandeza, ou de tanta miséria, que por completas em seu gênero, não se descrevem; o mundo e o átomo por si mesmos se definem; assim, o crime e a virtude guardam a mesma proporção; assim, o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável de direito natural, e o povo indigno, que assassina heróis, jamais se confundirão.

Eu, que invejo com profundo sentimento estes quatro apóstolos do dever, morreria de nojo, por torpeza, achar-me entre essa horda inqualificável de assassinos (GAMA, 2011, p.154).

Fazendo um relato crítico da situação, esclarecendo seu posicionamento ao remetente ou interlocutor, elucida “o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável ao direito natural”, deixando claro de qual lado ele estava e defendia. Uma declaração que possivelmente mexeu com as estruturas do direito da época. Vejamos mais da mesma carta:

Sim! Milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África, roubados, escravizados, azorragados, mutilados, arrastados neste país clássico da sagrada liberdade, assassinados imprudentemente, sem direito, sem família, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espoliados em seu trabalho, transformados em máquinas, condenados à luta de todas as horas e de todos os dias, de todos os momentos, em proveito de especuladores cínicos, de ladrões impudicos, de salteadores sem nome; (GAMA, 2011, p.154).

No discurso de Gama enfatizar a questão da liberdade dos africanos persistia, era uma característica constante em seus diferentes textos. Mencionar a violência física e simbólica desse ato brutal dos saqueadores de vidas humanas, as formas de torturas em terras brasileiras, era sua forma de fazer denúncias. E prossegue escrevendo:

que tudo isso sofreram e sofrem, em face de uma sociedade opulenta, do mais sábio dos monarcas, à luz divina da santa religião católica, apostólica, romana, diante do mais generoso e mais interessado dos povos; que recebiam uma carabina envolvida em carta de alforria, com a obrigação de se fazerem matar à fome, à sede e à bala nos esteiros paraguaios e que nos leitos dos hospitais morriam, voltando os olhos ao território brasileiro, os que, nos campos de batalha, caíam, saudando risonhos o glorioso pavilhão da terra de seus filhos; estas vítimas que, com seu sangue, com seu trabalho, com sua jactura, com sua própria miséria construíram a grandeza desta nação, jamais encontraram quem, dirigindo um movimento espontâneo, desinteressado, supremo, lhes quebrasse os grilhões do cativoiro!...(GAMA, 2011, p.154).

Essa parte da carta faz menção à guerra do Paraguai, na qual recrutou escravos para lutarem, em alguns casos em troca de alforrias, o que denota a sua capacidade de contextualização histórica para elucidar e denunciar o governo monárquico e a Igreja Católica, apontando como estão articulados nesse processo de total desumanização do outro, do africano, dos escravizados. O tempo presente e o tempo passado se inter cruzam, levando a história e a literatura a se manterem em diálogos.

Quando, porém, por uma força invencível, por ímpeto indomável, por um movimento soberano do instinto revoltado, levantam-se, como a razão, e mataram o senhor, como Lusbel mataria Deus, são metidos no cárcere; e aí, a virtude exaspera-se, a piedade contrai-se, a liberdade confrange-se, a indignação referve, o patriotismo arma-se: trezentos cidadãos congregam-se, ajustam-se, marcham direitos ao cárcere: e aí (oh! é preciso que o mundo inteiro aplauda) a faca, o pau, a enxada, o machado, matam valentemente a quatro homens; menos ainda, a quatro negros; ou, ainda menos, a quatro escravos manietados numa prisão³!...(GAMA, 2011, pp.155-156).

A notícia proferida refere-se à defesa de Gama aos quatro escravos executados, linchados pelos moradores da cidade de Itu até a morte. Embora no cárcere, cometeram um crime de defesa, o que na visão do locutor da carta, nem presos deveriam estar. O fato denota que os escravos preferiam estar nas mãos da justiça, que sob as garras dos senhores.

Não! Nunca Sublimaram-se, pelo martírio, em uma só apoteose, quatro entidades imortais!
 Quê! Horrorizam-se os assassinos de que quatro escravos matassem seu Senhor! Tremem porque eles, depois de lutuosa cena, se fossem apresentar à autoridade?

[...]

Estes quatro negros, espicaçados pelo povo, ou por uma aluvião de abutres, não eram quatro homens, eram quatro idéias, quatro luzes, quatro astros; em uma convulsão sidérea desfizeram-se, pulverizaram-se formaram uma nebulosa. (GAMA, 2011, pp.155-156).

Nos excertos, para finalizar a análise dessa narrativa, compreender o juízo de Luiz Gama, em relação a aqueles que lutavam por sua liberdade, vistos como verdadeiros heróis, dignos de serem imortalizados. A população por sua vez é comparada a abutres, por cometer um crime de proporção mais cruel que os escravizados fizeram ao filho do senhor, por desconsiderar completamente os motivos que levaram os africanos a tomarem tal decisão.

³ Análise de grande parte da carta ou como descreve Elciene Azevedo “peça abolicionista” op. cit. p.169, a pesquisadora descreve que: “manifesto comovente de pura propaganda abolicionista, os quatro escravos criminosos são tratados não como o outro a quem se deveria temer e combater, mas sim como seus iguais”

A mesma carta traz um segundo relato ocorrido no município de Limeira com escravo de um fazendeiro rico, dois anos antes narrado anteriormente, envolvendo um africano que havia fugido pela décima vez em três meses, castigado com chibatadas e queimado vivo. “O escravo foi amarrado, foi despido, foi conduzido no seio do cafezal, entre o bando mudo, escuro, taciturno dos aterrados parceiros; um Cristo negro, que se ia sacrificar pelos irmãos de todas as cores” (GAMA, 2011, p.155).

Luiz Gama mais uma vez, traz a questão da cor da pele, evidenciando a nebulosidade das fronteiras étnicas no Brasil. Deixando evidente que não seria possível estabelecer ao certo, dar conta de determinar quem seria negro ou teria sangue africano correndo nas suas veias, ou seja, negro de pele clara. O que temos nessa composição é que ele faz denúncias também utilizando informações contidas nos processos que analisava, sendo que alguns deles já arquivadas em cartório.

As leis para os escravizados tornaram-se mais severas depois das insurreições, ou seja, quaisquer atividades suspeitas praticadas por escravos sofriam repressões extremamente duras, incluindo a pena de morte. Em uma corte formada por árbitros escravocratas, qual era a chance da maioria dos escravos julgados? Em uma sociedade que via na escravidão um sistema lucrativo, qual perspectiva jurídica de justiça?

Entender que o processo da escravização no Brasil, foi conflitante, para aquelas que defendiam esta causa, e para aquelas que ao contrário negavam o regime escravocrata, nos leva também, a perceber os motivos pelos quais as leis criadas para tentar amenizar este processo, não funcionavam no nosso país, as tentativas e as burlas eram constantes.

Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos africanos datada de 1850, foi alvo de contestação aos interessados em manter o regime escravocrata. “Servindo-se de documentos parlamentares britânicos, podê Calógeras compor um quadro verdadeiramente impressionante do que foram, então, as resistências e recalcitrâncias” (HOLANDA, 1995, p.75).

Mesmo após a sanção da lei, não foi possível romper completamente com as problemáticas existentes. Para tanto, foram criadas novas leis, que visavam interferir nas outras questões, vez por outra inócuas. Outra lei do período foi a Lei do Ventre Livre, na qual, negros nascidos no Brasil, após sua edição, estariam livres da escravidão. “De um lado, 1871 é um ano chave na desmontada da escravidão, já que a Lei do Ventre Livre anunciava a derrocada de um regime de trabalho [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 19).

Em seguida, foi editada a Lei do Sexagenário em 1885, que considerava livres escravizados com mais de 65 anos, embora sua expectativa de vida fosse menor, configurando neste caso uma inocuidade da lei. Por fim, a Lei Aurea, em 1888, que decretou o fim da escravidão no Brasil, quando a maioria dos negros já não eram mais escravos. Um ano depois, em 1889, proclamou-se a República.

Em contrapartida, considerado o processo de resistências ocorrido durante o regime escravocrata, as inúmeras revoltas registradas ou não, suicídios, processos judiciais, as fugas, a constituição dos quilombos, as sabotagens nos engenhos e outras ações, além de mudanças no regime de trabalho na Europa, a importação de mão de obra italiana, indicam que a benevolência da princesa Isabel, se constituiu em peça retórica, praticamente desnecessária, mas mesmo nestas circunstâncias dos negros festejaram a abolição, em alguns casos como em Santo Amaro na Bahia, o fizeram com um ritual do bembé no mercado popular.

Embora, Gama não tenha vivido tempo suficiente para presenciar a abolição da escravatura e a Proclamação da República, pois faleceu em 1882, faz-se necessário atribuir a ele as honras e títulos, vez que, juntamente com outros dedicou sua vida a causa da abolição. “Luiz Gama, André Rebouças, Patrocínio, de uma forma ou de outra, contribuíram para apressar a extinção do instituto da escravidão” (MOURA, 1959, p.67).

Representar um grupo étnico foi a missão da sua vida, sendo assim, destacamos seu engajamento nas causas sociais, sobretudo, no Direito, onde sua atuação libertou centenas de escravos em tribunais nos quais atuou, enfrentando dificuldades de várias ordens. Seu posicionamento rendeu-lhe inimigos e ameaças de morte, mas, sua vontade de lutar pela libertação do povo negro superou seus temores.

Os escapes para a sobrevivência dos negros no Brasil foram inúmeros, dentre eles, uma união forjada no cativeiro, inventando no Brasil uma África mística, imaginária. “O que define a família africana é o antepassado comum. [...]. As sociedades africanas fundamentam-se, pois, na linhagem” (MATTOSO, 2003, p.125). Neste aspecto, as relações tiveram aqui uma reconfiguração, construindo outras interações, novas solidariedades, a etnicidade em prol da sobrevivência.

No caso específico do Brasil, as relações ocorreram e se configuraram no âmbito da sobrevivência, e posteriormente, se firmaram enquanto símbolo de resistência, culminando com a preservação de elementos de culturas de povos africanos que foram resignificados a partir das relações com indígenas e outros povos, em outros ecossistemas, redefinindo seus modos de ser, de viver e de fazer, constituindo-se assim, em novos grupos étnicos.

Para Barth (2011) para ser considerado um grupo étnico, quatro características são necessárias: se perpetuar principalmente por meio biológico, compartilhar valores culturais, compor campo de comunicação, se identificar e ser identificado enquanto membro. Entendendo Luiz Gama como descendente de um grupo étnico, os dos mestiços e que optou pela autoidentificação da sua identidade negra, passando assim a pertencer a um grupo étnico específico, o dos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil.

As relações entre negros e brancos nesse período, era um aspecto ainda mais demarcado, do que nos dias atuais, embora permaneça ainda conflitante, Gama ao se identificar com negros escravizados, se excluiu da categoria branco e escravocrata. Os aspectos relacionados às fronteiras estabelecidas nas relações sociais influenciam de alguma forma os modos de vida dos sujeitos, ou seja, como ele se vê, e é visto pelos outros grupos sociais ou étnicos.

Embora o advogado rábula tenha seu nome dentre os abolicionistas, sua vivência foi diferenciada, sabemos. Logo sua história de libertação e superação intelectual, tornam-se também, aspectos que o diferencia de um grupo branco escravocrata e ao mesmo tempo, o aproxima de outro negro libertário, vivendo no limite das fronteiras.

Supondo que, Luiz Gama faz parte de um grupo considerado étnico, e sendo esta uma questão evidenciada neste texto. Apenas os “[...] elementos culturais não marcariam as fronteiras do grupo étnico, enquanto a organização social e os modos de “auto-atribuição e atribuição pelos outros” da identidade étnica sim” (OLIVEIRA, 1976, pp.62-63).

O grupo étnico como organização social, existe enquanto contrastante a outros grupos caracterizados apenas no âmbito dos costumes, não é suficiente para estabelecer fronteiras. Para tanto, se faz necessário que exista uma pertença étnica e o reconhecimento, assim estabelecendo as diferenças entre o nós e os outros.

A dupla divergência supracitada, se por um lado inclui, ao mesmo tempo exclui, são critérios pertinentes para se constituir um grupo considerado étnico. Tais critérios estão associados, certa forma, aos grupos considerados minoritários, evidente que nesse contexto, as minorias, se constituem em grupos com pouca representação política, grupos considerados não hegemônicos.

Os problemas gerados pela escravidão, bem como, os estigmas sofridos pela população negra no Brasil, enquanto grupo étnico reconstituídos na diáspora produziu novas relações étnicas a partir dos contatos entre grupos de negros e de indígenas de distintas origens culturais, em confronto com grupos distintos de brancos, criando conflitos que

perduram na sociedade pós-escravidão, os primeiros, zelaram pela sua sobrevivência através do trabalho autônomo em comunidades, o segundo, pelo monopólio do poder político e social. “Como seus irmãos escravos, o forro tem aguda consciência de sua dignidade e do valor do seu trabalho; [...]. Essa liberdade nova em folha ele terá de vivê-la numa sociedade bem pouco homogênea” (MATTOSO, 2003, p.219).

Nesta perspectiva, a identidade negra se constituiu em grupo considerado marginal, no qual, se insere Gama, personalidade que como afirmado anteriormente, viveu no “fio da navalha”, enquanto mestiço no limite entre fronteiras étnicas, ora usando os privilégios de filho de fidalgo, ora militando enquanto homem que buscou reparar as injustiças legitimadas e institucionalizadas pelo sistema escravocrata. Ele enquanto cidadão letrado, consciente da sua condição, não apenas se apresentou como negro, mas representou o negro. É esse o lugar de afirmação identitária e pertença étnica.

No século XIX sob o comando do Imperador Dom Pedro II, após a independência no ano 1822, o Brasil permaneceu com o Regime Monarquista. Na estratégia de centralizar o poder, Dom Pedro I e seus aliados elaboraram uma constituição, que fora imposta e vigorou até a República em 1889. Dom Pedro I, porém, abdicou do trono em 1831, deixando o poder de governar para seu filho Dom Pedro II, coroado aos 14 de idade em 1840.

Assim, nesse espaço de tempo, o Brasil foi também governado por regentes, período que ficou conhecido como Brasil Regência, uma época marcada por crises sociais e políticos, e que se deram algumas revoltas, Cabanagem, Balaiada, Farroupilha, Sabinada e outras, sendo que Luiza Mahin, mãe de Luiz Gama, como já dito, foi apontada pelo filho em carta autoral, como participante de insurreições ocorridas na Cidade da Bahia.

No Brasil Império as formas econômicas tinham dinâmicas específicas do seu tempo, bem como, uma parcela da sociedade que desfrutava de privilégios, fruto da exploração do trabalho escravo, não queriam perder tais vantagens sobre hipóteses alguma. “Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, [...]” (HOLANDA, 1995, p.73).

Mantendo o poder centralizado, logo, controlando as diversas instituições, os fazendeiros e seus filhos, conseguiam manipular todo o sistema político da sociedade brasileira articulando-se para controlar e dominar o país. Embora, foi importante também, o fato do surgimento de grupos opositores dentro desse sistema supostamente “unificado”, tenha nascido e contribuído para a posterior desestruturação do sistema escravocrata.

Retomando a questão tempo e espaço, embora morassem na cidade paulistana, suas lutas libertárias eram para além, não se mantinham localizadas, pois, ele tentava juridicamente intervir em favor das causas de liberdade de pessoas escravizadas. Um pouco antes de seu envolvimento na jurisprudência, o rábula, debruçou-se sobre a poesia, escrevendo poemas do gênero líricos e satíricos, embora, o segundo se sobressaia ao primeiro, assim, inaugura a posição na literatura do negro-autor.

Embora uma segunda edição do livro publicado no Rio, não tenha obtido boa recepção aos olhos dos críticos da sua época, seu ganho representativo foi “romper a barreira” do silenciamento literário existente para o homem negro, lugar onde letrados eram os brancos ou que se autoatribuíam enquanto tal.

Entendendo os seus feitos sociais, conquistas pessoais, como fundamental ao processo da construção de uma identidade, que se quer negra, sem estereótipos raciais, e principalmente, orgulhoso da riqueza cultural de seus ancestrais africanos. “A “superioridade” da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientavam a história dos povos. A “implantação” de uma teoria dessa natureza não deixa de colocar problemas para os intelectuais brasileiros” (ORTIZ, 2006, p.15).

O baiano se destacou mais que muitos diplomados, refutando as ideologias raciais em circulação no Brasil naquela época, que atribuía ao homem negro um estigma de inferioridade, dentre outros estereótipos cultivados contra o povo negro e sua cultura no país. Dentre essas questões, e contribuindo para legitimar as teorias raciais que começava a se fortalecer, se instalando o pensamento evolucionista das civilizações, pautados na cultura europeia, seus costumes, como modelo de civilização ideal.

Podendo se entendida como concepção social, grupo étnico fazendo parte de uma comunidade inventada, também pode ser entendida por tal perspectiva, pois “[...] grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, [...]” (WEBER, 1991, p.416).

Se a maioria dos negros estava no lugar de escravo ou ex-escravo, os brancos, senhores de engenho, reivindicavam a manutenção do sistema de escravidão que lhe favoreciam. Criando uma disputa entre “opostos”, circunstância também imersas nas contradições, pois, havia ex-escravos que possuíam escravos, seja por herança, seja porque compravam, entre outras situações, sendo assim, não podemos reduzir, mas entender o lugar que o sujeito ocupou dentro do corpo social.

No Brasil as etnias se misturaram, fator que não podemos desconsiderar, contudo, a auto-atribuição e o reconhecimento faziam emergir inevitavelmente as identidades étnicas. Assim sendo, “[...], a etnicidade refere-se a um conjunto de atributos ou traços tais como a língua, a religião, os costumes, o que aproxima da noção de cultura, ou à ascendência comum presumida dos membros, o que a torna próxima de noção de raça” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p.86).

Entendendo que a escravidão foi inicialmente legitimada pela Igreja Católica que disseminou a ideia que o negro não possuía alma, e posteriormente foi fortalecido pelas teorias raciais do final do século XVIII e início do XIX, pregando a inferioridade racial dos povos, entre esses, o povo negro foi o que ocupou o nível mais degradante, por está cultural e fisicamente mais distante do considerado “evoluído e civilizado” europeu.

O racismo, as discriminações criadas a fim de inferiorizar o outro, uma dominação não apenas físicas, mas também psicológica, causando danos sem precedentes na sociedade pós-colonial.

Podemos entender que o pensamento racial foi fortalecido em nome do capitalismo no período colonial, bem como, disseminar tal ideologia, era importante para o acúmulo do capital financeiro e manutenção da força humana de trabalho, uma conveniência oportuna. “O racismo consiste na passagem forçada da biologia darwinista para um *monogenismo* do sentido, [...] universalização do conceito de homem cria necessariamente o *inumano* universal ([...], uma identidade gerando sua alteridade) a partir de um centro equivalente geral europeu” (SODRÉ, 2005, pp.27-28).

Nesse sentido, as ideologias raciais provocaram em nossa sociedade, não apenas disseminar a “inferioridade” do homem negro, mas, um perigoso sentimento de superioridade dos brancos, assim, aumentando a opressão social para os que carregavam em seus fenótipos indícios desse estigma.

Ciente de tais ideologias que permeavam a sociedade, lutou também contra o racismo. E provou que ser negro nunca foi sinônimo de inferioridade, e que a mestiçagem não era patológica. Sua vida pode ser um exemplo de superação, e sinônimo de inteligência, quando conhecemos os seus feitos.

Buscando abordar ou apontar indícios da trajetória do abolicionista negro, faremos um recorte, de sua atuação no Direito e Jornalismo a seguir, não na tentativa de dicotomizar, pois, estão de certa forma estão socialmente imbricada.

No Brasil, o próprio Império, bloqueou a lei abolicionista e atrasou em duas décadas o fim do tráfico de africanos, ou seja, contribuía fortemente para a manutenção do sistema escravocrata. Entendido desse processo praticado pelo Estado, Luiz Gama, ao ingressar na defesa de pessoas escravizadas, mostrou-se um exímio conhecedor das Leis e Códigos Penais do seu tempo.

Rábula e maior orador da província, recusado pela Faculdade de Direito de São Paulo, pelo fato de ser um ex-escravo, isso não foi motivo para desistir, pelo contrário, tomou isso como incentivo para aprofundar ainda mais seus conhecimentos, e superar os diplomados da sua época. O advogado sem diploma, com licença para o exercício da magistratura, fez disso sua subsistência.

Tornou-se um dos melhores advogados da província de São Paulo, muito conhecido pelas pessoas de diferentes classes sociais, um profissional admirado, e também odiado, por parte dos contrários as suas ideologias.

Para Gama, resistir e lutar contra esse sistema era a única alternativa de obter a liberdade e igualdade na sociedade. Fez do Direito uma arma libertária. Demonstração do seu domínio no exercício da profissão, sua abordagem e coragem por enviar ao Imperador pedido de soltura para africanos, demonstra a sua audácia e o domínio de uma linguagem altamente rebuscada: *Uma representação ao Imperador D. Pedro II*, Gazeta da tarde, em 2 de agosto de 1882.

- Deve estar a esta hora em mão do governo uma representação do grande chefe abolicionista que é o símbolo da evangélica resignação no sacrifício em prol da causa que, ferindo os interesses da preguiça nacional, se converte em martírio para os seus sustentadores.

A representação visa a liberdade de homem ilegalmente retidos na escravidão, e nos dispensa de acrescentar-lhe comentários.

A singeleza da exposição dá ao leitor conhecimento do assunto e critério para o seu juízo. Eis a representação: (GAMA, 2011, p. 178).

A narrativa tem início com a explanação que uma carta foi enviada ao imperador Dom Pedro II. Tal carta fora mandada pelo remetente Luiz Gama, no intuito de esclarecer aos leitores dos jornais que circulavam as medidas e as instancias as quais se recorriam para libertar homens escravizados, ou seja, demonstrar como o abolicionista não poupava esforços a fim de por em liberdade os seus clientes, neste caso especificamente, africanos ilegalmente escravizados, apresenta-se ao imperador, “implorando providências administrativas”, Vejamos:

“Senhor [sic] Luiz Gonzaga Pinto da Gama, residente na cidade de São Paulo, vem perante Vossa majestade Imperial implorar providências administrativas, a fim de que não continuem na privação de sua liberdade os libertos constantes da relação inclusa.

A 3 de maio deste ano a Ordem Carmelita concedeu alforria aos setenta e oito indivíduos (...) na referida relação, indivíduos que residem em Mar de Espanha, na fazenda denominada Babilônia, em Minas Gerais (GAMA, 2011, p. 178).

No excerto seguinte, esclarece ao imperador que embora alforriados, os africanos estariam sob o domínio do senhor Brandão de forma ilegal, e outros foram presos a mando do fazendeiro, mas obteve soltura, porém a maioria estaria ilegalmente na propriedade.

Concedidas estas alforrias e invocadas providências que foram concedidas pelo Ministério do Império, não tiveram estas execuções. E os libertos continuam como escravos sob o domínio irregular e ilegal do dr. Joaquim Eduardo Leite Brandão. Dez dos libertos retiraram-se do poder de Brandão; este, porém, pediu providências à polícia para conter escravos insubordinados; obteve força; e recolheu-os à prisão! Interveio a promotoria pública, conseguiu a soltura dos detidos; mas os outros, que se acham na mencionada fazenda, lá continuam no cativeiro (GAMA, 2011, p. 178).

Elucida que a denuncia foi feita pelos próprios africanos que conseguiram chegar em São Paulo, e que tal situação transgrede o Direito, ignorado pela justiça. Acessando os processos, as queixas prestadas por aqueles que recorriam a justiça, Luiz Gama, constrói seu argumento de denuncia. Como esclarece no excerto a seguir:

Cinco destes libertos conseguiram chegar a esta cidade de São Paulo; são eles os representantes destas graves ocorrências, destas monstruosas transgressões do Direito, destes crimes extraordinários cometidos à face da autoridade pública, com menoscabo da lei e desprezo da moral (GAMA, 2011, p. 178).

No desfecho da carta aponta onde estaria a outra parte dos africanos alforriados, que não acompanhou os outros que fizeram a denuncia, descreve o local e como estariam estes africanos, a fim de denotar veracidades dos fatos narrados na correspondência.

Segundo as declarações deste [,] outros cinco conseguiram deixar a pressão em que viviam, e ficaram na Cachoeira, distrito de Lorena, trabalhando a fim de adquirirem meio de transporte para esta cidade.

É nestas circunstâncias que o impetrante vem implorar a Vossa Majestade Imperial providências que tirem os libertos do ilegal domínio em que se acham. É justiça. (GAMA, 2011, p. 178).

A carta é finalizada com a mesma solicitude inicial, pedindo soltura dos africanos que estaria no domínio do escravocrata de forma ilegal. Uma frase de efeito marca o desfecho da narrativa “É justiça”, deixando evidente como o rábula entendia a gravidade dos fatos ocorridos.

Nesta narrativa denota-se que o direito e jornalismo acabam por fundir-se, pois fica evidente a defesa do grupo de africanos, enfim, um o apelo por justiça. Se o papel do jornalismo é difundir informações, divulgar acontecimentos, ou mesmo, denunciar questões, Luiz Gama soube fazer desse instrumento de comunicação, mais uma arma contra a opressão gerada pela escravidão.

A maior parte da população não tinha fácil acesso ao conhecimento, isso quando nos referimos às pessoas livres, nascidas no Brasil, ou oriundas de uma migração em busca de melhores oportunidades de vida, mas, que em sua maioria eram analfabetas, ou, possuíam o mínimo de instrução, imaginem a situação dos escravizados.

Nesse sentido, se considerarmos o fato da proibição que ocorria de o escravo ter acesso ao conhecimento, sob pena de prisão, podemos entender a dimensão da problemática para essa população completamente leiga sobre seus direitos e mantidas em cativo, sobretudo, nas fazendas dos engenhos, provocando um processo de alienação mais intensificado.

Em defesa das vidas humanas, e como um bom sátiro que fora, assim também o foi, nas causas de liberdade, nas denúncias realizadas nos jornais, não deixando escapar nem mesmo o amigo a quem estimava, não foi poupado das suas críticas, Furtado de Mendonça.

No quesito inovação e criatividade foi vanguardista, ajudando a criar um jornal ilustrado, fato que certamente, contribuía no entendimento por parte dos iletrados, no qual, a sátira fazia o seu papel ácido, trajado de denúncias sociais.

Escrevendo nos jornais como Correio Paulistano, deixou suas impressões, a marca do jornalista militante, dentro da perspectiva libertária e engajada, emergindo suas idiossincrasias. “No *Radical Paulistano*, Luiz Gama foi responsável por uma coluna chamada Foro da Capital, espécie de crônica dos bastidores dos tribunais que, a despeito do nome, também tratava de litígios de outras localidades da província” (AZEVEDO, 2010, p.10). Trazendo para as colunas jornalísticas e tornando público, fatos cotidianos dos tribunais.

Participou de outros jornais como o *Cabrião*, que contava com a participação de outros abolicionistas. Fundou outro jornal denominado O *Polichinello*, afim de intensificar e melhor divulgar suas ideologias abolicionista, fortalecendo ainda mais a luta libertária. Fez do jornal e do direito instrumentos de luta, mecanismos de denúncias pública que circulavam.

Assim, para elucidar de forma sucinta suas produções jornalísticas, trazemos a lume, o artigo, intitulado, *Emancipação*, publicado na Gazeta do Povo em 1 dez 1880.

Ilustrado redator: Acabo de ler, sem espanto, mas com pesar, o contristador escrito, publicado na (...) Província [de São Paulo] de hoje, contra o distinto cidadão José do Patrocínio (GAMA, 2011,p.151).

Na narrativa em defesa do amigo abolicionista José do Patrocínio, Gama expressa sua indignação às injustiças direcionadas ao companheiro de luta em texto publicado no jornal Província de São Paulo.

Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, à semelhança da terra, através da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade (GAMA, 2011,p.151).

Tecendo crítica sobre o preconceito racial de que tal sociedade estava impregnada, no qual a cor da pele representava um estigma negativo, criminoso. Partindo dessa premissa ele busca desconstruir, afirmando que é dessa cor a origem da riqueza, apontando para os escravocratas como salteadores, bandidos. Afirmando que é nessa cor tão estigmatizada e ligada à escravidão, que habitava a liberdade.

Vim [lembrar ao] ofensor do cidadão José do Patrocínio por que nós, os abolicionistas, animados de uma só crença, dirigidos por uma só idéia, formamos uma só família, visando um sacrifício único, cumprimos um só dever (GAMA, 2011,p.151).

Nesse trecho da narrativa deixa uma afirmação da ideologia que os abolicionista comungavam enquanto grupo, as identidades que os compõem, compactuavam como um família de laços de solidariedades em prol de uma causa.

José do Patrocínio, por sua elevada inteligência, pelos seus brios, pelo seu patriotismo, pela nobreza do seu caráter, pela sua honradez, que não têm cores, tornou-se credor da estima e é digno dos louvores dos homens de bem. (GAMA, 2011, p. 151).

Finaliza a narrativa apontando para atributos que estariam atrelados a personalidade do seu amigo, inteligência, patriotismo, caráter, os quais não estariam atrelados à cor da pele,

uma ideologia divergente do pensamento coletivo disseminado na época, no qual ser branco denotaria maior benevolência.

O que emerge no escrito é o seu posicionamento político, elemento que também compõem essas identidades negras e abolicionistas, o sentimento de solidariedade que faz parte da etnicidade, evidenciando uma reivindicação identitária, estabelecida no uso do termo “nós”, e reivindica seu pertencimento étnico, recorrendo os elementos de posituação e enaltecimento do espírito de luta dos africanos e seus descendentes.

Uma dupla defesa, ao mesmo tempo de um grupo de negros, e defesa dos abolicionistas, que encontra-se pautada em um argumento de retórica persuasiva, servia como plano de fundo para promover sua defesa não apenas de uma reivindicação da identidade étnica, mas, a luta por igualdades de direitos na diferença, sobretudo, a luta por uma identidade brasileira, que para ele foi construída permeada por elementos de partes da África.

Neste aspecto, o jornal tornou-se um meio para propagação de ideias libertárias, pensamentos abolicionistas, tornado parte da população ciente do direito a liberdade dos negros escravizados, e ao mesmo tempo, contrariando os senhores escravocratas, bem como, pessoas da alta sociedade que possuíam negros africanos sob o regime de escravidão. “No entanto, os documentos judiciais (escrituras, alvarás, contratos, processos cíveis e criminais) devem ser inspecionados, como dados indispensáveis à compreensão do escravismo como opressão política” (PINAUD, 1897, p.41).

No artigo “*Questão jurídica*”, A Província de São Paulo, 18 de dezembro de 1880, os argumentos das leis utilizadas pelo abolicionista marcam o texto, como temos no excerto em destaque.

Subsistem os efeitos manumissórios da lei de 26 de janeiro de 1818, depois das de 7 de novembro de 1831 e de outubro de 1850.

[...]

A lei de 26 de janeiro de 1818 estabeleceu a proibição do tráfico, a libertação dos africanos, as penas para os importadores e outras medidas, para rigorosa observância destas; “mas referiu-se aos africanos provenientes das possessões portuguesas, situadas ao norte do equador”.

O legislador de 1831, sem revogar aquela lei, até então propositalmente mantida, porque não a podia revogar; e não podia revogar, porque a lei foi decretada para a execução dos tratados de 1815, “vigente”; e os tratados, enquanto vigoram, por tácita convenção, constituem leis para mundo civilizado; estatuiu – ampliando as disposições primitivas que foram expressamente mantidas – que ficariam livres “todos os escravos importados no Brasil, vindos de fora, qualquer que fosse a sua procedência”; criou novas medidas repressivas; aumentou a penalidade; e procurou pôr termos ao tráfico, que, na realidade, não poderia ser complemento evitado, com meios

da legislação anterior; e manteve o direito à liberdade dos escravos importados contra a proibição legal (Gama, 2011, p.163).

Utilizando o argumento do tratado que proibia o comércio ao norte do Equador em 1817 e 1818, Luiz Gama acaba por defender que tais homens estavam no Brasil em condições ilegais e por isso, escravizados ilegalmente. Muitos desses africanos oriundos do Golfo do Benim, trazidos para a Bahia. O comércio transatlântico de escravizados era realizado de diferentes formas a fim de driblar a lei estabelecida. “A despeito da proibição legal do tráfico transatlântico de escravos no início do século XIX. O tráfico ilegal floresceu no golfo do Benim entre as décadas de 1820 e 1840. Inicialmente, esse tráfico ilegal foi dirigido majoritariamente para o Brasil, [...]” (LAW, 2016, p.671).

Outro texto publicado que também tratou da lei de 7 de novembro de 1831, que proibia o tráfico de escravizados africanos no território brasileiro, não tem assinatura de Gama, configurando em um texto apócrifo, intitulado de “*Escândalos*”⁴, Radical Paulistano, 30 de setembro de 1869;

Em vista do movimento abolicionista que se está desenvolvendo no império, a despeito do crocodilismo [*sic*] do imperador, e dos inauditos desplantes do seu imoral governo, começam de acautelar-se os corrompidos mercadores de carne humana.

As vozes dos abolicionistas têm posto em relevo um fato altamente criminoso e assaz defendido, há muitos anos, pelas nossas indignas autoridades. É o fato que a maior parte dos escravos africanos existentes no Brasil foram *importados* depois da lei proibitiva do tráfico promulgado em 1831. Começam [,] amendrontados pela opinião pública, os possuidores de africanos livres a vende-los para lugares distantes dos de sua residência (GAMA, 2011, p.117).

Derramando severas críticas ao imperador e ao governo do Império, o artigo escancara contra o crime da escravidão, praticados no país de forma clandestina. O artigo revela que embora a lei em vigor, o comércio ilegal não deixou de ser feito. Para se livrar de tal situação, os donos dos escravizados burlavam a lei, despachando os africanos para outros locais;

Da cidade de Jaguari, província de Minas Gerais, acaba, um sr. Antonio Gonçalves Pereira, de enviar para esta província os africanos Jacinto e sua mulher para serem aqui vendidos, isto porque é ali sabido e muito se falava ultimamente, que tais africanos foram importados há 20 anos!...

⁴ Fígia Fonseca Ferreira (2011:117) aponta a seguinte informação a respeito do texto: “Embora não traga assinatura do autor, é possível supor que saia da pena de Luiz Gama, “especialista” na questão e autor da maioria, senão de todos, os artigos relativos à escravidão ou emancipação”.

Podemos afirmar que em idênticas circunstâncias existem *muitos africanos nesta cidade, com conhecimento das autoridades*, que são as principais protetora[s] de crime tão horroroso (GAMA, 2011, p.117).

Tendo consciência que tudo ocorria na maior naturalidade, de forma banalizada pelas autoridades, que não se quer dava importância para tal problemática, conferindo-lhes culpabilidade, enquanto cúmplices das atrocidades cometidas contra os africanos.

Gama tinha acesso aos processos, seu trabalho nos jornais, atento as informações de tudo que estava ocorrendo, conseguia perceber e não deixava passar despercebido fatos como de africanos oriundo de outras províncias, o que deixa esclarecido o quanto era um homem bem informado e articulado sobre os acontecimentos;

E mais afirmamos, que o governo de S. M. o Imperador tem dado a essas autoridades instruções secretas, *para que não tomem conhecimento* das reclamações que em tal sentido lhes foram feitas!...
Deverão os amigos da humanidade, os defensores da moral cruzar os braços diante de tal abomináveis delitos? (GAMA, 2011, p.117).

Finalizando o artigo deixando evidente como os governantes e autoridades estão em comum acordo em deixar tal situação completamente ignorada. Fazendo uma convocação aos abolicionistas para o enfrentamento enquanto agentes capazes de intervir para mudança desse quadro caótico.

Ciente da situação de muitos africanos, de negros cativos a qual estava inclusa situações de fuga, prisões, crimes de liberdade, outras situações: “a criminalização da fuga de escravos negros se transforma numa ameaça mortal a todo núcleo autônomo de negros livres no território brasileiro. [...]” (ALENCASTRO, 2000, p.345). Pois, negros livres que não tivessem como provar sua liberdade eram presos.

Considerando a sua clientela, o fato de advogar gratuitamente, de angariar fundos para a compra de alforrias, não por acaso, que sofreu ameaças contra a sua vida, chegando a declarar o fato em uma carta escrita para o filho Benedito Graco Pinto da Gama, em setembro de 1870.

Seu posicionamento ideológico e a forma como expunha-se sem medo, incomodava à muitos poderosos, inquietava todo um sistema fundamentado na opressão de um grupo, ao qual se sentia pertencente. “É a natureza simbólica inerente à etnicidade que lhe confere sua eficácia política, e não sua utilização na política que lhe confere uma dimensão simbólica” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p.126). Gama parece afirmar, e ao mesmo tempo

reivindicar a cultura africana, de sua herança materna, a qual, certamente se identificava e soube traduzir de diferentes formas e em diferentes aspectos da sua carreira.

3. POESIA, SÁTIRA E RELAÇÕES ÉTNICAS

Atuando em diferentes segmentos profissionais, fazendo da pena sua profissão, a priori foi na poética que se apresentou como negro, a primeira voz no discurso, afirmando um lugar, reivindicando uma cultura sem estereótipos. “Em 1859, ou seja, doze anos depois de iniciar sua instrução, Luiz Gama publicava em São Paulo a primeira edição de seu livro único – *Primeiras Trovas burlescas de Getulino* – e, dois anos depois, no Rio de Janeiro, [...]” (FERREIRA, 2011, pp. 17-18).

No seu tempo não houve ninguém que chegou a esse lugar de fala, um ex-escravo escritor, um negro que na literatura poética, pintou a sociedade em versos, criticou a escravidão, denunciou o sistema político brasileiro, valorizou uma cultura subjugada, desconstruiu conceitos. Na literatura brasileira, os desdobramentos sociais foram retratados, logo, entende-la como lugar da história, na tentativa de elucidar algumas subjetividades, resquícios do que não constam em documentos oficiais, ou mesmo como complemento destes se faz necessário.

Se o processo literário é construído através da relação entre o escritor e o leitor, o escritor constrói sua obra direcionada para um público específico. É a partir da interação entre a escrita e a leitura que ocorre a significação e, ou ressignificação, atribuindo sentidos ao texto e erigindo a literatura.

A arte literária não pode ser considerada como algo apenas voltada para o mundo da fantasia ou imaginação, pois, se admitirmos também que a literatura seja feita a partir da realidade, ou seja, utiliza como referência o real, o fantástico, ou o real imaginado, faz nos refletir sobre uma dada situação. Assim sendo, “dar nova vida às palavras, criar o efeito de estranhamento, é o meio de que o poeta se serve para obrigar o destinatário da obra literária a pensar na essência da condição humana, a refletir nos problemas da verdade, da justiça, do amor, do tempo, da morte” (D’ONOFRIO, 2006, p. 23).

Ao atuar sobre a inefável condição humana, a arte literária ensejou a criação de gêneros, dentre eles o romantismo e o realismo. Para Gomes (1988) no caso brasileiro o romantismo aborda também o negro, adotando como temática principal, o negro escravo, e mesmo assim, esta ficou em segundo plano, os indícios dessa condição estão atrelados à escassa literatura abolicionista no Brasil.

Instrumento que revela as diferentes épocas de uma sociedade, no caso da brasileira, observa-se que essa arte resulta de grande influência da cultura ocidental, eurocêntrica,

consequentemente, seus símbolos e outras características definiu a maior parte da nossa produção literária. Exercendo função ideológica, utilizada estrategicamente para garantir dominação histórica, cultural, econômica e social, a literatura foi utilizada para propagar e, principalmente para ocultar, esses aspectos ficam evidentes quando se trata do negro na produção dos escritos literários brasileiros do século XIX.

O foco principal do romantismo, de início, foi direcionado para outros assuntos, dentre esses a figura do índio estilizado e adotado como símbolo de brasilidade. É com o realismo que a questão do negro passou a ser mais explorada literariamente, ainda assim de forma desviante ou desumanizada.

Entender como se configura esse processo de construção da literária não é tão simples. Não podemos negar os conflitos da sociedade brasileira no período romântico e nem mesmo no período posterior a sua efervescência.

No contexto social relacionado ao nosso estudo sobre Luiz Gama, autor que assumiu posição político de resistência, cuja literatura abordou segmentos marginalizados, escritor negro que evidenciou satiricamente as contradições e conflitos na sociedade brasileira do seu tempo, buscando o reconhecimento de elementos de cultura dos seus ancestrais e, compreendendo, portanto que “[...] a construção da identidade é indissociável da narrativa e consequentemente da literatura” (BERNED, 1992, p.17).

Autor de um único livro, ao assumir sua identidade e temática negra, foi colocado à margem do cânone literário no Brasil. Com conteúdos versando sobre os escravizados, com uma abordagem humanizada, possivelmente contribui para a não inclusão da sua obra no cânone.

Depois de alfabetizado adquiriu tal afinidade com a escrita que a partir de então tomou espaço na sua vida. Embora, não obstante tenha produzido uma única obra, *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, composta por poemas em sua maioria de caráter satíricos, o jornal foi também outro meio de circulação de seus textos.

Debruçando-nos sobre Trovas burlescas, a fim de entender desde o título o significado do seu conteúdo, e observar como seduz o leitor a apreender seus signos e informações. Ensejar sobre a literatura, ou linguagem da arte literária, pois, nos direciona para a verossimilhança, o real e o imaginário por vezes se confundem.

Construindo símbolos por vezes imbrincado com a realidade, conferindo a alguns gêneros particularidades. “A religião, a filosofia, a arte e a ciência são os sistemas de símbolos historicamente mais importantes destes gêneros. [...] A linguagem é capaz não

somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também de “fazer retornar” estes símbolos” (BERGER, 2001, p.61).

No rol dos símbolos ou representações simbólicas culturais enquanto linguagem, temos a etnicidade, podendo ligar-se à ideia de língua, linguagem e comunicação, no sentido de ser o que difere um grupo do outro no construto das relações étnicas, ou mesmo os traços linguísticos que identificam os indivíduos como pertencentes ao mesmo grupo. Para tanto, no “[...] trabalho dialético as forças e as estruturas históricas que fazem emergir a etnicidade como princípio de divisão do mundo social e a maneira pela qual esta é experimentada na vida quotidiana como um sistema cultural de signos e de símbolos compartilhados” (CAMAROFF (1987) *apud* POUTIGNAT & STREIFF- FENART, 2011, p.127).

A etnicidade evoca uma origem internalizada pelos indivíduos que pertencem a um grupo étnico. Portanto, é de interesse desse sujeito e do grupo, dar continuidade a sua cultura. Por isso, mesmo que alguns elementos sejam resignificados, com o passar do tempo alguns costumes e práticas permanecem dando sentido as suas identidades.

Na diáspora a cultura dos grupos étnicos sofrem desdobramentos vários, como no idioma, o que não foi diferente no caso brasileiro, pois, “[...], a língua é difícil de conservar na diáspora por muitas gerações, [...]. Ora, quando não se consegue conservar a língua, constrói-se muitas vezes a distinção sobre elementos de vocabulário, usados sobre uma sintaxe dada pela língua dominante” (CUNHA, 1979, p.237).

A língua como instrumento de poder, imposta pelo colonizador tornou-se predominante, embora, elementos étnicos dos escravizados tenham restado em forma de vestígios linguísticos, Luiz Gama fez uso dela como meio de reivindicar politicamente uma identidade.

No texto, palavras africanas emergem com elementos linguísticos intencionando reivindicação. Em trovas burlescas, de poesias líricas e satíricas, predominando a segunda em relação à primeira, sendo, sobretudo, permeado por denuncia social. No primeiro poema do livro, intitulado *Prótese*, afirma ser principiante na arte poética, fazendo alusão ao título da obra *Primeiras Trovas*:

O que estou vendo
Vou descrevendo.
Se de um quadrado⁵
Fizer um ovo

⁵ No excerto do poema Ligia Fonseca, op. cit. p.39, anota que: “Luiz Gama, mostrava-se plenamente consciente da estranheza que haveria de causar e enganaria a muitos com seu falso retraimento”

Nisso dou provas
De escritor novo⁶.
(GAMA, 2000, p.8)

Novo sim, mas não significava pouca habilidade com as letras, pois suas epígrafes denotam evidência de intertextualidades sutis e rebuscadas.

Em seguida usa o termo *Trova* que significa: “Provç. *trobar**; lat. **tropare*, inventar, compor *tropos**” (MOISES, 2004, p.454). Além desses significados, a sua origem histórica indica que surgiu: “Durante a Idade Média galaico-portuguesa, o vocábulo “trova” era sinônimo de “cantiga” *, e, portanto, designava toda espécie de poema* em que se produzia aliança entre a letra e a música.” (MOISES, 2004, p.454). Os poemas eram feitos para serem declamados, sobretudo em saraus e outros locais públicos. “E nos séculos XV e XVI, a palavra ‘trova’, [...] do verbo ‘trovar’ < ‘trobar’, tinha um significado retintamente popular. [...]. A partir do século XVI, com a desvinculação havida entre as palavras e a pauta musical, o termo fixou-se como equivalente de quadrinha*” (MOISES, 2004, p.454).

As quadras, apresentadas em forma de poemas, produzem estrofes compostas de quatro versos e, sobretudo, por sete sílabas. Essa metrificacão usada por Gama deixa evidente para o leitor que não escreveu um livro de prosa, mas de poesias, uma poesia de caráter popular. Tratando-se ainda no mesmo poema, cabe observar que o trovador anuncia ao que veio, ou seja, para se submeter aos valores pátrios.

E podem colocar-se à retaguarda
Os venerandos sábios de influência;
Que o trovista respeita submisso,
Honra, pátria, virtude, inteligência⁷
(GAMA, 2000, p. 9).

O terceiro termo, *Burlesco*, está ligado à arte da escrita literária, não de qualquer tipo, mas a um estilo específico, humorístico, recorrendo à sátira. No caso do livro em questão, o próprio autor apresenta referências de intertextualidades como os escritos de Camões, Gregório de Matos, Faustino Xavier, e outros. “O vocábulo “burlesco” designa as obras literárias ou teatrais que, visando ao cômico por do ridículo ou da zombaria, recorrem à imitação satírica

⁶ Sobre o poema *Prótese* Sílvia de Oliveira, op. cit. p.207-208, declara que: “[...] talvez possa ser lido por essa circularidade identitária, pois a categorização da identidade artística, e aparentemente humilde, é a primeira mas remete também a identidade social das palavras [...]”

⁷ Esta interpretação também é encontrada em Elciene Azevedo, op. cit., p.42. A respeito da estrofe o autor infere que: “Luiz Gama elenca alguns dos temas que pretende tratar ao longo do livro – definidos em contra posição à afirmação de valores que diz respeitar.”

ou parodística de obras sérias, de modo a produzir-se “incongruência entre o assunto e o estilo, [...] essa que provoca o riso” (Jump 1972:72): (JUMP *apud* MOÍSES, 2004, p.58).

As epígrafes utilizadas conferem ao poeta, certo modo, um conhecimento prévio de importantes autores de outrora. Poemas satíricos, no estilo moralizante, zombam dos costumes de tal sociedade, com isso não absorve ninguém, todos se tornam prováveis alvos do atrevimento sarcástico do trovador. “Mas o principal das *Trovas* e provavelmente a traça ideológica mais cara a Luiz Gama é mesmo o teor sardônico que investe sobre desvios éticos da política social do Segundo Reinado, no âmbito horaciano do *castigat ridendo mores*” (ARAUJO, 2011, p.476). Expressão latina “a rir critica-se costumes” muito conhecida e utilizada nas obras de sátiros como Gil Vicente, ou mesmo quando se trata do Boca do inferno.

Getulino, último termo, é um pseudônimo de Luiz Gama, o uso deste recuso tornou-se hábito comum dos escritores que buscavam ocultar a sua verdadeira identidade até o século XIX. Escreveu em outros meios seus poemas, mas especificamente, em jornais utilizando outros pseudônimos, no *O Polichinelo*, por exemplo, periódico de humor, assinava como Afro e Barrabás.

Se a sátira se faz presente na maioria dos seus poemas, se consistindo na principal figura de linguagem utilizada pelo autor, necessário então, esclarecer o seu significado: “Lat. sátira, [...], consiste na crítica das instituições ou pessoas, na censura dos males da sociedade ou dos indivíduos. Vizinha da comédia*, [...], envolve uma atitude ofensiva, [...]: o ataque é a sua marca distintiva, a insatisfação perante o estabelecido, a sua mola básica” (MOÍSES, 2004, p.412).

Com uma poesia de cunho político social disposta ao enfrentamento, trazendo uma realidade nua e crua, falando da sociedade em forma de denúncia, apontado para homens, mulheres, Estado, Igreja, ricos, pobres, brancos, negros, outros tantos. A sátira foi sua aliada mais precisa.

Gama satirizando faz da sua poética ruptura. A literatura feita e vigente na época em que viveu era, predominantemente feita dentro dos preceitos do romantismo, ele seguiu o rumo oposto e foi oposição à crítica literária de então. Por meio de suas poesias, denunciou os comportamentos praticados pela sociedade escravocrata.

Se Castro Alves, seu conterrâneo e contemporâneo, expressa o negro africano e seus descendentes apenas como vítimas, até mesmo passivas da violência do sistema escravocrata, Luiz Gama diverge dele nesse aspecto, pois o autor negro e o negro em sua obra reivindicam

igualdade, ocupando lugar central no discurso, um discurso na vanguarda. “Ao contrário de Castro Alves, em cuja poesia o negro continua sendo o *outro*, ou seja, aquele de quem se fala, Luiz Gama se assume como *outro, como aquele* que é mantido pela “maioria” branca em uma situação de estranheza dentro do corpo social” (BERND, 1988, p.46).

Procurando entender como se dá o processo de negociação de elementos étnicos nos poemas de Gama, destacando léxicos da cultura africana e europeia, tais entrelaçamentos linguísticos compõem a identidade nacional brasileira, da América, ou seja, as relações étnicas, misturas, mestiçagens, trânsitos.

O povo brasileiro oriundo da miscigenação, entre nativos indígenas, europeus e, posteriormente, africanos aparece nos seus poemas enquanto elementos de cultura, através de signos linguísticos, predominante, dos negros e brancos expressos em muitos dos seus versos, através dos quais evidencia a construção da identidade, sobretudo, demonstrando a inclusão de elementos da cultura africana. O posicionamento estético de Luiz Gama permitiu pela primeira vez na literatura brasileira, uma contra ideologia ao pensamento racial dominante, uma literatura que visou transgredir e desobedecer.

Se o cânone literário exclui os elementos de cultura negra do contexto da Nação criando um imaginário por vezes distante do real para representar o povo, então, precisamos revisita-lo para ver o que ficou fora dele, lançar um olhar empenhado em perceber as formas de manipulação histórica e literárias, nos quais os textos passam a ter certo valor, e quem são os porta-vozes desses discursos, suas ideologias e posicionamentos frente às questões inquietantes, e mesmo conflitos indeníveis que afligiram a sociedade na qual esses escritos circularam influenciando-a ideologicamente.

Gama dessacraliza desviando, a sua maneira rompe, desnudando a hipocrisia dos corruptos, desmonta o preconceito racial, buscando desmitificar ideologias dentro da sagacidade que a sátira admite, fazendo-se valer da comicidade. Não é por acaso que a arte literária produzida pelo autor em estudo foi considerada como ruptura em relação à literatura produzida no período.

O que se quer ignorar não passa despercebido pelo tom sarcástico e explícito do poeta, nutrindo a sua criação poética de denúncia. A opressão do sistema escravocrata é denunciada, ao mesmo tempo em que o autor valoriza a cultura africana, que os arautos do romantismo querem fora da nação e da formação do povo brasileiro.

Assim sendo, Gama propagou seus ideais libertários em uma sociedade arraigada de ideologias raciais, fortalecidas e cultivada pelo sistema de colonização e perdurou depois,

desencadeando em problemáticas contemporâneas. “Luiz Gama e José do Patrocínio forneceram a oportunidade de verificar que auto-imagem o intelectual negro oitocentista expressou literariamente, e de que forma viu ele a inserção do negro na sociedade de seu tempo” (GOMES, 1988, p.4).

Sua arte literária denota vestígios deste lugar de fala, no velho espaço de produção do discurso, Brasil Império. Estratégias articuladas pelo autor, buscando intensificar sua batalha contra a opressão de homens e mulheres oriundos da África ou de seus descendentes. Caminhando por esse jogo, no qual o processo de negociação, relações étnicas são permeadas, utilizando elementos da Europa e África para descrever a América.

Visão engajada e crítica, ao descrever por meio do eu lírico, o panorama social daquela sociedade do século XIX, um olhar consciente das ideologias que permeavam a atmosfera cheia de preconceitos, discriminações e racismo na sua época.

Em *Sortimento de gorras para a gente do grande tom*, é feita uma crítica moralizante ao gosto da sátira temos:

Se os *nobres* d’esta terra, empanturrados,
Em Guiné têm parentes enterrados;
E, cedendo à prosápia, ou duros vícios,
Esquecem os negrinhos seus patrícios;
Se mulatos de cor esbranquiçada,
Já se julgam de origem refinada,
E, curvos à mania que os domina,
Desprezam a *vovó* que é preta-mina:
Não te espantes, ó Leitor, da novidade,
Pois que tudo no Brasil é raridade!
(GAMA, 2000, p.18)

Apontado para os nobres, descendentes de portugueses, considerando que estes assumiram o lugar do branco, da raça superior em terras brasileiras, o eu lírico faz emergir a mestiçagem que se deu aqui, dos portugueses com africanos sobretudo. Fazendo uma crítica a aquele que se assume branco, por ter pele clara, ou seja, negro de pele clara. Terceira uma reflexão ultrapassando o pensamento racial brasileiro, que tende a desconsiderar a origem genética do indivíduo, levando em consideração aspectos fenotípicos.

A partir do ensejo, ele articula adentrando e satirizando o governo imperial do Brasil, então ele tece críticas aos governantes que entende como responsáveis pelas problemáticas da Nação, criticando a corrupção, satirizando os corruptos, vejamos:

Se o governo do Império Brasileiro,

Faz cousas de espantar o mundo inteiro,
 Transcendendo o Autor da geração,
 O jumento transforma em sor Barão;
 Se estúpido matuto, apatetado,
 Idolatra o papel de mascarado;
 E fazendo-se o lorpa deputado,
 N'Assembléia vai dar seu – apolhado
 Não te espantes, ó leitor, da novidade,
 Pois que tudo no Brasil é raridade!
 (GAMA, 2000, p.18).

De forma geral, o governo brasileiro é desmoralizado, aos membros da corte atribuída conotação animalesca, uma prática comum na sátira. O deputado é apontado como idiota, e apoiado pela assembleia. A conclusão na estrofe permeada pelo sarcasmo.

Se temos Deputados, Senadores,
 Bons Ministros, e outros chuchadores[,]
 Que se aferram às tetas da Nação
 Com mais sanha que o tigre, ou que o Leão;
 Se já temos calçadas – *mac-lama*,
 Novidade que esfalfa a voz da Fama,
 Blasonando as gazetas – que há progresso,
 Quando tudo caminha p'ra o regresso;
 Não te espantes, ó Leitor, da pepineira,
 Pois que tudo no Brasil é chuchadeira!
 (GAMA, 2000, p.19).

A sagacidade na estrofe em destaque, o eu-lírico remete-nos a refletir sobre o grave problema político instalado no Brasil. A crítica moralizante denota o quão insaciáveis são estes, comparando-os com animais selvagens. Fazendo contraponto com a situação política do seu tempo, nos versos seguem a denúncia ligada à propagação das inverdades disseminadas pelos políticos nos jornais da época, continua:

Se a justiça, por ter olhos vendados,
 É vendida, por certos Magistrados,
 Que o pudor aferrando na gaveta,
 Sustentam – que o Direito é pura peta;
 E se os altos poderes sociais,
 Toleram estas cenas imorais;
 Se não mente o rifão, já mui sabido:
 - *Ladrão que muito furta é protegido*-
 É que o sábio, no Brasil, só quer lambança,
 Onde possa empantufar a larga pança!
 (GAMA, 2000, p.21).

Apontar a cegueira da justiça, que vira negócio na mão dos poderosos e autoridades do Estado, corrutos e corruptores da lei, os quais ignoram o bom senso e sem pudor em relação as maledicência que ocorre no país: “Toleram cenas imorais”. Nos versos que se seguem temos uma declaração precisa sobre como a Lei é benevolente com os abastados, pelo fato de pertencerem a uma classe social elevada: “Ladrão que muito furta é protegido”. Fechando a estrofe ratificando desprezo para aqueles que se deixam corromper, se beneficiando por meio de tais práticas instaladas no sistema jurídico do Brasil.

Suas denúncias ao sistema não param por aí, pois no poema *A guarda nacional*, este que não faz parte da segunda edição do Trovas Burlescas, mas publicado nas páginas dos jornais paulistano, interpelado por posicionamentos políticos de críticas ao Estado:

Quando o Brasil se achava em embrião,
Lutando pelos foros de Nação,
E que o povo, coitado, em desatino,
Ao astuto cedia, ao malandrinho,
Construía, p´ra si, fatal pelouro
Onde atado seria, com desdouro;
Este poste – é a *Guarda* do Império,
Criada p´ra o salvar do vitupério.
Ulagelo que m´or p´rece que infernal,
E que dizem chamar-se – Nacional!
A caduca Milícia, assim tratada,
De um jato foi toda desbaratada;
Eram resto do feudo d´além-mar[,]
Que o Brasil não devia conservar:
E, para o *livre* povo brasileiro,
Instituiu-se um novo cativoiro!
(GAMA, 2000, p.208-209).

Fazendo referência a Guarda Nacional criada em 1831, após à renúncia de D. Pedro I, passou a vigorar a Regência Trina Permanente. A Guarda Nacional era uma espécie de alistamento para homens, tinha critério de idade e de renda e dava aos integrantes certos benefícios, e foi uma espécie de agrupamento com intuito de reforçar as forças policiais e do exército. Criticando

A Guarda Nacional ou “caduca Milícia”, como o poema enseja, demonstrando insatisfação com esse tipo de mecanismo. Denota também que seriam “resto de feudo”, uma espécie de barganha existente na Idade Média, para se garantir apoio. Criticando esse mecanismo, pois entende que seus integrantes passaram a exercer poder sobre os demais cidadãos brasileiros. E no mesmo poema temos:

São *Guardas* defensores do Estado –
 Assim nos reza o pacto alambicado,
 Que por ser mistifório, ou desconchavo,
 Já não vale, sequer, nenhum só chavo!
 Criou-se (*sic*) batalhões de mascarados,
 De chuços e bодоques enrestados,
 Fardando a periquito ou papagaios (*sic*)
 Ou cousa parecidas com lacaios.
 (GAMA, 2000, p.208-209)

Na estrofe seguinte esclarece que a Guarda Nacional serve aos interesses do Estado. Criticando o sistema, ao qual “Já não vale, sequer, nenhum só chavo”, ou nenhum centavo. Encerra a estrofe apontando nos dois últimos versos que o Estado estaria “fardando lacaios”, uma referencia a servo ou escravo.

Outro poema com visão bastante politizada encontra-se em *O rei-cidadão*, o qual emerge críticas a Monarquia e defende a República:

- Reina o Rei, não governa – é o problema;
 - Mas, se reina, governa: eis o dilema!
 - Não só reina, governa e administra –
 É suprema doutrina monarquista.
 De outro ponto o ministro não quer meias,
 Quer o Rei regulado, um Rei de peias;
 E antolha-se – Penélope do dia,
 Capaz de refazer a monarquia:
 Um Rei feroz não quer, nem Rei tirano,
 Mas um Rei cidadão – republicano!
 (GAMA, 2000, p.271)

Criticando o Rei do Brasil e o regime monarca, vai tecendo críticas, mas o objetivo era fazer emergir um posicionamento político, o qual fazia também parte de outra bandeira de luta, defasa do Regime republicano. E prossegue:

Na prática também reina a balbúrdia,
 A mania do mundo, a mais estúrdia.
 O povo presta o voto nos comícios,
 Ou aluga o mandato aos seus *Fenícios*;
 Governa ao Parlamento o Ministério;
 Governa à opinião o Presbitério;
 Na Província governa o Presidente,
 O Escriba, o Meirinho, toda gente;
 Governa o mundo velho, o mundo novo,
 Um há que não governa, é o bom povo!...
 (GAMA, 2000, pp.271-272).

O poema segue demonstrando um panorama da forma que era a governabilidade da época, “reina a balbúrdia”, bagunça ou desordem. Apontando que todos governam menos o povo. Como o poema foi publicado nos jornais, a temática converge com alguns dos artigos que circularam neste mesmo veículo.

Além de ser político e tratar da política brasileira, vislumbrava, sobretudo, uma sociedade livre dos estereótipos racialistas e principalmente pautada no reconhecimento e valorização da riqueza cultural dos povos africanos, um posicionamento divergente daqueles que desejavam manter o poder e apoiadores do sistema escravocrata no seu tempo.

As mazelas e a hipocrisia, o que se quer ignorar, não passa despercebido pelo sátiro, que faz desses valores, o principal combustível da sua criação poética. Vinculados a sua militância, elementos da cultura africana forma realçados nas suas produções literárias. Representou a voz das minorias políticas, historicamente marginalizadas, enfrentou juridicamente atos de violências físicas e simbólicas sofrida por ele e pelos demais escravizados.

Se as artes revelam muito sobre uma época e sociedade, a Literatura merece o seu lugar de destaque, pois, foi um dos instrumentos utilizados nas lutas contra os preconceitos raciais e discriminações instalados na sociedade brasileira. E não deixa de fazer críticas ao sistema da escravidão. No poema intitulado *Minha mãe*, pode ser visto seu posicionamento:

Era mui bela e formosa,
Era a mais linda pretinha,
Da adusta Líbia rainha,
E no Brasil pobre escrava!
Oh, que saudades que eu tenho
Dos seus mimosos carinhos,
Quando c’os tenros filhinhos
Ela sorrindo brincava⁸
(GAMA, 2011, p.200).

Homenagem do poeta para sua mãe Luiza Mahin, que se encontra explicitada na carta enviada a Lucio de Mendonça, quando escreve: “dediquei-lhe os versos que com esta carta envio-te” (GAMA, 2011, p.200). A estrofe em destaque elucida para a beleza da mulher africana, que de rainha em seu lugar de origem, passa a ser escravizada em território brasileiro.

⁸ A respeito de parte da estrofe do poema Sílvio de Oliveira, op. cit. p.26, esclarece o seguinte: “Está evocando e sempre o fará – a figura materna que tantas lendas e fantasias inspirou”.

Tendo em vista que sua infância foi permeada de diferenças étnicas, culturais, sociais, e religiosas, um mestiço que passou a juventude como escravizado, adulto como homem livre e assumidamente negro. Sendo assim, Gama passa por processos de construção identitária, de negociações étnicas, no qual, as identificações emergem para construir e fortalecer sua identidade, que não deixa de ser, ao mesmo tempo, negra e mestiça.

Entender no processo de construção das sociedades, as interações genéticas e culturais operadas com o decorrer do tempo, é possível indicar a importância desse fenômeno para a existência da diversidade humana, bem como, a “manutenção” das diferentes culturas. A cultura brasileira, oriunda da mestiçagem dos diferentes povos aqui instalados, e as relações étnicas entre indígenas, africanos e portugueses, construíram um país multicultural, cheios de nuances e contradições. “Além da confusão entre o conceito biológico de miscigenação e o cultural de transculturação ou aculturação, o fenômeno de hibridade é designado por uma polissemia terminológica segundo as nações, as regiões, as classes sociais e as situações particulares de linguagem” (MUNANGA, 1999, p. 20). Neste sentido, o mestiço era considerado superior ao mulato, pois tinha uma maior aproximação com a raça branca, considerada hegemônica.

O pensamento ideológico racista disseminado na nossa sociedade, embora, as relações étnicas aqui se estabeleceram desde a vinda dos portugueses, seja de forma consentida ou por meio das inúmeras violências ocorridas nesse processo. Assim como, também prosseguiu ocorrendo com a vinda dos africanos para o Brasil, tempos mais tarde, portanto, “as relações sexuais não produzem necessariamente um abrandamento da atitude de animosidade racial, mas podem fazê-la, principalmente quando homens brancos se "casam" com mulheres negras, como ocorreu no Brasil, ou quando estabelecem laços [...]” (CARL DEGLER apud MUNANGA, 1999, p. 84).

No Brasil quanto maior aproximação com a raça branca, as possibilidades serem alforriados e de ascenderem socialmente aumentavam significativamente.

Nesse sentido, as relações, casamentos e laços afetivos se estabeleceram emergindo daí questionamentos, considerando as circunstâncias aqui estabelecidas, pois, a situação do cativo, visto que laços “afetivos” poderia também denotar uma questão de sobrevivência. Além disso, não podemos perder de vista, os processos de silenciamentos que os africanos e indígenas foram submetidos. Entender a história de Gama é em parte, admitir essas relações étnicas na composição e construção da sociedade.

Romper a barreira do silenciamento literário imposto ao homem negro, vez que esse lugar se constituiu como reserva aos predominantemente brancos, ou aos que se auto atribuíam tal qualificação, especialmente.

O poeta expressa conflitos gerados pelas relações étnicas no contexto, especificamente a relação do negro com o branco.

MOTE

E não pôde negar ser meu parente!

SONETO

[...]

Minha mãe, que é de proa alcantilada,
Vem de raça dos Reis mais afamados⁹;
- Blasonava entre um bando de pasmados
Certo parvo de casta *amorenada*
(GAMA, 2000, p.36).

O poema *Mote (soneto)* inicia com uma frase de efeito, apontando em tom de denúncia, para os quais regularizam a condição de “bastardo”, situação que não era incomum no Brasil. Na segunda estrofe, emerge uma explanação a respeito da sua ancestralidade africana, elucidando a nobreza de seu povo.

Eis que brada um peralta retumbante [:]
“- Teu avô, que de cor era latente,
“Teve um neto mulato e mui pedante!”
Irrita-se o fidalgo qual demente,
Trescala a vil cantiga nauseante,
E não pôde negar ser meu parente!
(GAMA, 2000, pp.36-37).

Nas estrofes em destaque, satiriza o fato de possui uma cor que contrasta com seus parentes, de pele clara, e pertencente à nobreza. Satirizando uma prática da época, a qual, brancos terem filhos com mulheres negras e posteriormente considera-lo bastardos, não era incomum. Assim, ele conseguiu transmitir ao leitor as práticas e vícios sociais naturalizados.

No caso em estudo, não se deve deixar de apontar um aspecto significativo, no que se refere à língua, fenômeno que Gama soube explorar muito bem, como por exemplo, em algumas palavras do poema, *LÁ VAI VERSO!* Que chamam a atenção:

⁹ Sobre os dois primeiros versos Eduardo Antonio, op. cit. p.731, diz: “Identifica uma origem nobre contra a ideia de um povo sem história.”

Ó Musa de Guiné, cor de azeviche,
 Estátua de granito denegrado,
 Ante quem o Leão se põe rendido,
 Despido do furor de atroz braveza;
 Empresta-me o cabaço *d'urucungu*,
 Ensina-me a brandir tua marimba,
 Inspira-me a ciência da *candimba*,
 Às vias me conduz de alta grandeza
 (GAMA, 2000, pp.10-11).

Muitas coisas são apontadas intencionalmente nestes versos, termos da cultura europeia estão conectados aos elementos africanos. No primeiro verso da estrofe em destaque, o eu lírico aponta para a **Musa**: “s.f.1 na mitologia grega, cada uma das nove divindades que orientavam as artes 2 *p.ext.* qualquer ser ou divindade que inspire as artes” (HOUAISS, 2009, p.518), mas aqui não é a divindade grega, de pele clara, europeia, e sim a da Guiné, país da África Ocidental. Destaca que sua cor é azeviche, cor negra, personificada em uma estátua de granito enegrecido. O leão, animal presentes nos continentes da África e Europa, também compõe o poema para ilustrar os encantos da Musa africana que é abrigada pelo poeta.

Outro aspecto na estrofe são os léxicos de línguas africanas, que aparecem de forma recorrente, dentre elas, **CABAÇO**: “(banto) 1.(°LP) – s.m. o hímen, a vagina da mulher, Cf. **quirica**. Ver. **lanqueza**, **tabaca**. Kik./kimb. Kbasu, hímen. 2. (°LP) – exp. “tira (r) o **cabaço**”, desvignar, **descabaça (r)**. Ver **anajelá**” (CASTRO, 2001 p.182); **URUCUNGO**: “(banto) (°br) - s.m. arco-musical. Ver **berimbau**. Var. **uricungo**. Kik. *Lungungu*” (CASTRO, 2001 p.248). Outra definição do próprio autor de *Urucungo*: “instrumento de música africano; consiste num arco de quatro a cinco palmos de comprimento, cuja besta é de arame ou fio de barbante, tendo numa das extremidades uma pequena cabaça cerceada, que aplicam sobre o ventre, tangida com uma varinha” (GAMA, 2000, p.11); **MARIMBA**: “(banto) 1. (°BR) -s.f. instrumento musical, espécie de xilofone. Kik. / Kimb. *madimba/ Umb. Omalimba.*” (CASTRO, 2001 p.277); e **CANDIMBA**: “(banto) (°LP) – s.m. coelho do mato. Kimb. *Candimba*. (CASTRO, 2001 p.195). *Candimba*: “é, segundo algumas nações africanas, ciência misteriosa, que só pode ser perscrutada pelos sacerdotes” (GAMA, 2000, p.11).

Tecendo uma composição poeticamente expressiva, o eu-lírico parece afirmar, e ao mesmo tempo reivindicar a cultura africana ancestral, com a qual se identificava e soube traduzir de diferentes formas e aspectos da sua obra, para tratar de uma identidade nacional. A identidade é cantada, permeia os versos com palavras inseridas para evidenciar seu

pertencimento étnico. O negro afro-brasileiro, Orfeu de carapinha, como se autodenominou nos versos que enuncia:

Quero que o mundo me encarando veja,
Um retumbante *Orfeu de carapinha*,
Que a Lira desprezando, por mesquinha,
Ao som decanta de Marimba augusta;
E, qual outro Arion entre os Delfins,
Os ávidos piratas embaindo –
As ferrenhas palhetas vai brandindo,
Com estilo que preza a Líbia adusta¹⁰
(GAMA, 2000, pp.11-12).

A escolha do personagem mitológico Orfeu, satiricamente, pode representar alguma alusão com características do autor. Partindo do princípio que Orfeu foi o poeta mais talentoso que já existiu e que com a sua lira era capaz de encantar todas as coisas vivas do mundo. “Orfeu, filho de Apolo e da musa Calíope, recebeu de seu pai, como presente, uma lira e aprendeu a tocar com tal perfeição que nada podia resistir ao encanto de sua música. Não somente os mortais, seus semelhantes, mas os animais abrandavam-se aos seus acordes [...]” (BULFINCH, 2006, p.183). Também, pode-se inferir que o autor relaciona a busca de Orfeu no mundo inferior por sua amante Eurídice, a incansável busca de Gama por sua mãe, com a coincidência de que em ambos os casos, o mitológico e o real, foram mal sucedidas.

O Orfeu da mitologia grega, aqui é transformado em Orfeu brasileiro, com carapinhas, uma referência aos cabelos crespos, um elemento do fenótipo de africanos, estabelecendo diálogos entre elementos das duas culturas que marcam a identidade brasileira.

Na estrofe os processos de negociação vão se dando, ao utilizar elementos linguísticos europeus e africanos para compor os versos. A Lira, instrumento europeu utilizado pelos gregos na antiguidade para recitar poesias, é desprezada, dando preferência a Marimba, instrumento africano. O léxico ARÍON: “Cavalo fabuloso, filho de Poseídon e de Deméter, que seria transformado em égua (ou em Erínia) para fugir de seu irmão ou de uma Erínia” (Schol. Hom. II.23, 346) (BRANDÃO, 2017, p. 40), novamente remete a mitologia grega,

¹⁰ A interpretação do poema *Lá vai verso* encontra-se analisada por Sílvia op. cit. p.212-214, anota o seguinte: “trazendo a lume interpretação de Roberto Oliveira de Brandão anota: Modelos e conteúdos teriam sido inteiramente absorvidos por ótica negra. O épico havia se tornado, assim, paródia de si mesmo. Os olhares variam sob as seguintes alternativas: Luiz Gama reproduziu traços brasileiros da cultura ocidental ou precedeu a instauração de um modo de ver afro-brasileiro?”. Elciene op. cit. p.58-59 anota que: “neste caso a musa apresentava uma característica muito singular em relação às alvas musas parnasianas”, e “Luiz Gama demonstra nesses versos o desejo de igualar-se a Orfeu”. Eduardo Antonio op. cit. p.731 e 738, descreve: “Ressalta a beleza negro, da mulher negra, ao tempo que sua imagem era carregada de representações estereotipadas. Tal atitude foi no mínimo desafiadora para a tradição literária.” E completa: “[...] consciência que enuncia uma identidade ignorada”.

em contraponto com a Líbia, país do norte da África. Podendo ser visto como processo de negociação linguística e de relação étnicas.

Nem eu próprio à festança escaparei;
Com foros de *Africano fidalgo*,
Montado nem *Barão* com ar de zote –
Ao rufo do tambor, e dos zabumbas,
Ao som de mil aplausos retumbantes,
Entre os netos de Ginga, meus parentes¹¹,
Pulando de prazer e de contentes –
Nas danças entrarei d’altas *caiumbas*
(GAMA, 2000, p.12).

Na estrofe em destaque, referindo-se a sua condição de ex-excravo, “com foros de africano fidalgo”, por se considerar filho de fidalgo português, o eu-lírico faz valer seu triunfo ao se colocar em pé de igualdade entre os irmãos da África. Festejando ao som dos instrumentos de origem africanos, tambor e zabumba, elementos da cultura negra, considerados em rituais religiosos como Entidades, cuja função, é propiciar através dos sons ritmados, os vínculos entre humanos e as divindades.

Todavia, na maioria dos seus poemas a sátira predomina, sobretudo, no mais conhecido deles “A bodarada”, intitulado pelo próprio poeta de *Quem sou eu?* Seu estilema, aliado a figura de linguagem que destroça as mais sutis formas de simulação ordeira, não escapou a arguta percepção nos versos:

Amo o pobre, deixo o rico,
Vivo como o Tico-tico;
Não me envolvo em torvelinho,
Vivo só no meu cantinho:
Da grandeza sempre longe
Como vive o pobre monge.
Tenho mui poucos amigos,
Porém bons, que são antigos,
Fujo sempre à hipocrisia,
À sandice, à fidalguia;
(GAMA, 2000, p.113).

No primeiro verso, o eu lírico vai deixando pistas dos desdobramentos que vão se desenvolver ao longo do poema, se mostrando benevolente aos menos favorecidos em detrimento dos mais favorecidos. No meio do poema busca fazer emergir um posicionamento ideológico, quando descreve: “Dá grandeza sempre longe”, afastando-se das vaidades

¹¹ Sobre o verso “Entre os netos de Ginga, meus parentes”, Eduardo Antonio op. cit. p731 elucidada: “Uma África, cuja relações de descendência são negadas”.

humanas incluindo materialidades. Nos versos que se seguem aponta para as maledicências, “hipócrita e sandices”, e o provável local que estariam tais vícios, “a fidalguia”.

Sua crítica vai se desenrolando na dispersão do poema:

Que, sem pingo de rubor,
Diz a todos, que é DOUTOR!
Não tolero o magistrado,
Que do brio descuidado,
Vende a lei, trai a justiça
- Faz a todos injustiça –
Com rigor deprime o pobre,
Presta abrigo ao rico, ao nobre,
E só acha horrendo crime
No mendigo, que deprime
(GAMA, 2000, p.113).

Declarando seu posicionamento político, colocando em xeque a imparcialidade dos magistrados, da justiça brasileira, satiriza a auto titulação comum a este país, dos doutores sem e com títulos, os quais utilizam a lei e o poder para oprimir o desprovido em benefício dos abastados, uma lei com “dois pesos e duas medidas”.

Fazendo esse trajeto, o bio (vida) entra na grafia (escrita), pois o eu-lírico aponta para o poeta enquanto representação da figura que será censurada por tais reflexões, “Hão de chamar-me – tarelo, / Bode, negro, Mongibelo;”. Fazendo tal ensejo, vai construindo mais e mais críticas, que perpassam outros elementos e problemáticas vistas como também como inaceitáveis. Então ele vai articulando seus posicionamentos políticos ideológicos:

Se negro sou, ou sou bode,
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda a casta,
Pois que a espécie é muito vasta...
Há cizentos, há rajados,
Baios, pampas e malhados,
Bodes negros, *bodes brancos*,
E, sejamos todos francos,
Uns plebeus, e outros nobres,
Bodes ricos, bodes pobres,
Bodes sábios, importantes,
E também alguns tratantes...
Aqui, n’esta boa terra,
Marram todos, tudo berra¹²;
(GAMA, 2000, p.116).

¹² Sobre o poema infere Elciene Azevedo op. cit. p.62, que: “O desdém e o deboche com que parece tratar as classificações que poderia receber (ou efetivamente recebia)”.

A palavra bode, termo pejorativo atribuído para aquelas de sangue negro, que foi em seus versos resignificada. Considerando, pois, o Brasil país miscigenado, quem poderia escapar de ser bode?, uma provocação presente no poema, numa perspectiva questionadora do lugar da branquitude na sociedade. “[...] Luiz Gama, assume pela primeira vez o termo BODE com que pejorativamente eram chamados os negros, devolvendo assim ao branco a “pedra” que este lhe atirara” (BERND, 1988. p.44).

Nobres Condes e Duquesas [,]
 Ricas Damas e Marquesas,
 Deputados, senadores,
 Gentis-homens, vereadores (sic)
 Belas Damas emproadas,
 De nobreza empantufadas;
 Repimpados principotes,
 Orgulhosos fidalgotes,
 Frades, Bispos, Cardeais,
 Fanfarrões imperiais,
 Gentes pobres, nobres gentes,
 Em todos há *meus parentes*¹³
 (GAMA, 2000, pp.116-117).

Em todas as camadas há bodes, da nobreza a pobreza, dos políticos as mulheres, do Império a aqueles pertencentes à Santa Sé. Todos seus parentes, todos satirizados, não escapando ninguém de ser bode. Sabiamente utiliza características animais, ou melhor, o não humano, colocando todos como iguais.

A opressão do sistema escravocrata é denunciada, ao tempo em que o autor valoriza a cultura africana, postura divergente da maior parte dos autores no romantismo, que não incluiu o negro como parte da formação do povo brasileiro. “É uma evidente manifestação de panfletarismo ideológico em verso, cujo valor poético não se descarta e que ainda hoje não se desviriliza, em virtude das novas formas de opressão escravista que as novas elites submetem o povo liberto-cativo” (ARAÚJO, 2011, p.476). Conferindo ao seu texto atemporalidade, bem como, ao mesmo tempo, um lugar permeado pela literatura e história.

Entender a identidade como algo puramente da essência do indivíduo, ligada a uma pureza étnica ou racial, é procede em grande equívoco. Para tanto, a identidade está atrelada a mistura e está em movimento.

¹³ A interpretação dessa estrofe encontra-se em Eduardo Antonio op. cit. p740-741, dizendo o seguinte: “há, aqui, um chamamento social para se repensar o lugar do preconceito de cor com base em purezas raciais numa sociedade miscigenada”.

Entendendo que não há identidade, sem que haja a diferença, e que ambas estão nessa relação de interdependência nos sentidos logico, ontológico e histórico. Nós e eles, eu e os outros em diálogos constantes entre diferenciações, no processo permanente me busca da autoafirmação e de reconhecimento.

As relações de poder permeiam a identidade e a diferença, inevitavelmente. E é nessas negociações e tensões, que ocorrem os processos de exclusão, inclusão, fronteiras, e outras formas de se diferenciar, que a identidade étnica vai sendo interpelada, fortalecendo alguns elementos em detrimento de outros.

Esse fato acaba levando a questão da pertença étnica, que por sua vez, está ligada aos grupos sociais que nossas identificações convergem ou dialogam. Embora, um único indivíduo tenha histórias várias, os elementos vão sendo evidenciados por meio das suas identificações. Como podemos destacar que Gama enquanto militante fortaleceu o seu pertencimento étnico e evidenciou as tradições africanas e afro-brasileiras. Neste aspecto, o seu enfrentamento contra o racismo, denotou uma consciência de si, e visão para além do seu tempo.

Analisando outra composição percebemos o seu forte embate contra as ideologias racialistas e como despertou uma consciência de si, através do poema *No álbum do meu amigo J. A. da Silva Sobral*:

Não borres um livro,
Tão belo e tão fin[o;]
Não sejas pateta,
Sandeu e morfino.

Ciências e letras
Não são para ti [;]
Pretinho da Cost [a]
Não é gente aqui¹⁴.
(GAMA, 2000, p.32)

Refutando o conceito disseminado referente à capacidade intelectual do negro, pelas teorias raciais. Essa critica vem em forma de versos. Nos excertos acima, temos uma crítica ao monopólio do conhecimento, bem como, a descrença sobre a capacidade intelectual das pessoas negras. Outra questão são as instituições educacionais, que negavam-lhe o acesso a escola e ao conhecimento científico, guiados provavelmente, pela doutrina de Augusto

¹⁴ A interpretação dessa estrofe encontra-se em Elciene Azevedo, op. cit. p. 54, elucidando: “Luiz Gama denunciava naquelas linhas uma intransigência social que aparentemente se projetava como intransponível – já que nem ao menos tinha sua humanidade reconhecida.”

Comte, o Positivismo, onde sustentava que os “primitivos” compunham a infância da humanidade, em outras palavras, incapazes de pensar logicamente.

Atrelada à questão da identidade, temos a estrofe “pretinho da Cost [a]”, referindo-se a Costa da Mina, região do golfo da Guiné, local de onde foram trazidos muitos escravizados para as Américas e para o Brasil. Evidenciando que embora vivendo na sociedade brasileira, os negros não eram reconhecidos como pertencentes a este lugar.

Desculpa, meu caro amigo,
Eu nada te posso dar;
Na terra que rege o branco,
Nos privam até de pensar¹⁵!...

Ao peso do cativo
Perdemos razão e tino,
Sofrendo barbaridades,
Em nome do Ser Divino!!
(GAMA, 2000, p.33).

As duas últimas estrofes atribuem ao branco às mazelas do sistema opressor estabelecido no país. Em seguida aponta para a escravidão legitimada pela instituição religiosa, ou seja, denunciando a participação da Igreja Católica, na desumana tarefa de escravizar responsável pelas mazelas na vida do negro.

Publicado na imprensa paulistana entre (1865-1876), o poema *Meus amores* foge da sátira, trajado de lirismo, construindo com uma epigrafe de Camões, e multifacetado como foi, ele não estaria preso apenas a um estilo de linguagem.

Meus amores são lindos, cor da noite¹⁶
Recamada de estrelas rutilantes;
Tão formosa crioula, ou Tétis negra,
Tem por olhos dois astros cintilantes¹⁷.

O colo de veludo Vênus bela
Trocara pelo seu, de inveja morta;
Da cintura nos quebros há luxúria
Que a filha de Cíneras não suporta

¹⁵ A interpretação dessa estrofe encontra-se em Eduardo Antonio op. cit. p.733, dizendo: “A intelectualidade diaspórica de Gama reside na quebra da simetria [...], Gama representa uma literatura negra, mais precisamente uma antologia de cunho satírico –racial”.

¹⁶ Analisando a estrofe do poema pelos olhares de críticos, Sílvia de Oliveira op. cit. p.196, anota o que diz Manuel Bandeira a respeito de *Meus amores*: “afirmou que o “branco mestiço” nunca tomou “ o tom imprecativo e indignado da musa abolicionista”. [...] Bandeira enxergou o que entendia por poesia apenas numa quadra de meus amores, a ele uma quadra “admirável.”

¹⁷ Poema analisador por Elciene Azevedo op. cit. p.65, sobre o qual infere: “[...] celebra o corpo da mulher negra, valorizando e exaltando sua beleza.”

(GAMA, 2000, pp.243-244).

Temos no poema uma referência à cor negra poeticamente construída, exaltação da beleza feminina, que coberta de estrelas se faz dotada de luz. O termo crioula usado, pejorativamente, aqui é resignificado ganhando delicadeza pela adjetivação formosa. A mulher negra, também comparada à deusa Tétis, divindade aquática, ninfa da mar, “filha de Nereu e Dóris, era tão bela que o próprio Júpiter desejou desposá-la; tendo porém sabido pelo titã Prometeu que Tétis teria um filho maior que seu pai, Júpiter desistiu da idéia e determinou que Tétis fosse esposa de um mortal (BULFINCH, 2006, p..173). A Tétis negra é dotada de tamanha beleza que Júpiter, correspondente a Zeus na mitologia grega, quase não resiste aos seus encantos. Na segunda estrofe a deusa Vênus ou Afrodite, divindade dos prazeres, perde lugar para a deusa negra, e dela tem inveja.

Buscando elementos da África e Europa para desenhar a América, podemos entender que poesia erroneamente entendida com fantasia, torna-as mecanismo de desconstrução, denúncia, engajamento e luta social, temos na, com nas artes, uma fonte privilegiada de entender certos contextos, como história e em sua perspectiva poética, dotado de um panorama único e diferenciado, que tem o seu lugar, e merece ser explorado.

Na problemática das relações étnicas, nos processos de afirmação, as questões são inúmeras, tornando o campo de interpretações férteis para as constantes buscas da compreensão humana. Com isso, temos as ideologias que premiam os processos, dentre os quais, inclui-se o racismo, discriminação, segregação e outros, causando danos a sociedade em distintas dimensões. “Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços” (MUNANGA, 1999, p. 16).

Tecendo um enfrentamento contrário aos mecanismos de aniquilação da identidade cultural negra e afro-brasileira, produzidas pela ideia de mestiçagem que enalteciam a cultura branca, elitista e eurocêntrica, ou seja, rompendo com a ideia semeada pela ideologia da branquitude, a qual, quanto mais próxima de uma produção europeia, maior valor era atribuído à obra literária e quaisquer outras produções. Ele enegreceu a poesia, um insight que outros autores levaram tempo para introduzir um viés semelhante de inclusão.

4. SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA: LUIZ GAMA REVISITADO

Neste trabalho foram realizadas quatro entrevistas, as quais compartilham informações a respeito de Luiz Gama. As escolhas dos entrevistados se deram com base em critérios os quais incluíam conhecimento sobre a vida e obra do autor pesquisado, conhecer a história da escravidão, a respeito de sua mãe Luiza Mahin e da cultura negra.

Ao coletar dos dados, elaborei um roteiro com perguntas em torno da história de Luiz Gama, as quais foram respondidas revelando informações pertinentes ao contexto, vida, conquistas e feitos do abolicionista na sociedade brasileira do século XIX.

Entrevistas com os professores e pesquisadores Elciene Azevedo e Sílvio de Oliveira; com o seu tataraneto, Benemar França; e a funcionária da casa Pierre Verger, Nancy de Souza, conhecida como Dona Cici, a qual conviveu com o antropólogo e fotógrafo francês. Todas as entrevistas foram realizadas em dezembro de 2016.

Baseadas nas interpretações dadas pelos sujeitos nos seus discursos, que elucidaram de um modo amplo a representação do abolicionista, as estratégias e o processo da luta para conquistar lugar em tal sociedade. Essas entrevistas são objeto deste capítulo, passando aqui pelos limites da transcrição escrita, que transforma em sentido literal as informações supracitadas.

Utilizaremos o método qualitativo de análise, previsto na hermenêutica da profundidade baseados nos fundamentos da teoria de Thompson (2011) que visa à análise dos fenômenos culturais das formas simbólicas em contextos estruturados, para tanto, três passos foram utilizados, a fim de realizar a interpretação e reinterpretação: a primeira reconstitui o contexto sócio histórico de produção, circulação e recepção das formas simbólicas nas relações sociais: a segunda, “análise formal” discursiva; e a terceira, a ‘interpretação e reinterpretação’, buscando analisar o dito, para realização da crítica da interpretação.

Buscamos evidenciar nos capítulos anteriores, como Gama frente às ideologias dominantes que permeavam o seu contexto, consegue engaja-se no propósito de deslegitimar o sistema escravocrata.

Para tanto, neste capítulo, procuraremos com as entrevistas, revelar os pontos de vista em relação ao investigado, os contrapontos entre as informações prestadas pelos depoentes, a fim de entender os elementos que denotam o abolicionista como um símbolo de resistência negra e elucidar subsídios que evidenciem o seu legado na história do Brasil, a fim de entender de que forma ele propiciou o fortalecimento de uma cultura nacional.

Tornou-se digno de ser considerado símbolo de resistência da identidade negra no Brasil. Seu legado de luta social deve e merece ser lembrado, um militante que possivelmente servir de exemplo para fortalecer a luta de grupos negros nacionais.

A partir do questionário da entrevista obtivemos dados importantes sobre a forma como cada entrevistado entende o universo do pesquisado Luiz Gama, nosso objetivo é perceber os pontos que as informações se aproximam, distanciam e se complementam, considerando cada ponto de vista, visando compreender o autor por olhares panorâmicos, buscando as suas múltiplas facetas.

O interesse é abordar Gama como símbolo de resistência da cultura negra. “Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. [...]. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura” (LESLIE WHITE *apud* LARAIA, 2001, p. 30). Símbolo de fortalecimento de uma cultura negada e marginalizada, ele fez valer a sua ancestralidade africana, afirmando a cultura de um povo que foi resignificada, conservando seus elementos nas resistências e escapes.



Homenageado com um busto, monumento situado no bairro do Largo do Tanque, na cidade de Salvador, composto de pedestal de concreto, com placa de mármore, temos Luiz Gama como representação simbólica.



Na placa de mármore do monumento descrito:

MONUMENTO Á LUIZ GAMA

LUIZ GONZAGA PINTO DA GAMA NASCEU EM BAHIA, A 2 DE JUNHO DE 1830, FILHO DE DONA LUIZA MAHIN, AFRICANA LIBERTA, COM UM FIDALGO PORTUGUÊS. VENDIDO COMO ESCRAVO PELO PAI, EM 1840, RADICOU-SE EM SÃO PAULO, ONDE CONQUISTOU A LIBERDADE.

NOTÁVEL ORADOR, POETA SATÍRICO E ESCRITOR DE MÉRITO, COM CELEBRE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, FOI TENAZ DEFENSOR DOS ESCRAVOS, BATALHANDO PELO DIREITO E PELA JUSTIÇA, FOI EXEMPLO CIVISMO E INTEIREZA DE CARÁTER.

FALECEU EM SÃO PAULO, À 24 DE AGOSTO 1882.

A *priori* recorreremos primeiramente a um parente do autor, buscando investigar qualquer vestígio de informação nova, ou não documentada. Para tanto, seguindo o roteiro perguntei: **Qual a origem étnica de Luiz Gama, onde nasceu e quem foram seus pais?** O seu tataraneto coloca que:

“- O que a gente tem sobre a origem de Luiz Gama, é o que ele retratou na sua autobiografia, então o que eu tenho é que Luiz Gama, ele era Luiz Gonzaga Pinto da Gama, ele nasceu em São Salvador, Bahia, em 21 de junho de 1830, foi no sobrado na rua do Bângala, número dois, que hoje é rua mesmo do Bângala número 281, Freguesia de San’Ana, ele nasceu às 7:00, tudo isso de acordo com a auto biografia dele, ele encaminhou essa auto biografia para Lúcio de Mendonça, em 25 de junho de 1880, e a mãe dele também coloca nessa biografia, o nome era Luiza Mahin, ele falava que era uma africana livre, da Costa Mina, Nagô, da tribo Marim, daí o sobrenome dela né, era originário do Golfo do Benin, Noroeste africano, e o pai dele, ele na própria autobiografia, ele se designou a não informaram o nome, é lógico, porque, foi o pai que o vendeu como escravo quando ele tinha 10 anos” (informação verbal).¹⁸

¹⁸FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

Recorremos ao descendente do autor, na tentativa de encontrar vestígios, elementos que ultrapasse a dimensão da memória descrita na carta autobiográfica pelo autor, mas nesse aspecto, as informações sobre a origem de Gama seguem direcionadas para a carta, como também explicita Elciene Azevedo: “- Então, tudo o que a gente sabe sobre isso, não tem nenhum outro estudo, que tenha trazido elementos novos né, documentação nova, então tudo que a gente sabe tá na carta de Luiz Gama à Lúcio de Mendonça de 1880” (informação verbal).¹⁹

Segundo Azevedo, a carta foi encomendada para propaganda republicana do partido que tanto Lúcio de Mendonça, quanto Luiz Gama fazia parte, e acrescenta: “filho de Luiza Mahin, africana livre, Nagô de Nação, ele dá dois elementos sobre a Etnicidade, que é de origem africana, Mahin, a gente pode pensar que veio do império Mali né, que eram os Marins, mas disse Nagô de Nação, ele dá outro elemento” (informação verbal).²⁰ Como explicitado no primeiro capítulo, às identidades africanas foram resignificadas no Brasil, aspecto também apontado professora Azevedo nesta entrevista.

[...], qual é essa identidade no Brasil? Que reformulação dessa identidade que foi feito no Brasil? é tanto, um elemento de origem da auto identificação dela com uma africana, como de uma reelaboração dessa identidade africana, desses sujeitos que vieram como escravizados no Brasil, que passa pela questão daquilo que a gente chama de guarda-chuva étnico, de como essas pessoas reelaboraram, o nagô também, ela é uma identidade que é atribuída, atribuída pelo tráfico em grande medida, e assumida e reelaborada no Brasil. (informação verbal).²¹

Em relação ao lado paterno elucida: “[...] o pai ele não dá quase que elemento nenhum, só diz que é um fidalgo português, uma pessoa que ele na carta, ele demonstra certo desprezo pelo pai, [...], porque, ele descreve o pai quase como um playboy né, [...] ligado ao jogo, a farra,” (informação verbal).²²

¹⁹AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

²⁰AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

²¹AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

²²AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

No Brasil, as relações étnicas entre brancos e negros foram significativas e estudadas por muitos autores, embora, também, tenha ocorrido entre indivíduos das etnias de indígenas e brancos, e de negros e indígenas. Mas, a identidade do próprio Gama resulta dessa complexa relação entre os dominadores e os dominados, na qual a etnia foi elemento significativo, pelo menos durante o século XIX no processo da colonização do país, isso para identificar e determinar quem estava de que lado.

O professor e pesquisador Sílvio de Oliveira elucida informações que ratificam as pistas encontradas, apontando que: “então, Luiz Gama provavelmente foi filho de uma negra africana de origem étnica, digamos assim, islâmica, étnica pensando no conceito que só foi utilizado posteriormente, mas a origem dele basicamente negra” (informações verbais).²³ Considerando esse lugar assumido por Gama dentro dos movimentos de enfrentamentos, elementos outros como fenótipo, afirmação enquanto afrodescendente, atribuí-lo negro torna-se pertinente.

Sílvio de Oliveira prossegue dizendo: “[...] qual a origem africana dele, se a origem dele aqui é nebulosa, imagine afirmar sua origem africana né, de onde ele seria, mas, ele nasceu em Salvador, ao que tudo indica, e descendia desta negra Luiza Mahin, e seu pai, supostamente descendente de português” (informações verbais).²⁴ Como um pesquisador e estudioso da carta de Luiz Gama, faz emergir lacunas atinentes ao caso investigado: “[...] o pai o teria vendido, então, ele poupa o nome do pai, até hoje pessoas que se interessam por investigar de que família teria sido esse pai Luís Gama, de alguma família importante ainda em Salvador [...]? Mas ninguém consegue esses elementos” (informações verbais).²⁵

Retomando sobre Luiza, o professor Sílvio amplia sua abordagem sobre origem, nos levando a questionar tais atribuições a partir de determinados parâmetros estabelecidos, que em sua maioria reduz e não dar conta de outras subjetividades existentes na construção das identidades.

“Luiza Mahin, por exemplo, ela era de origem islâmica, o que isso significa quando a gente olha a provável revolução que aconteceu? [...], quem eram esses negros?, é fácil se a gente dizer que eles eram todos islamizados,

²³OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

²⁴OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

²⁵ OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

mas,[...], quando você vai olhar esses documentos, [...], não é tão fácil você reconstituir, [...], essas populações étnicas, elas foram constituídas em várias dimensões, [...] o islamismo já se alastrava pela própria África, quando eu digo islâmico, é de que origem?, quando eu digo, eu determino um aspecto cultural? [...], que usava tal tipo de roupa, eu determino a origem? Por que essas características também elas fluíam, elas migravam. Então, [...] eu sou um pouco descrente às determinações éticas, e nem aquelas leituras de traços físicos, a o nariz é assim, a orelha é assim, me parece algo muito marcado pelas teorias do século XIX, elas também não me convencem, [...], então, eu diria que era uma população bastante diversificada,[...], pelas formas culturais, às vezes [...] pelas formas religiosas, [...], e eu acho que isso prova essa confluência enriquecedora de várias origens, [...]”. (informações verbais).²⁶

A primeira abordagem se direciona para as identidades negras, mas fazendo um contraponto com as identidades brancas, o professor Sílvio busca de forma panorâmica repensar essa construção da branquitude considerando as origens étnicas, e o faz analisando o lado paterno de Gama, falando o seguinte:

“Luiz Gama se refere a uma melindrosa convicção, ele não afirma o pai como branco, por ele considerar essas convicções da branquitude como melindrosa, [...], origem portuguesa, do pai [...], o que é ser branco, principalmente para um país que teve [...], muito a presença dos mouros e de outras composições étnicas da África, [...], no Brasil [...] quem que autoriza a perceber as tonalidades negras, e não a perceber as tonalidades supostamente brancas, que a rigor não tem ninguém branco, então [...] são tensões de identidades assumidas [...], mas, como leitor de Luiz Gama eu tenho a impressão e uma certeza íntima, de que ele se sabia no meio de outros negros, e não se reconheciam negros supostamente brancos” (informações verbais).²⁷

Essas identidades brancas assumem esse lugar de prestígio socialmente construído, posição essa que gera um sentimento de superioridade nesse grupo pertencente à branquitude, que em contrapartida, inferioriza o outro, que compõem uma negritude. Embora as mestiçagens estejam presentes em ambos os grupos, o sangue africano circule nas duas partes, eles se dividem em grupo hegemônico e não hegemônico, estabelecendo fronteiras e posição de poder. Logo, as tensões se sucedem, pois o grupo privilegiado tem dificuldades de repensar suas práticas sociais, por ocupar um lugar de maior acesso aos bens simbólicos na sociedade em que vivem.

²⁶OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

²⁷OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

Os esclarecimentos apontados pelo entrevistado, em resposta a pergunta a respeito das origens se torna pertinentes, na medida em que buscamos compreender a raça como parte de uma categoria que compõe a etnia. Logo passamos a entender a pureza racial como uma invenção, uma convenção social ideológica, mas importante, na medida em que faz emergir um sentimento coletivo de pertencimento.

Pensando em África, no continente como um todo, historicamente as guerras de grupos internos, as interferências do processo de colonização, as mudanças geográficas, em uma reflexão menos aprofundada, mas importante para pensarmos outros aspectos, e como tudo, de certa forma, se desloca para terras brasileiras. Esse sentimento de origem comum foi importante, mesmo nas suas diferenças étnicas, culturais, linguísticas e religiosas. Como Nancy de Souza anota:

“[...] trouxe todo mundo como escravo, mas foram muitos, você não pode nem dizer quantos milhões, só sabe que foram muitos, meu pai Fatumbi é demais, ele fala sobre os reis, porque muitas coisas são políticas sociais, até entre orixás, porque os negros, quando forma jogados nas senzalas, muitos eram inimigos um dos outros, então, ele vê reis e rainhas, príncipes e princesas, reduzida a escravidão, aí é por isso que eles se unem, [...]”.(informações verbais).²⁸

As inúmeras revoltas ocorridas na Bahia, duas delas mais conhecidas, Malês e Sabinada, tiveram a participação de escravizados de diferentes etnias, ex-escravos e também de homens livres. Esses homens e mulheres que se irmanaram na luta pela liberdade, embora a participação dessas mulheres tenha representação numérica pouco expressiva, estavam envolvidas direta ou indiretamente.

Nancy de Souza relata o seguinte:

[...] na Praça dos Veteranos [...] a casa de Angola, aquele prédio amarelo com azulejo azul, [...] você não pode entrar até o último andar como eu entrei, pra você poder ir ao sótão, ai sim, como eu fui, [...], é, engendada a última reunião para o ataque dos males, está lá até hoje, [...], que tem uma divisão, como eles eram muçulmanos, [...] quando você entra na porta, que deve ter uns 30 centímetros abaixo, então, é uma abertura que tem, onde as mulheres ficavam do lado esquerdo, quando você entra, e os homens

²⁸ SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

ficavam do lado direito, que assim que é a religião muçulmana, [...]. (informações verbais).²⁹



Rematando a questão da origem de Gama, nas idas e vindas do pensar étnico, no emaranhado das subjetividades que se resignificam todo tempo, desafiando o nosso entendimento que insiste em criar determinações, fixar coisas. Nesse ponto, voltamos para Luiza. Dizendo Nancy de Souza, funcionaria da casa Pierre Verger, o seguinte:

“Luiza, eu deduzo que era escrava do pai de Luiz Gama, o pai de Luiz Gama era um Fidalgo [...]. Rua do Banguela, onde morava Luiza Mahin, [...] morava numa casa, não sei se ainda está de pé, [...], casa de platibanda com portão de ferro, [...], aqui tem um muro com grade de ferro, não era qualquer um não, agora você pergunta como ela podia morar ali?, porque ela tinha dinheiro, você sabe de onde adivinha o dinheiro dela?, aí é que tá o mistério, ela era escrava, mas, não era liberta, [...] escravos que vendia o que ela fazia para as pessoas daquela área, aí você vai ver até onde ela chegava, [...].(informações verbais).³⁰



²⁹ SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

³⁰ SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

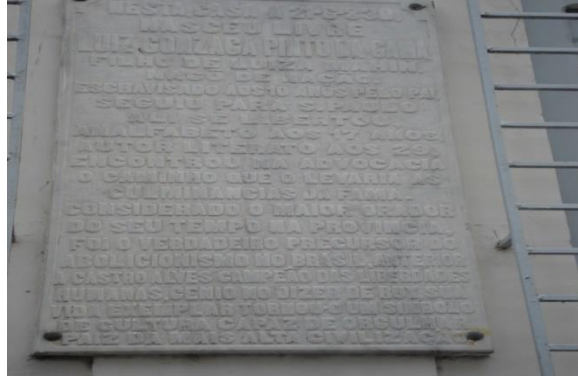
No local a placa consta Rua Bângala, a casa que morou Luiza e nasceu Luiz, ainda encontra-se no mesmo local em Salvador, atualmente com uma placa de mármore branco contendo um breve resumo biográfico do abolicionista. Os relatos nas entrevistas correspondem ao local e a residência que obtivemos registros fotográficos:



Imagem frontal da casa onde morou Luiz Gama até os dez anos de idade, segundo depoimento do autor em carta autobiográfica. Essa fotografia foi cedida por Benemar França, pelo tataraneto de Gama.



Imagem lateral, fotografia cedida pelo tataraneto de Luiz Gama.



Placa de mármore da casa de Luiz Gama, fotografia cedida por Benemar França, tataraneto de Luiz Gama.

NESTA CASA A 21-6-830, NASCEU LIVRE LUIZ GONZAGA PINTO DA GAMA FILHO DE LUIZA MAHIN. NAGÔ DE NAÇÃO. ESCRAVIZADO AOS 10 ANOS PELO PAI, SEGUIU PARA S. PAULO ALI SE LIBERTOU, ANALFABETO AOS 17 ANOS, AUTOR LITERATO AOS 29, ENCONTROU NA ADVOCACIA O CAMINHO QUE O LEVARIA AS CULMINANCIAS DA FAMA. CONSIDERADO O MAIOR ORADOR DO SEU TEMPO NA PROVINCIA, FOI O VERDADEIRO PRECURSOR DO ABOLICIONISMO NO BRASIL, ANTERIOR A CASTRO ALVES CAMPEÃO DAS LIBERDADES HUMANAS, GENIO NO DIZER DE RUY, SUA VIDA EXEMPLAR TORNOU-O UM SIMBOLO DE CULTURA CAPAZ DE ORGULHAR PAÍS DA MAIS ALTA CIVILIZAÇÃO.

A respeito do lado paterno, Nancy de Souza relata o seguinte:

“[...] ele não fala... Ah tá explicado! [...], ele foi criado pelo pai na fidalguia, agora você entende quando ele fala mal da burguesia, [...], você olha o perfil dele é de branco, na realidade o Brasil não conhece raça, conhece tom de pele, infelizmente eu tenho que dizer isso, misturam raça com cor de pele, raça é uma coisa, tom de pele é outra, entendeu? Quando você estuda, quando se tem a pele mais clara, é mais fácil ser aceito, a inteligência dele, [...], se ele passou por essa situação de ter sido vendido como escravo pelo pai, e por uma boa soma, para o pai liquidar uma dívida de jogo, ele foi muito caro, [...], o menino era inteligente, criado dentro de um lugar bom pra época, o menino tinha valores, escravo muito valorizado, deve ter custado muito caro para quem comprou, deve ter sido um choque para a criança, porque, o tempo todo ali agarrado com o pai, [...]” (informações verbais).³¹

As informações até aqui anunciadas, por diversas fontes sobre o pai de Gama, merece pesquisa específica em fontes direta indireta para sua identificação precisa e adequada e que seus resultados supere os limites da carta escrita por seu filho Gama, intencionalmente ou não.

³¹ SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

Essa lacuna precisa ser preenchida e, neste trabalho, pela exiguidade do tempo exigido para sua conclusão, não foi possível fazê-lo.

Quando Nancy de Souza aponta Luiza como escrava do pai de Gama traz inquietação, bem como quando a pesquisadora Elciene de Azevedo informa sobre o que significava o status de uma africana livre:

“[...] em nenhum momento ele diz que ela era escrava, porque quando ele diz que a mãe é africana livre [...], ele tá dizendo que a mãe tem um status jurídico, que é de liberdade, e o fato de ele dizer que é africana livre em 1880, é muito significativo, porque, no final da década de 60 até o final da vida dele é, dentro dessas bandeiras de luta que ele levanta contra a escravidão no Brasil, [...] os africanos livres representam um direito que deveria ser estendido a todos os escravizados é muito forte na luta dele,[...], nos artigos que ele tá fazendo, principalmente nos artigos no final da década 70 e início da década de 80, [...], mas também dentro da militância dele na arena jurídica, essa é uma questão que vai ganhar um peso muito central na militância política dele ele, então, quando ele diz que a mãe é africana livre, isso tem significados muito importantes, nessa memória que ele tá construindo sobre a própria vida, e sobre a própria origem, que ele tá dizendo eu também sou como os escravizados do Brasil, [...]” (informação verbal).³²

Propiciando o surgimento de hipóteses, em contraponto com as informações encontradas na carta atrelada ao processo de uma compreensão mais complexa, mais profunda do que vem a ser essa origem étnica, ao mesmo tempo em que ocorre uma convergência em certos aspectos entre o autor investigado e os entrevistados, ocorrem novas forma de pensar essa origem considerando os desdobramentos ocorridos da África ao Brasil.

Considerando as subjetividades decorrentes das formas de relações sociais, tais como, racismos, poder, intercursos sexuais, apadrinhamentos e outros. Tornando os desdobramentos como uma teia complexa, que influenciou na formação de uma nacionalidade com inúmeras questões que para serem respondidas exige pesquisa, muitas infrutíferas.

Na segunda pergunta direcionei para as relações étnicas, perguntando aos entrevistados: **Levando em consideração as relações entre negros e brancos no Brasil oitocentista, que perfis sociais podem ser traçados e por quê?**

Elucidando que foi intensa a miscigenação no Brasil, fator que compõe um país multiétnico, Benemar França aponta que embora tenha ocorrido às misturas, não houve um

³² AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

trabalho que promovesse a identidade negra, logo, muitos negros buscaram casar-se com brancos e vice versa, embranquecendo umas e enegrecendo outra:

“[...] o perfil social do negro era ser um povo subjugado, é, muitas das rebeliões que foram traçadas pelos escravos, e até com participação de brancos, que não concordavam com tal situação, acredito que era por uma questão política, também, aproveitavam-se da situação para querer aparecer ou alguma coisa, tanto que após a libertação dos escravos em 13 de Maio de 88, sem uma programação pelo Império, planejamento da libertação dos escravos, é, os negros tiveram muita dificuldade de se ajustar à nova situação [...] a raça negra, ou mesmo a crioula, cresceu e se miscigenou com os brancos, porém minha opinião não houve um trabalho que resultasse numa identidade, muitos negros procuraram casar com os brancos” (informações verbais).³³

Na árvore genealógica feita pelo tataraneto de Luiz Gama, cedida para utilização nesta pesquisa, temos uma demonstração desse processo de mistura que propiciou o clareamento com o passar das gerações, sobretudo por casamentos desses mestiços brasileiros, com europeus ou seus descendentes. Mas essa não é uma regra geral, apenas um exemplo de desdobramentos que ocorreu. Podendo, no entanto, ter ocorrido o processo também inverso em outras famílias, levando ao escurecimento com o passar das gerações.

A entrevistada Azevedo coloca essa questão de modo que se aproxima da informação apontada por Benemar França, vejamos:

“[...] é uma questão muito complexa, você tem muitas variáveis que influenciam nessas relações, [...] como os africanos eles estavam na base da hierarquia social né, os crioulos [...], que eram filho de africanos negros nascido no Brasil, já tinha uma ascensão social, [...] maior poder de negociação, [...], e os africanos estavam na base da base, naquele totalmente visto com os incivilizado, os Bárbaros, [...], acho que tem muitos estudos que mostram isso, com estudos quantitativos, quem é que tem mais acesso a alforria, eram os nascidos no Brasil, [...], na negociação da alforria para aqueles nascidos Brasil, coisa que já era mais dificultada para os africanos, tem também gente como Luiz Gama, que Luiz Gama não é o único, [...], de fato que tenha sido escravo, e que teve essa ascensão social como Luiz Gama, ele é o único de que se tem notícia, mas temos outros intelectuais negros no século XIX que tiveram projeção social de importância quanto Luiz Gama, que eram negros e muitas vezes filhos de escravos, como é o caso de José do Patrocínio, que era filho de escrava, embora não tivesse nascido escravo, ele era filho de uma escrava com um padre, teve uma ascensão social importante, se tornou jornalista importante, então é um

³³ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

homem que é reconhecido, legitimado né, Ferreira de Menezes a mesma coisa” (informações verbais).³⁴

Na visão da historiadora, a mestiçagem no Brasil propiciou certos escapes que para africanos puros não foram possíveis, denotando assim, como as miscigenações tiveram uma influência na manipulação das identidades e escapes dentro da sociedade brasileira, o lugar do sujeito social. “Desde cedo o favorecimento dos mulatos em detrimento dos negros – completado pela discriminação que separava os mulatos dos brancos – foi registrado pelos observadores atentos da sociedade colonial brasileira” (ALENCASTRO, 2000, p.347). Tendo em vista tais circunstâncias, considerando as possíveis mobilidades e ascensões sociais, o mestiço ou mulato encontrava-se em melhores condições que os africanos “puros”.

Na perspectiva apontada pelo pesquisador Sílvio de Oliveira, temos direcionamento para as etnias africanas em Salvador, logo que, esta Cidade foi um importante ponto de distribuição de africanos para outros lugares do Brasil, considerando as misturas étnicas em África, Oliveira diz que:

“Como eu sou de literatura eu tenho esses perfis muito mais pelas narrativas embora a gente estudando os textos da história, mas todos eles as narrativas ficcionais, as narrativas históricas os percursos históricos, nos dão ainda impressão de que houve predominância determinadas comunidades étnicas africanas em Salvador, mas no entrosamento, no alinhamento né, muito grande com origens religiosas também né, origens culturais que já estavam entrelaçadas na África, o que eu quero dizer com isso, muitas vezes a gente diz que há uma grande influência de Angola né, em Salvador, Iorubá né, mas especificamente, ou há uma predominância né, menor, também dos Bantos, que eles tiveram a predominância maior no Rio, mas, quem eram os Iorubanos, quem eram os bantos, e outras tantas origens africanas em Salvador naquela época, já que nós não temos os documentos conservantes com todas essas origens, ou porque foram destruídos, ou porque aqui não chegaram, ou porque como sabemos todas essas famílias eram misturadas né, todas essas origens eram amalgamado digamos” (informações verbais).³⁵

Nesse ponto destacamos a aproximação entre o que aponta o professor Sílvio e Nancy de Souza, que na convivência com o antropólogo Verger, aprendeu muito sobre as culturas africanas, bem como, com suas leituras despreziosas, segundo ela informa.

³⁴ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

³⁵ OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

“Até a porta do Carmo era um tipo de escravo, da porta do Carmo até a igreja era outro tipo de escravo, eles não podiam se misturar, e nem se misturava, porque, se não faziam revolta, e tinha problema, porque, o escravo era diferente do mulçumano, o escravo mulçumano eram escravos dos ingleses, que habitavam do Campo Grande à Barra, eles eram caros, todos os escravos muçulmanos, sabiam ler e escrever Árabe e letra romana, então, os ingleses eram comerciantes, tinham escravos deles, não se vê falar de nagô, eram muçulmanos que sabiam levar e trazer recados, como reconhecer rua lá no Comércio e falava mais de uma língua, uma outra coisa é o seguinte, dizem que quando eles começavam a imaginar as suas revoltas, [...], com certeza, eles dizem nos livros, que os ingleses deveriam ouvir algumas coisas, se eles não falavam em árabe, que eles falavam, então eles devem ter ouvido alguma coisa em inglês, porém, os ingleses disseram, eu não sei, porque eles falavam árabe, então, é uma saída que tem” [...] então, toda a nossa cultura, tudo que a gente fala, tudo que a gente escreve e guarda, ele vem moldada sobre a religião, então, o que que acontece, quando você vê tudo isso, você vê a influência mulçumana, e a influência ioruba, influência dos três grupos, o grupo mulçumano, o grupo gege nagô, e o grupo dominante da raça branca, então, a gente vai absorver tudo, entendeu, vai absorver um pouco de cada um” (informações verbais).³⁶

Os apontamentos de Nancy de Souza nos ajuda a pensar as fronteiras étnicas entre colonizadores brancos e escravizados negros, embora, os ingleses tenha perdido espaço para os colonizadores portugueses. Escravos eram colocados estrategicamente em espaços distintos, a fim de evitar revoltas ou levantes contra os senhores. “No Brasil, as mudanças são evidentemente mais radicais. Desde o início, os senhores (proprietários) evitavam reunir grandes números de escravos de uma mesma etnia, estimulava as rivalidades étnicas e desfavoreciam a constituição de famílias” (SODRÉ, 2005, p.93).

Contudo, as tensões, conspirações, insurreições foram inevitáveis, sobretudo, com efervescência em maior proporção nas primeiras décadas do século XIX, quando os levantes se intensificaram. Os escravos urbanos tinha uma maior mobilidade, vendiam nas cidades e produziam artesanato, e por isso conseguiam maior número de alforrias que escravizados dos engenhos de açúcar e das fazendas de café.

Embora a assimilação cultural, sobretudo, linguística tenham se dado, os africanos e seus descendentes acabaram por forjar nas sutilezas os escapes necessários para manterem seus elementos de cultura avivados, a religião é um dos exemplos pertinentes a serem apontados, mas não apenas esse, na culinária, música, vocabulário, dança e outros.

Perceber que o outro foi também uma criação ideológica para subjugar e manipular no intuito de servir aos interesses do capitalismo, aos mecanismos de exploração servil,

³⁶SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

planejado minuciosamente por questões de ordens outras, tais quais incluem a desumanização do outro. Neste aspecto, criou-se uma teia embaraçosa, difícil de desatar, pois, inculcido no subconsciente dos indivíduos, passando de geração em geração.

Se o outro era o não ocidental, o não branco, logo, qualquer diferença foi desconsiderada como algo positivo. Cria-se uma escala classificatória, a qual para o homem negro estaria no último lugar da escala, sendo considerado como não humano inclusive.

Não obstante tal ideologia se espalhou pelo Brasil, vinda da Europa para a América e aqui permaneceu, fazendo da vivência dos africanos transplantados muito difíceis, por vezes, insuportável, considerando os suicídios e mortes por tristeza.

Retomando a questão do autor, perguntei o seguinte: **Quais atividades profissionais foram desenvolvidas por Luiz Gama no Brasil Império?** O tataraneto de Gama explica:

“[...], ele assentou Praça de 1848 a 1854, ele foi soldado da guarda municipal, [...] cabo de esquadra, [...], no falar do exército, era alguém que tinha alguns comandados, [...] como ele sabia ler e escrever, foi copista, escrevia para o escritório, inclusive do Major Benedito Antônio Coelho Neto, e acabou sendo seu ordenança, [...], em 1859 ele foi advogado apovisionado ou rábula [...], eu vi no Tribunal de Justiça aqui de São Paulo, o documento que o tornava rábula,[...], é isso foi em 1860, agora na época ele promovia como amanuense, ele promovia processos em favor de pessoas criminosamente escravizadas, bem como auxiliava licitamente alforrias de escravos, ele foi escritor, ele fundou o Diabo Coxo em 17 de outubro de 64, que foi publicado até 24 de novembro de 69, em 1865 ele serviu como escrivão de polícia [...], em 1866 ele fundou o seminário humorístico O Cabrião, tendo sido o proprietário do histórico semanário político e satírico O Polichinelo. Ele foi nomeado amanuense, [...], servindo até 1868, [...], ele escrevia pra vários periódicos daqui da província. Ele foi fundador da empresa humorística ilustrada e colaborou como escritor em várias publicações, como o Ipiranga, o Mequetrefe, o Quareci,[...], dentre eles o Correio Paulistano, em 1875 escreveu arquivos para o diário a província de São Paulo, que é o predecessor do Estado de São Paulo, e foi redator do Radical Paulistano, ele também escreveu um livro de poesia, é *As primeiras trovas burlescas*, e é considerado o primeiro escritor satírico do Brasil, isso foi em 1859” (informações verbais).³⁷

A respeito de todas as atividades envolvendo o investigado que foram apontadas, nos faz entender quão bem relacionado fora e os diferentes espaços que ele transitou durante sua vida. Acrescenta Azevedo que:

³⁷FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

“[...] ele vai ganhando espaço, porque ele é um homem qualificado dentro da secretaria, o nível de analfabetismo na época era imenso, isso possibilita que ele vá construindo essas relações de amizade com sujeito de maior qualificação dentro da secretaria de polícia, e é assim que ele se torna muito amigo dos escrivães, e isso vai ser importante na vida dele, porque, ele estabelece alianças com esses escrivães ao longo do período que ele trabalha como advogado em São Paulo, e a proximidade dele com o secretário de polícia da capital com delegado Furtado de Mendonça né, que depois vai virar secretário de polícia da província, então, Furtado de Mendonça é um sujeito, professor da faculdade de Direito, e ele além de ser professor da Faculdade de Direito, ele é diretor da biblioteca da Faculdade de Direito, isso vai abrir portas para Luiz Gama, porque, ele vai ter acesso a esse universo jurídico, da produção jurídica no Brasil do período” (informações verbais).³⁸

Comparando as informações podemos afirmar que o fato de dominar o instrumento do dominador, a escrita e leitura, teve peso fundamental. Conjuntamente com outras estratégias, laços de apadrinhamentos, de relações sociais com pessoas influentes, também foram importantes para que Luiz Gama pudesse enfrentar o sistema com maior eficiência.

Direcionada a outra perspectiva, não menos importante, elucida Sílvio de Oliveira:

“[...] sem ter uma formação integral, digamos assim, sem ter uma formação oficial, além de outras profissões, de outras ações, em que ele tenha atuado, já que ele viveu [...] não como um escravizado de serviço, mas, como um escravizado na casa do seu senhor, que era um traficante, ele sabia engomar, ele sabia limpar sapatos, sabia varrer a casa né, sabia cozinhar, então, são funções que ele também exerceu, [...]. mas eu diria que ele queria ser uma pessoa pública e influente, influenciado decisivamente nessas ações humanitárias a favor do negro né, ou melhor, a favor da pessoa que deveria ser livre, não escravizada, então, ele entrega em seus próprios escritos na carta, e outros escritos, ele confessa suas ações, tudo em torno dessa luta, em prol da liberdade. [...] era função de buscar a liberdade, a ideia de liberdade, acho que ele viveu para isso” (informações verbais).³⁹

Entendendo que sua luta por liberdade esteve presente nos diferentes espaços de produção, circulação e vivência de Gama, é o que aponta para a próxima pergunta, a saber:

Como se deu a atuação de Luiz Gama, nas lutas pela libertação de africanos e seus descendentes? Seu tataraneto explana o seguinte:

³⁸ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

³⁹ OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

“[...] ele conseguiu trabalhar na polícia, [...], e permitiu a ter acesso a muita informação de negros injustiçados, da forma como que os brancos os tratavam, [...], eu até subir no Arquivo Público do Estado de São Paulo tem mais de 500 processos, [...], mais de 500 processos com assinatura de Luiz Gama quando ele era o amanuense, [...], aí ele conseguiu a chegar a ser um rábula, atuou no judiciário e de forma incansável, Ele até diz que libertou mais de 500 escravos, no museu do Tribunal de Justiça de São Paulo existem vários processos assinados por Luiz Gama, e como maçom, ele lutava pela libertação dos escravos, ele fundou uma escola no centro da província de São Paulo, para ensinar os negros a ler e a escrever, ele atuava na política, ele escrevia nos periódicos, e ele foi um tremendo de um orador, que foi reconhecido por muitos, inclusive Rui Barbosa, é interessante que quando ele trabalhava como rábula nos tribunais, que eram dominados pelos brancos, Antônio Bento, que era branco também né, ele que era um Juiz e amigo de Luiz Gama, não aceitava a escravidão, alguns atuavam pela força, e Luiz Gama atuava nos tribunais” (informações verbais).⁴⁰

Luiz Gama fundou uma escola, no entanto não encontramos nas obras utilizadas como referências a esta pesquisa, informações a respeito da sua atuação como educador, talvez pelo fator de ser mais conhecido por sua atuação na advocacia, o peso de um negro ter se tornado advogado para a história tenha sido considerado mais relevante. Mas, se é verdadeira a informação de que criou uma escola para os filhos dos escravizados, perguntamos: estaria aí, as origens remotas para uma educação étnica no Brasil? Quem sabe esta pergunta abra janelas para outras pesquisas neste sentido.

Outra questão importante está relacionada às pessoas com as quais o nosso investigado se relacionou, a área jurídica, predominantemente, vista como reserva de mercado para a atuação de intelectuais brancos, este fenômeno, se torna mais destacado quando consideramos a auto identificação de Gama como negro, juntamente com o seu fenótipo, nesse sentido emergem as relações étnicas e, conseqüentemente, relações de outras naturezas.

Para Azevedo, as relações que mantinha com aliados importantes, conjuntamente com sua atuação na polícia e habilidades pessoais foram favoráveis a sua atuação, vejamos:

“[...] e na relação dele com o Furtado de Mendonça e com os escrivães, [...] como amanuense, [...], ele não frequentou a Faculdade de Direito, [...], e ele vai construindo esse conhecimento jurídico e começa a atuar em favor dos escravizados, e isso vai dar uma grande confusão em São Paulo, [...] que esses sujeitos são ilegalmente escravizados, porque chegaram depois da lei de 31, isso na década de 80 ganha grande repercussão pública esse argumento, mas, lá no final do século da década de 60, quando ele começa a usar esses argumentos, 68 e 69, [...], é tão novidade que o presidente da

⁴⁰ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

Província escreve para o Ministro da Justiça pra dizer: “olha, tem um sujeito aqui na nossa delegacia, que tá dizendo nos processos que as pessoas são livres, porque chegaram depois da Lei de 31, e o que a gente vai fazer com isso?”, [...], ele tá dizendo isso, na arena jurídica, [...] no Radical Paulistano, que é um jornal, [...], da esquerda do Liberalismo, [...], que tem ninguém menos associados a esse Jornal do que Rui Barbosa [...], que tão defendendo em conferências públicas que a lei de 31 tem validade, [...], que a primeira lei que proibitiva do tráfico de escravos no Brasil, ela não foi revogada, então a lei que vale não é de 1850, [...], então eles estão de fato criando uma situação política de pressão ao estado Imperial (informações verbais)”.⁴¹

Usando as brechas da lei, Luiz Gama vai conseguindo minar, certa forma, o sistema político vigente na sua época, juntamente com outros abolicionistas, que também vão posteriormente utilizar esse mesmo argumento em seus processos jurídicos em defesa da liberdade, tentando contribuir com a extinção da escravidão no Brasil.

Outra questão apontada por Sílvio de Oliveira em relação a atuação de Gama foi que ela ocorreu de forma indireta, embora, os abolicionistas usavam diferentes estratégias que lhes fossem possíveis para desmorrar o sistema escravocrata. E a respeito da luta de Gama descreve:

“Foi mais direcionada à São Paulo, mas não só, a capital do Estado de São Paulo, ele participou indiretamente, no seu corpo pelo menos, de ações em outras cidades, não só fazendo palestras, mas, quando eu digo indiretamente, é que eles faziam as caixas de contribuição para libertar escravos, pagar a alforrias de escravizados, mas, o que os documentos não contam, e não poderiam contar também, são os encontros dos abolicionista para poder arrecadar valores né, também para alimentar e sustentar insurreições, então é uma ação abolicionista que não é muito falada né, intelectuais abolicionistas, eles tinham essa caixinha para alforriar, eles também arrecadavam valores que promoviam lutas em fazenda né, pelo interior também de São Paulo, pra que os escravizados tivessem condições, de por exemplo, eles são insurrectos em uma fazenda e escapam, se não vão para um quilombo, mas, ter onde ficar, ter uma guarida, e alguma dessas pessoas aí, que foi ação indireta de Luiz Gama, eu não tenho notícia de Luiz Gama invadindo fazenda, mas, alguns abolicionistas mais aguerridos, não esses mais famosos, mais intelectualizados né, de terno e tal, mas alguns abolicionistas participam dessas ações, [...]” (informações verbais).⁴²

Outro contraponto pertinente é a comparação elucidada por Nancy de Souza ao comparar Gama com Gregório, além de sátiras, alguns dos poemas daquele, traz epígrafes

⁴¹ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁴² OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

deste. E o fato de ser mestiço, bem relacionado, ele teve como falar, denunciar, sem ter sido preso ou condenado a morte, o destino de muito outros envolvidos em planos de insurreições.

“Luiz Gama, [...] tem hora que ele é sarcástico, as poesias, ele é quase igual ao Boca do inferno, Gregório de Matos e Guerra do século XVII, ele tem a maliciazinha, ele estuda, ele observa que aquilo que estava no século XVII, XVIII, continuava no século XIX, então, aí ele abre a boca, porque, o outro era o boca do inferno, foi exilado e tudo, porque, ele falava também contra a Coroa, ele falava tudo que via, ele chamava de heresia, ele não perdoava [...], Luiz Gama, porque o pai dele era branco, porque a mãe dele era mulçumana, e onde se formam os primeiros negros, são os negros que são muçulmanos, o próprio Alcorão obriga eles aprenderem a ler a escrever, e as leis e os seus direitos, se você entrar na Associação dos Negros de Desvalidos, que é no Terreiro de Jesus, é o primeiro pecúlio das Américas, ela é fundada em 1832, e você quando chegar lá, você vê que a Revolução dos Malês é em 1835, e muitas cabeças saí de lá de dentro, então, porque, eles conheciam leis, os negros que foram enforcados de frente para a Igreja da Piedade, eles eram a maioria muçulmanos, porque eles conheciam os direitos, mas, Luiz Gama tinha cacife, ele podia gritar, ele pode falar em 1850, ele pode gritar entende?” (informações verbais).⁴³

Outra informação citada tanto pelo professor Sílvio, quanto por Nancy de Souza é compras de alforrias a fim de libertar cativos, uma prática de alguns benfeitores daquela época. No caso de Gama, além de defender gratuitamente escravizados a fim de propiciar liberdade, ainda tirava recursos próprios para tal finalidade. Nancy traz o exemplo de Chiquinha Gonzaga, para falar de Luiz Gama.

“[...], a mãe deu ele ao pai, que você sabe, que tem muitos negros na nossa história, filhos de escravas, e eram criadas pelos pais, como Chiquinha Gonzaga, que foi o pai que criou, que ela tocava piano, ela não conhecia a mãe, porque, ela é uma negra de pele branca e cabelo liso, porque, a mãe dela já era filha dessa produção, de negro com branco, então, ela sendo filha de escrava negra, saiu com grande DNA branco, você já viu as fotos dela, ai, o que ela fazia, ela usava o quê os negros libertos tentavam fazer, pra os negros que eram escravos, negócios, vendia partituras musicais, tocava em lugares que a família fica revoltada, o que ela fazia, pegava as partituras e davam para os negros escravos venderem, e ela anotava o nome, para fazer a alforria deles, uma coisa tipicamente muçulmana, que você vai encontrar em Luiz Gama, entendeu?” (informações verbais).⁴⁴

⁴³ SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁴⁴ SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

Elucidando a respeito de um sentimento de pertença que Luiz Gama se posiciona em favor de um grupo étnico. A situação de sua mãe foi significativa, assim como, a sua própria vivência como cativo durante aproximadamente sete anos.

A entrevistada ao compara-lo com Gregório, primeiro escritor satírico do Brasil, mas com nacionalidade portuguesa, dono de textos apócrifos, o qual Gama faz uso de epígrafes em alguns de seus poemas, aproxima-os na figura de linguagem, bem como, com a linguagem que ambos utilizam para compor suas críticas sociais. Elucida outra comparação com uma escrava branca, Isaura, que se solidarizava com os negros comprando-lhes a alforrias. Tal prática de comprar alforria também era realizado pelo abolicionista.

Considerando a auto identificação de fundamental importância para compor uma pertença étnica, sobretudo, no Brasil, o fenótipo aparece como elemento principal para possível migração, somada a classe social, possibilitando o indivíduo a transitar, ou vez por outra migrar de grupo.

A fim de adentra na ancestralidade africana de Luiz Gama, entender suas raízes, esse pertencimento étnico, fiz o seguinte questionamento: **Qual a origem étnica de Luiza Mahin?** Benemar França responde da seguinte forma:

“de acordo com a auto biografia dele, [...] ela era uma negra africana, era livre, da Costa Mina, nagô de nação, [...], da tribo Mahim, que o sobrenome era o mesmo dela, originária do Golfo de Benin, Noroeste africano, que no final do século XVIII foi dominada pelos mulçumanos, vindo do Oriente Médio, ele dizia que ela era pagã, que sempre recusou batismo e a doutrina cristã, [...], e até fala-se como ela de origem mulçumana, da onde ela veio, ela sabia escrever e até falar em Árabe, e era a forma como os escravos se comunicavam naquela época, nas revoltas ou nas tentativas” (informações verbais).⁴⁵

O território do continente africano, já naquele tempo, passava por processos de lutas por dominação, sendo influenciado por culturas distintas, inclusive dos mulçumanos do Oriente Médio. Luiza provavelmente era dotada desses aportes culturais, linguísticos e religiosos do seu lugar de origem, trazendo para terras brasileiras tais elementos.

Trazendo questionamentos de tais atribuições, a pesquisadora Azevedo esclarece o seguinte:

⁴⁵ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

“[...] Luiza Mahin, então a gente pensa, é muito difícil à gente determinar, porque, tem muitos estudos hoje em dia voltados para entender essas origens étnicas, essas atribuições, essas denominações, que atribui se é Marin, se é nagô, se é gege, aussar, então tem muitos estudos tentando entender, qual o significado disso, os significados que esses etnônimos ganham no Brasil, porque, podem ter significado diferente em regiões diferentes e em períodos diferentes, por exemplo, os mahins da Bahia, não são os mesmos mahins do Rio de Janeiro, é outro grupo, é isso pode ser diferente do século XVIII, para o século XIX, então, é muito difícil à gente determinar, [...]” (informações verbais).⁴⁶

Tirando-nos dos lugares das convicções, e trazendo a possibilidade de pensar em grupos dentro de um grupo étnico. E perceber como um dado tempo histórico e os territórios onde esses grupos se estabelecem exercem influências, seja agregando novos elementos culturais, seja resignificando hábitos, com isso agregando mudanças nesses grupos étnicos.

Professor Silvio de Oliveira anota:

“Então Luiza Mahin é uma figura que existe graças à carta e as referências feitas por Luiz Gama, a ela e a uma constituição histórica pelo imaginário, e que se seguiu as suas afirmações, obviamente ele teve uma mãe, é óbvio, mas não temos documentos sobre essa mãe, documentos que corroboram, por exemplo, com esses dados, mas supostamente a gente tem que acreditar no depoimento dele, por princípios da história, não vamos desacreditar no depoente” (informações verbais).⁴⁷

Documentos de Luiza Mahin até hoje não se tem notícias, assim como qualquer vestígio sobre quem foi esse pai, ou seja, lacunas em aberto complicadas de solucionar. Portanto, procuramos nos ater no elemento africano que foi posto pelo depoente. Nancy de Souza ainda acrescenta que:

“[...], ela chama-se Luiza, porque ela era mulçumana, e ele Luiz, provavelmente ela quis que ele acompanhasse a religiosidade dela, [...] O que a gente conhece de Luiza Mahin, a primeira coisa, os negros mulçumanos trocavam de nome, era esquecido então o seu nome de origem, e era colocado um nome mulçumano, [...], então quando você diz Luiza, ela era convertida a muçulmana, agora, a minha avó dizia que as pessoas, se você vê Mahin, é o nome do provável lugar que ela veio, que foi trazida, que é o Daromé, [...], quando eles usam Mahi, tá dizendo a origem, ela podia ser nagô, mas o lugar dos nascimento é no Daromé, na antigo Benan, antigo

⁴⁶ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁴⁷ OLIVEIRA. Sílvia Roberto dos Santos. Sílvia Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

Daromé, e no norte, tem uma cidade chamada Mahi, porque R em fun é o H, então na linguagem de cá, eles não usam H [...]” (informações verbais).⁴⁸

Os nomes dos grupos africanos foram atribuídos no Brasil, ou seja, uma identificação atribuída pelo colonizador, tal atribuição está direcionada para a região de onde os escravizados eram nativos. Então, precisar exatamente uma etnia africana é também um labirinto complexo.

Considerando as informações mais específicas sobre tal questão temos o elemento étnico nagô, que a esse respeito temos. Fazendo parte da última leva de africanos exportados do seu continente para a América, datada no final do século XVIII e início do XIX, os nagôs possuíam uma formação cultural mais sólida, atrelada, sobretudo, a religião. Esse fator preponderante facilitou suas articulações e organização para os levantes, embora interpelados por uma condição de deturpação cultural, com uso inclusive da violência: “[...], os nagôs conseguiram reimplantar aqui – de modo mais extenso e com maior alcance estrutural na Bahia – os elementos básicos de sua organização simbólica de origem” (SODRÉ, 2005, p.90).

Adentrando na questão dos levantes, envolvimento nos movimentos de luta pela liberdade, as quais Luiza e Luiz estiveram envolvidos, mas em momentos distintos e formas de atuação diferentes, embora com objetivos comuns. Questionei o seguinte: **Qual o papel de Luiza Mahin, mãe de Luiz Gama, nas insurreições negras na Bahia, a exemplo da Sabinada, e posteriormente, suas atividades no Rio de Janeiro?** Seu tataraneto responde o seguinte:

“De acordo com o Luiz Gama, ela participou de vários levantes, mas sem obter sucesso e aí diz que em 1837, depois da revolução do doutor Sabino, veio para o Rio de Janeiro ou foi trazida contra sua vontade e nunca mais voltou. E Luiz Gama a procurou no Rio de Janeiro em 1847, 1856 e 1861 e possivelmente em 1868 quando ele esteve lá para receber o grau 18, [...], ele diz que soube de alguns pretos minas, que a conheceram, [...] que ela acompanhada de alguns malungos, desordeiros em 1838 foi posta em prisão, tendo desaparecido a partir daí.” (informações verbais).⁴⁹

Tais informações constam na carta autobiográfica de Gama, que ainda hoje é a fonte onde contém um maior número de dados pessoais a respeito da vida do autor, sobre sua infância e família. As buscas realizadas em Arquivos Públicos tanto na Bahia, quanto no Rio

⁴⁸ SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁴⁹ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

de Janeiro, não foi possível localização de qualquer vestígio dela. Tais informações confirmadas por Elciene de Azevedo:

“Pois é, eu não tenho muito indício para falar da vida de Luiza Mahin, tem várias pessoas que estudam esse período em Salvador, eu procurei, ninguém sabe nada dela além do que tá na carta, o que tá na carta não diz diretamente que ela participou, mas o que Gama diz, é que ela foi presa diversas vezes por suspeitas de ter participado, então ele não afirma que ela participou, mesmo da Sabinada, ele diz que depois da revolução de Sabino, ela foi embora para o Rio de Janeiro, [...]. Na verdade ele é ambíguo, na verdade ele deixa em aberto, ele não afirma, mas ele deixa em aberto possibilidade da interpretação, de que ela tenha participado, mas não há nenhum registro da sua participação, [...]” (informações verbais).⁵⁰

A carta, a trajetória como escravo, a história sobre sua mãe, são elementos construídos por meio da memória de Gama. As pistas e lacunas se misturam, história e memória se entrelaçam, desafiando o leitor que ora acredita que é tudo verdade, ora hesita. Se a intenção de Luiz foi exatamente essa, não se sabe ao certo, mas continua a intrigar aqueles que adentram na sua biografia, igualmente ao caso de Luiza e seus envolvimento nas insurreições. Elciene Azevedo acrescenta:

“Rio de Janeiro é outra questão também, porque o Sidney Chalhoub, o livro mais recente dele, *A força da escravidão*, ele justamente pesquisa muitos africanos apreendidos no Rio de Janeiro, ele pesquisa toda a documentação sobre prisões de africanas, [...], e o Luiz Gama diz lá no momento da vida, [...], que ele vai para o Rio de Janeiro atrás da Mãe, porque ele tem notícias de que a mãe foi apreendida pela polícia no Rio de Janeiro, então, o Sidney Chalhoub não encontrou nenhuma Mahin na documentação que ele pesquisou também no Rio. O que diz, é que ela foi apreendida e que ela foi mandada de volta para a África, é a notícia que ele tem, mas a gente não tem nenhum registro dessas atividades, a gente não sabe, tudo que sabe tá dito por Luiz Gama, [...], e que também, é muito verossímilante, da experiência desses africanos, experiências de perseguição desses africanos, porque esses africanos, na década de 20, na década de 30, não só na Bahia, mas também no Sudeste, eles estão muito envolvidos nas insurreições, [...]” (informações verbais).⁵¹

⁵⁰ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁵¹ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

Se Luiza voltou para a sua terra de origem, esse é outro mistério que até então não se sabe. O caso da mãe de Gama pode ser considerado um exemplo de incompletude, pois embora não tenha encontrado registros oficiais, ela faz parte da memória afro-brasileira.

Nas palavras de Nancy de Souza temos que:

“[...] o professor João José Reis é a maior autoridade sobre os malês aqui, uma das maiores autoridades do Brasil, talvez ele tivesse informação [...], inclusive os nomes. Luiza Mahin, uma das mulheres importantes, [...], você tinha que vê onde ela se reuniu, assim, Casa de Angola, [...] João José Reis, os livros dele pode falar um pouco sobre a personalidade de Luiza Mahin. [...], talvez fale sobre Luiz Gama, [...] possa saber se Luiz Gama chegou a ser muçulmano, porque o nome é, se a mãe passou mais tarde os saberes dela, como ela morreu, se ela voltou, talvez ela tenha voltado ao Benan, a sua terra de origem, [...] muitos voltaram, tudo isso. Teve os deportados [...], muitos votaram, [...], que aquele povo que faz uma festa no Benan, agora no mês de janeiro, que tem a festa dos vodus e a semana do Brasil ” (informações verbais).⁵²

A construção feita por Gama vai se fundamentar nas entrelinhas históricas, a imagem dessa africana guerreira, que ao menos na Bahia, ainda hoje se faz presente nas homenagens, nas histórias das resistências negras, ao citar as mulheres negras, ela é quase sempre lembrada como esse símbolo importante de luta pela libertação dos escravizados no século XIX.

Sílvio de Oliveira descreve Luiza Mahin como uma figura polêmica:

“Pois é, ela é uma figura polêmica, tudo que temos dela é o que Luiz Gama nos afirmou da participação dela, um pouco aí na Sabinada, depois na Revolução dos Malês e sua suposta fuga também para o Rio de Janeiro, que nem ele tem essa certeza, nem nós temos essa certeza, dessas participações e como foi, como nos chegam por Luiz Gama, é que ela foi bem influente, incisiva, mas não há como afirmar isso documentalmente, a participação de Luiza Mahin, ela passa a representar para a gente todas as figuras femininas tão vitais, tão fundamentais para a história da negritude, para a história da negritude no Brasil, mulheres guerreiras, pra mim ela é esse símbolo” (informações verbais).⁵³

Na cidade de Salvador podemos perceber como essa memória resistiu ao tempo, à importância do imaginário da representação simbólica de Luiza.

⁵² SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁵³ OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.



Ladeira Luiza Mahin Heroína da Revolta dos Malês, Rede de Mulheres Negras da Bahia 18 de novembro de 2016.



Ladeira Luiza Mahin

A placa fica localizada em um prédio na ladeira que vai em direção a Praça dos Veteranos, onde fica a Casa de Angola, com proximidade também a rua da casa que nasceu Luiz Gama. No prédio, local onde funciona a Associação de Mulheres Negras da Bahia, consta a placa com nome de Luiza Mahin, acompanhado da data comemorativa ao Dia da Consciência Negra.

Para entender como a pertença étnica pode influenciar nos posicionamentos, questionei: **Em que medida a atuação de Luiza Mahin influenciou as posições e a luta de Luiz Gama, em prol da libertação dos escravizados no Brasil?** Em resposta Benemar França coloca que:

“[...] Luiza Mahin influenciando Luiz Gama, eu considero que a hereditariedade, é certamente, o genes, deve ter é influenciado Luiz Gama, ela foi uma guerreira, ele deve ter puxado isso, ele viveu com ela 8 anos, e certamente acompanhava a luta dela contra as injustiças, agora, o genes do pai e convivência com os dois, de acordo com Luiz Gama, o pai até lutou a

favor dos negros e dos revoltosos na Bahia, e daí resultou em sua vida uma luta incansável pela justiça e contra a escravidão, que certamente considerava uma grande injustiça” (informações verbais).⁵⁴

Tanto Luiza quanto o pai de Gama lutavam pela libertação dos escravizados, embora mais tarde, o pai tenha vendido o filho para quitar dívida de jogos, a contribuição paterna foi pontuada.

Em relação à ancestralidade africana, o pertencimento materno serviu como uma bandeira de resistência. Seguindo a mãe, ele deu continuidade à luta contra o sistema escravocrata. Para Gama a liberdade era apenas um começo, ele queria igualdade entre negros e brancos.

Valendo-se de seus conhecimentos intelectuais para fazer justiça em favor dos esquecidos, daqueles quem nem ao menos eram considerados como gente, torna-se este símbolo libertário. Ao tempo que constrói essa representação simbólica na figura de Luiza Mahin, pois eternizada seus feitos por meio da memória na carta autobiográfica.

Azevedo, historiadora, assim descreve:

“A gente não tem documentação, registros, vestígio nenhum que sustente pra gente que é, como foi a vida de Luiza Mahin né, a gente tem é essa percepção, Luiz Gama era tão inteligente, tão antenado na história do Brasil, que pode ser que Luiza Mahin não tenha existido, mas, que ele constrói essa narrativa da mãe, para ficar para a posteridade, uma narrativa que vai nos dando entendimento do que foi a escravidão no Brasil, [...]” (informações verbais).⁵⁵

A figura da mulher, mãe, guerreira africana, fica então representada por Luiza Mahin. Ela toma esse lugar, passa a representar essa imagem, esse imaginário simbólico. Se Luiza foi ou não tudo o que o filho descreve, é outra questão, mas o que temos e consideramos perpassa pelo depoimento de Luiz Gama.

Ela foi para o filho inegavelmente extraordinária, pois que foi procura-la mais de uma vez. Ele deixa isso em carta, faz versos dedicando-lhe, não há no filho sentimento de abandono com relação à mãe. Nancy de Souza acrescenta: “Luiz Gama, a gente sabe que ele

⁵⁴ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁵⁵ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

gostava da mãe dele, e ele via nas outras negras a mãe dele” (informações verbais).⁵⁶ Ele vai estender essa admiração pela mãe para outras mulheres negras, nos seus poemas, por exemplo.

Silvio Oliveira acrescenta o seguinte:

“Não temos dúvida nenhuma, de que a mãe de Luiz Gama influenciou soberbamente a sua luta, se a gente pensar só no afeto, e o que a imagem dela representava para ele, não precisamos nem saber da participação dela na Sabinada, na Revolução dos Malês, se ela foi guerreira, e se não foi, se foi princesa, que não foi, que é uma suposição que ele traz, suposição não, ele afirma que sua mãe foi princesa em um poema, e historiadores e ficcionistas exploram esse dado, mas nada disso interessa, nesse sentido podemos afirmar a influência dela direta na sua atuação, porque ele tinha a mãe como mulher forte, uma mulher que não suportava injustiças, uma mulher que trabalhava incessantemente a favor da liberdade, a favor de um senso de comunidade mesmo, de coletividade, importante, de respeito ao indivíduos, sem dúvida está mulher ou como afeto, ou como efetividade, passou esses valores a Luiz Gama, porque se o sujeito diz isso em vários textos, o tempo todo reafirmando, a memória e a presença dessa mãe, não podemos ter dúvida do quanto ela foi importante na sua constituição mental enquanto sujeito, na força que ele mesmo tinha, então o que Luísa Mahin representou para ele foi importantíssimo, fundamental para constituir Luiz Gama que nos conhecemos” (informações verbais).⁵⁷

No Arquivo Público da Bahia localizado na cidade de Salvador, buscando por vestígios de Luíza Mahin nos anais das revoltas, não consta registros. O contato com a carta instigou a procurar por esse dado, embora ciente que outros pesquisadores lá estiveram para investigar esse fato, sem êxito.

A pergunta finalizando o questionário se direciona para a tentativa de compreender como autores contemporâneos e conterrâneos acabaram por ocupar lugares tão distantes, no qual um sempre foi lembrado e o outro ocupou a margem, sobretudo, no discurso literário.

Finalizei o questionário indagando **Quais diferenças na atuação de Castro Alves e Luiz Gama enquanto poetas e abolicionista brasileiros?** Benemar França responde que:

“Luiz Gama tinha 17 anos quando Castro Alves nasceu, aí até crescer e tudo mais, só que Castro Alves teve a oportunidade de estudar, inclusive de fazer faculdade de direito em Recife. Foi diferente de Luiz Gama, que viveu a experiência como escravo, estudar por conta, trabalhar, se tornar um rábula.

⁵⁶ SILVA. Nancy de Souza e. Nancy de Souza e Silva: entrevista 4. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (1:10:21). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁵⁷ OLIVEIRA. Sílvia Roberto dos Santos. Sílvia Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

Tornar-se um advogado como Castro Alves foi, o Luiz Gama teve, vamos falar assim, uma sorte. O rapaz, Antônio Rodrigues do Prado Júnior, que foi se hospedar, como Luiz Gama estava como escravo, que o ajudou a ler e a contar. [...], mas foi graças a isso que possibilitou ele a crescer, a ir para a parte jurídica e tudo mais, os dois foram escritores, poetas, sendo que a maior diferença é que Luiz Gama agia nos tribunais, e o Castro Alves engajou-se mais na política, para lutar contra a escravidão, essa condição de Luiz Gama de libertar escravos, ele também entrou na política, mas, ele se desencantou na luta por ir vendo o pessoal, o interesse dos fazendeiro brigado pelo contrário, em manter a escravidão, e ele lutando” (informações verbais).⁵⁸

Ainda que estes dois homens estivessem ocupando lugares distintos dentro daquela sociedade, distantes em suas trajetórias de vida. Estavam eles movidos em uma causa comum, o ideal de liberdade. Pontuando que, se um fora movido pela emoção, piedade, o outro usou a razão, sofreu na pele as dores do cativo.

O fato de Castro Alves se posicionar contra a escravidão, foi um avanço, mesmo porque, era filho de fazendeiro que tinha escravos, ele se coloca contrário a tudo isso, a esse tipo de opressão, ele escreve nos poemas e declama em praça pública.

Por outro lado, Luiz Gama em meio aos percalços que a vida impôs, reverteu sua situação de cativo, superou as dificuldades e chegou a um lugar de prestígio social que nenhum outro ex-escravo ocupou.

A respeito dos dois poetas Azevedo aponta o seguinte:

“Castro Alves é o branco, ou não, talvez, nem tanto, mas eu acho que eles ocupam lugares diferentes, a própria poesia é muito diferente, porque o Luiz Gama é como se ele falasse de dentro, a partir de uma experiência, e partir dessa experiência ele questiona, [...] as posição das outras pessoas o tempo todo. E o Castro Alves tem mais a chave da denúncia, mas ele fala muito na chave da vitimização, na forma talvez que ele tem de chamar atenção, não só uma forma de chamar atenção, mas do lugar social que ele fala. Castro Alves ele é baiano, mas ele é filho de fazendeiros, senhores de escravos, inclusive ali da região de Orobó, aqui de Itaberaba, mas é uma família muito importante ali da região, [...]. Luiz Gama fala do lugar de quem viveu a escravização, que questiona a exclusão social que os negros escravizados ou não, vivem no Brasil. Porque o que Luiz Gama defende, não defende só a abolição, não defende só o fim do preconceito, o que Luiz Gama defende é a inclusão. Se a gente vai ler os jornais e os artigos mais políticos, mesmo os artigos jurídicos de Luiz Gama, o que ele tá defendendo é a inclusão do negro na sociedade brasileira, então o fim do preconceito é importante, porque nós temos que olhar os negros como iguais, nós temos que inclui-los,

⁵⁸ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

eles fazem parte dessa nova nação que está sendo construída, eles não são algo para se ter vergonha, [...]”(informações verbais).⁵⁹

Essa bandeira que Gama defendeu, da inclusão dos negros, ultrapassou os limites da luta pela liberdade. Por que é um posicionamento diferente dentro dessa questão dos abolicionistas, para alguns a liberdade era o suficiente, mas para outros, não bastava, era preciso mais. Era importante reconhecer a riqueza cultural desse povo, suas lutas e subjetividades.

Embora os dois poetas e abolicionistas defendam a liberdade, quando confrontamos Castro Alves e Luiz Gama, passamos a entender como as estratégias de pressões tiveram um efeito mais significativo para minar o sistema, por atingir uma esfera mais ampla da sociedade escravocrata. Enquanto um apela para a piedade dos senhores escravocrata, o outro tá defendendo o enfrentamento.

Gama defende os escravizados nos tribunais, ele defende que não há crime, porque esses negros defendiam sua liberdade, então era legítima defesa. E falava isso também nos jornais em seus artigos. Ele escrevia a fim de demonstrando como a justiça funcionava favorecendo os abastados, como a sociedade também contribuía para tais injustiças.

Para Silvio de Oliveira:

“[...] Castro Alves que eu vejo não é um [...] branco e apassivado ali na sua branquitude, acho que ele tem as tensões, e todas as guerras que você já mencionou, entre brancos e negros em si, e o Luiz Gama ele vem um pouco que ameaçar, e nos fazer repensar sobre esse título de Castro Alves, Castro Alves Poeta dos escravos, o cara era filho de fazendeiro e tinha escravos, o outro foi escravizado e lutou pela liberdade, e é um poeta desconhecido, esse contraponto é necessário fazer mesmo, a gente só precisa conhecer como ele nasce. [...] Castro Alves no contexto dele injusto, [...], foi um grande poeta e trouxe muitas novidades boas, mas em contraponto a Luiz Gama ele vai perder. Para mim ele perde completamente. Porque, Luiz Gama passa a dizer que não havia necessidade desse Poeta dos escravos, porque os escravizados, ou os ex-escravizados, ou os negros que nunca foram escravizados, foram príncipes, foram reis, eles têm suas próprias vozes, eles podem dizer de si” (informações verbais).⁶⁰

Compreender Luiz Gama nos desloca para o questionamento dos reais motivos que levaram Castro Alves a receber esse título de Poeta dos escravos, como passou a ocupar esse

⁵⁹ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁶⁰ OLIVEIRA. Sílvia Roberto dos Santos. Sílvia Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

lugar simbólico de defensor da liberdade na sociedade por tanto tempo. Um imaginário de um branco que se compadece com as vítimas negras, como foi o caso da princesa Isabel, que historicamente assume esse lugar de piedosa, assinou uma lei que libertou os oprimidos.

Mesmo o próprio Luiz Gama se afirmando dentro da negritude, ficou conhecido no rol da advocacia paulista como mestiço, ele está sendo celebrado como mestiço, nesse lugar identitário. Embora sua auto identificação reivindique o lugar da identidade negra, porque assume a ancestralidade e faz dela significativa para sua existência enquanto militante.

A última questão foi: **As causas que Luiz Gama defendeu influenciaram a construção de uma identidade negra no Brasil?** Benemar França diz que:

“Eu acho que não, porque o Luiz Gama ele é pouco conhecido no Brasil, eu até costumo falar que quem conhece Luiz Gama, a história, acaba se apaixonando, e eu tenho notado que de alguns anos para cá que Luiz Gama vem sendo notado, com essa questão de identidade da raça negra, antes de ser divulgado e determinado que o dia 20 de novembro seria o dia da consciência negra, representado por Zumbi, estava se cogitando até Luiz Gama, mas infelizmente não foi colocado [...] eu acho que falta realmente uma identificação para a uma identidade, uma identidade para a raça negra e Luiz Gama seria uma pessoa que poderia preencher essa lacuna, pelo o que ele fez, pela inteligência, pela forma como ele conseguiu tudo que conseguiu” (informações verbais).⁶¹

Luiz Gama passou a ser mais celebrado, ganhar holofotes de uma forma mais contundente na atualidade, graças aos Movimentos Negros, a projeção que é colocada sobre ele dentro da negritude, ele cresce, torna-se esse símbolo.

Pensar em uma identidade nacional, uma população que diante de tantas ideologias negativas disseminadas sobre os africanos se assumirem enquanto negras. Aceitar que o sangue africano faz parte de uma grande maioria da população brasileira, ainda não chegamos nesse ponto.

O que se tem é uma identidade se que assume enquanto mestiça, ainda presa ao eurocentrismo, porque a descendência europeia ela predomina nos discursos, sendo um marcador enfatizado, por vezes, exaltado. Ao que tudo indica a falta de representatividade, ou manipulações identitárias nessas representações simbólicas, sejam uma questão ainda mal resolvida, sobretudo historicamente, dificultando a assimilação de uma negritude mais expressiva.

Elciene Azevedo pontua:

⁶¹ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

“[...] o trabalho que o movimento negro fez com Luiz Gama e tem feito, que é dá projeção, que é dá projeção pra Luiza Mahin, é extremamente importante. Porque isso atinge a sociedade, atinge brancos e negros, então as ideias do Luiz Gama são ideias extremamente importantes para a gente pensar a nossa sociedade atual, as nossas próprias relações raciais atuais, ele tá falando lá no fim do século XIX, mas é extremamente atual, porque então o que a gente tá discutindo ainda hoje, infelizmente, é a inclusão dos negros na sociedade brasileira. É muito óbvio, as estatísticas são muito óbvias em mostrar como os negros na sociedade são excluídos das principais oportunidades de ascensão social, não é à toa que pobre é negro, porque o racismo é tão estruturante na sociedade. Que estes sujeitos não tem se quer oportunidades iguais aos brancos. Os brancos são de fatos privilegiados, tem mais acesso à educação, tem mais acesso a cultura, tem mais acessos a bons empregos, há empregos inclusive, não precisa nem a gente adicionar o bom, há de fato uma exclusão, e o que Luiz Gama tá falando lá é de equidade, é de inclusão, é de cidadania” (informações verbais)⁶²

As problemáticas apontadas por Luiz Gama se desloca do século XIX e entra no XXI, de certa forma ele vai explicar como chegamos nessa situação, como uma massa negra ainda carregar vestígios dessa escravidão, porque foi negado a essa população direitos básicos, e isso se arrastou até os nossos dias.

Sílvio Oliveira narra:

“Acredito que sim, influenciaram nesse processo de construção, eu vejo que nós estamos ainda em processo de construção, embora bastante maduro já, embora bastante forte, as ideias de Negritudes, gente pode botar no plural, existe a ideia de Negritude, mas, ela é constituída pela diversidade, ainda bem, conseguimos ser diversos, diferentemente dos que tentam se impor sobre nós, então há vários tipos de leituras sobre essa Negritude, que de certa forma já é da própria diversidade que mencionamos lá atrás, das diversidades que nos chegaram, de todas as culturas, [...]Luiz Gama ele não disse, “eu vou ser o precursor de alguma coisa”, mas nós percebemos a importância dele como precursor, então ele antecede essa questão do posicionamento, da voz, da identidade, de um sujeito que desvia do homogêneo, do hegemônico, e tem a coragem de se afirmar, em um meio bastante hostil, e Luiz Gama é um dos ícones, talvez, o mais importante, mas, não é o único, [...]” (informações verbais)⁶³

A representação simbólica de um homem que vence a escravidão, luta contra esse sistema e busca desconstruir tantos preconceitos racistas e culturais, denota uma consciência

⁶²AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁶³ OLIVEIRA. Sílvio Roberto dos Santos. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira: entrevista 3. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2016. 1 arquivo mp3 (56:13:09). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

de humanização contundente no seu tempo. Afirmando uma identidade, reivindicando um lugar, Gama se percebia nas suas relações pessoais, como um negro brasileiro.

Para Azevedo, Luiz Gama queria deixar pontuado o seguinte:

“Hoje eu sou um negro intelectual, jornalista e advogado, então eu tenho espaço para falar sobre a experiência de tantos outros negros no Brasil que passaram pela escravização. Então ele vai marcar essa origem dele, [...], ele é um sujeito que é fruto de uma relação de duas identidades, vamos dizer assim separadas, a branca e a negra, então ele é o fruto deste Brasil, [...]. Ele está dizendo, o Brasil precisa incorporar os africanos na sua identidade, o Brasil não pode simplesmente esquecer que ele é formado, em grande medida por esse crime de origem que foi a escravização de milhares de Africanos” (informações verbais).⁶⁴

Lutando contra o racismo e a escravidão, Luiz Gama demarca nas suas produções esses enfrentamentos, na poesia, direito e jornalismo, sua marca registrada enquanto abolicionista não era apenas a liberdade, mas também a igualdade entre os homens.

Abordando ainda a questão das origens, como o processo da mestiçagem se deu dentro da linhagem genética de Luiz Gama, seu tataraneto explica o seguinte:

“[...] tenho as minhas origens e tudo mais, ao longo do tempo Luiz Gama quando casou teve um filho que era o Benedito Graco Pinto da Gama, esse era negro, ou um pardo. Eu consegui uma foto dele há pouco tempo atrás, e ele era uma pessoa bem afeiçoada, e ele casou com uma branca e teve uma filha que foi branca também, aí essa que é a minha bisavó, ela era branca, teve uma filha branca, minha avó, que era branca também, aí casou com um descendente de europeu, ele tinha dois metros e cinco de altura, eles tiveram cinco filhos, um mais velho, que era o meu pai, que teve o nome em homenagem ao Benedito, era Benedito França, o nome dele, em homenagem ao avô que era filho de Luiz Gama. E eu nasci desse casamento né, também com pessoa branca, e aí vai, vamos dizer, clareando o pessoal” (informações verbais).⁶⁵

No Brasil as tentativas de demarca a pertença racial dos indivíduos por caracteres fenotípicos como a cor da pele, dos cabelos, dos olhos, o formato do nariz e outros, conduz quase sempre, a imprecisões e equívocos, sendo este um método para fundamentar opiniões.

Para compreender as questões da identidade étnica se faz necessário trazer informações do âmbito das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia Cultural, que

⁶⁴ AZEVEDO. Elciene Rizzato. Elciene Rizzato Azevedo: entrevista 2. [Dez, 2016]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. Jequié, 2017. 1 arquivo mp3 (58:58). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

⁶⁵ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

aborda as questões na seara das organizações e rituais dos grupos humanos em suas relações, em uma perspectiva semiótica e hermenêutica que interpreta os fenômenos nas suas manifestações diversas, método que possibilita reconhecer como verdadeiras, inclusive as autodeclaração, autoatribuição ou autoidentificação, como foi o caso de Gama, um mestiço de se autoproclamou negro, assumindo a defesa dos africanos, a valorização cultural desses povos, enfim, liberdade e igualdade entre negros e brancos no Brasil.

Diante de tantos feitos na sociedade em que viveu, o seu legado vem sendo aos poucos reconhecido, como aponta seu tataraneto:

“Inclusive em novembro de 2015 nós recebemos da OAB o título de advogado em memória que foi entregue para Luiz Gama. É uma placa muito bonita que a OAB entregou para a gente, reconhecendo Luiz Gama com um advogado, então agora nós podemos dizer, Luiz Gama foi um advogado. Essa placa eu acabei doando para o Tribunal de Justiça no museu, Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo, [...]. E em 2016 a OAB de São Paulo entregou o prêmio para Luiz Gama, a comissão de Direitos Humanos, é o prêmio Franz de Castro Holzwarth, aí foi um troféu que eles entregaram pra gente. E esse troféu tá comigo, de direitos humanos. Quer dizer, aos pouquinhos Luiz Gama tá sendo reconhecido” (informações verbais).⁶⁶

No tempo presente com as histórias sendo contestadas, recontadas, por vezes, desconstruídas, surgem símbolos como Luiz Gama. Essa representação nacional, esse símbolo de resistência.

⁶⁶ FRANÇA. Benemar. Benemar França: entrevista 1. [Jan, 2017]. Entrevistadora: Géssica Santos Seles. São Paulo, 2017. 1 arquivo mp3 (1:05:02). Áudio sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Luiz Gama: Identidade, etnia e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Luiz Gama, como vimos filho de uma negra africana de origem Nagô com um fidalgo português, que após ser separado da sua mãe teve o infortúnio de ser vendido pelo próprio pai como escravo e ser levado de Salvador para São Paulo, permanecendo nesta condição por sete anos, quando conquistou a condição de liberto. As posições que galgou desde as relações pessoais as profissionais teve o mérito da conquista dos autodidatas, a sua trajetória de vida nos convida a refletir sobre as circunstâncias de um jovem mestiço, nas condições históricas do século XIX e numa sociedade escravocrata, entregue ao próprio destino, assim o esforço para se qualificar enquanto o primeiro autor negro no Brasil se torna digno, de nesta pesquisa supor que serve de inspiração para hoje em dia, despertar os movimentos sociais contra as discriminações e preconceitos de qualquer ordem.

Para entendermos como se compunha os mecanismos de trocas simbólicas entre dominadores e dominados, servimo-nos de instrumental teórico e metodológico adequados a abordagens da utilização que fez das suas profissões como meio para satirizar a sociedade do seu tempo, usando o gênero literário da poesia enquanto arte, nos artigos vulgarizando nos jornais as teses jurídicas que defendia na tribuna para considerar a escravidão como crime e contravenção das leis em vigor, das peças jurídicas montadas para defender e libertar, segundo suas próprias declarações, mais de 500 escravizados.

Provoca-nos a imaginar sobre as possibilidades e possíveis impossibilidades, se admitirmos o contraditório, de como a consciência de um determinado pertencimento étnico pode aguçar o processo de autodeterminação do indivíduo, em contextos socioculturais previamente estabelecidos e, por força das convicções e princípios, deslocar-se da condição, possivelmente privilegiada de mestiço, e se autoproclamar negro, assumido o seu legado de filho de africana, para deixar claro de qual lado está e poder exercer a coerência ente a teoria e a prática, em sua militância incontestada, contra a Monarquia e a escravidão. Portanto buscamos entender sua identidade, como ele se percebeu a partir das relações sociais, sobretudo por meio de suas produções profissionais.

Este processo de decisão política exige determinação e coragem, a proteção de entidades ou grupos organizados, se não as duas ao mesmo tempo. Afirmamos o sua filiação a Loja Maçonica América, ambiente onde vicejava a época as teorias liberais, o Liberalismo e a organização dos grupos de combate e ações contra o antigo regime monárquico, em prol da proclamação da República e contra a escravidão, a favor da liberdade. Sabemos integrava o

movimento dos abolicionistas que dentre diversas outras ações arrecadavam fundos para compor um caixa e custear a fuga, a defesa, a compra de armas e alforrias.

O processo de resistência, e luta em a favor da criação da República, suscitou o início das discursões e a busca por uma identidade nacional, de início um movimento literário exaltou a imagem dos indígenas enquanto donos da terra, altaneiros e livres, provavelmente para contrapor à imagem do negro, considerado pelos escravocratas como malicioso, rebelde, fujão, perverso, insensível, incapaz de aprender. Do outro lado Gama e os autores abolicionistas se esmeravam nas sátiras e críticas contra os colonizadores europeus e seus descendentes, humanizando os escravizados, mostrando a diversidade, e reivindicando liberdade e igualdade ente os homens.

Se o cânone literário admite deturpar elementos de cultura negra criando um imaginário distante do real para representar a nação, então, revisita-lo para ver o que ficou fora dele, lançar um olhar empenhado em perceber as formas de manipulação histórica e literárias destacando os elementos africanos antes escamoteados, e que foram incluídos por Gama, que fez da arte um meio de crítica social contra o racismo e opressão. A produção literária Trovas Burlescas e outras produções caminha por esse jogo, no qual o processo de negociação, etnicidade e relações étnicas são devidamente tratados.

Sua produção não teve a visibilidade como os poemas de Castro Alves, nem foi tão conhecido quanto Rui Barbosa no direito, seus contemporâneos e conterrâneos. Embora, sua inegável contribuição para a sociedade, seja incontestável e merecedora de reconhecimento.

Nesse aspecto, considerar o abolicionista como quem, ao participar dos movimentos de libertação, contribuiu para organização dos movimentos negros, parece-nos não ser exagero, pois, as lutas contra o racismo, a intolerância, os preconceitos sociais e religiosos se fundamentam nos elementos étnicos, éticos e culturais vigentes desde o tempo da escravidão.

Os problemas gerados pela escravidão, bem como, os estigmas sofridos pela população negra no Brasil, enquanto grupo étnico reconstituídos na diáspora, conflitos que perduram na sociedade brasileira pós-escravidão. Não por acaso, foi constante e incansável, a luta do militante por igualdade entre os homens, luta da sua vida. Um intelectual que viveu por justiça e fez valer a justiça nos tribunais advogando, nos jornais denunciando e no seu engajamento poético.

Entendendo a atemporalidade e importância na reflexão por meio das produções literárias, sobretudo as que ficaram no esquecimento, adentramos em suas origens étnicas, evidenciamos os elementos que fortaleceram os seus ideais e impulsionaram a resistência.

Gama, enquanto abolicionista, defendeu um grupo étnico, bem como, expressou sentimento de pertença, reivindicando igualdade.

Ilustrar a condição existencial e as opções de Gama, que atuou na defesa dos direitos de africanos e afro-brasileiros no século XIX, trazem vestígios deste lugar de fala, no velho espaço de produção do discurso no Brasil Império. As estratégias articuladas pelo autor, buscando intensificar sua batalha contra a opressão de homens e mulheres oriundos da África e de seus descendentes. Neste sentido, propagou seus ideais libertários em uma sociedade arraigada de ideologias raciais, fortalecidas e cultivada pelo sistema de colonização e que perdurou depois, desencadeando em problemáticas contemporâneas.

Por fim, pontuamos que, também, atuou na Educação, criando uma escola após a promulgação da Lei do Ventre Livre para os filhos de escravos e ex escravos. Não tivemos a oportunidade de pesquisar essa atividade, pela exiguidade do tempo destinado a realização do Mestrado, mas registramos o fato para, quem sabe, outrens o façam, na expectativa de que resida aí as origens remotas de uma escola voltada à Educação Étnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Itamar Pereira de. *AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: Caminhos da Diversidade*. Dissertação de Mestrado, apresentada e aprovada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAUJO, Jorge de Souza. *Retrós de espelhos: o romantismo brasileiro com lentes de aumento*. Ilhéus (BA): Editus, 2011.

ARRUTI, José Maurício. Etnicidade. In: *Dicionário Crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*, 2014.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*. Campinas: UNICAMP, 2005.

_____. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

BENEDITO, Mozar. *Luiz Gama o libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERND, Zilá. *Introdução a Literatura Negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *O que é Negritude?*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre. Universidade: 1992.

BERGER, Peter L. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* [por] Peter L. Berger [e] Thomas Luckmann; tradução de Floriano de Souza Fernandes. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário Mítico - Etimológico da Mitologia Grega*. Disponível em: < https://demgol.units.it/pdf/demgol_pt.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2017.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tra. David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CASTRO, Ieda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Academia Brasileira de Letras / Topbooks Editora, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. In: *Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível*. Revista de Cultura e política, CEDEC, V.1, São Paulo, 1979.

DIACOV, V. e COVALEV, S. *HISTÓRIA DA ANTIGÜIDADE*. Vol. 1. São Paulo, Editora Fulgor Limitada, 1965.

D'ONOFRIO, S. *Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 50ª edição. Global Editora. 2005.

GAMA, Luiz. *Primeiras trovas burlescas e outros poemas*. Edição preparada por Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Com a palavra Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas*. Org. FERREIRA, Lígia Fonseca. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

GOMES, Heloísa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed, São Paulo: Campanhia das Letra, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa / Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar; elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – 3.ed. rev. E aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.*

LAW, Robin. *A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico transatlântico de escravos, 1850-1866*. In: *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*. Organizado por João José Reis, Carlos da Silva Jr. – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

LARAIA, Roque de Barros, *Cultura: uni conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed.", 2001.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. Trad. James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12^a ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*, 4^o Edição, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1959.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. *Reconsiderando etnia*. Revista de Ciências Sociais vol. 6, núm, 2, julho-dezembro, 2003, p. 133-147. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/703/70360203.pdf>>. Acesso em: 03 jun 2016.

OLIVEIRA, Sílvio Roberto dos Santos. *Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PINAUD, João Luiz Duboc. (et.al). *Insurreição negra e justiça*. Rio de Janeiro: Editora EXPRESSÃO E CULTURA – Exped Ltda; Ordem dos Advogados do Brasil – Seção RJ, 1987.

POLLAK, Michel. *Memória esquecimento, silêncio*. Trad. Dora Rocha Falksman. Estudos Históricos, Riode de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais Ltda., v.2, n^o 3, 1989, p. 3-15.

POUTIGNAT, Philippe. *Teoria da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Ferart; trad. Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

RAMOS, A. Guerreiro. *A Introdução Crítica a Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RAMOS, Artur. *O negro Brasileiro*. 1º volume: etnografia religiosa. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

SANTOS, Eduardo Antonio Estevam. *Luiz Gama e a sátira racial como poesia de transgressão: poéticas diaspóricas como contranarrativas à ideia de raça*. Artigo, parte de tese de doutorado em História social defendida na PUCSP em 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n11/pt_2236-4633-alm-11-00707.pdf>. Acesso em 03 out. 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27 Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo* www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012.../schucman_corrigeida.pdf. 2012. Acesso em: 10 jun 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

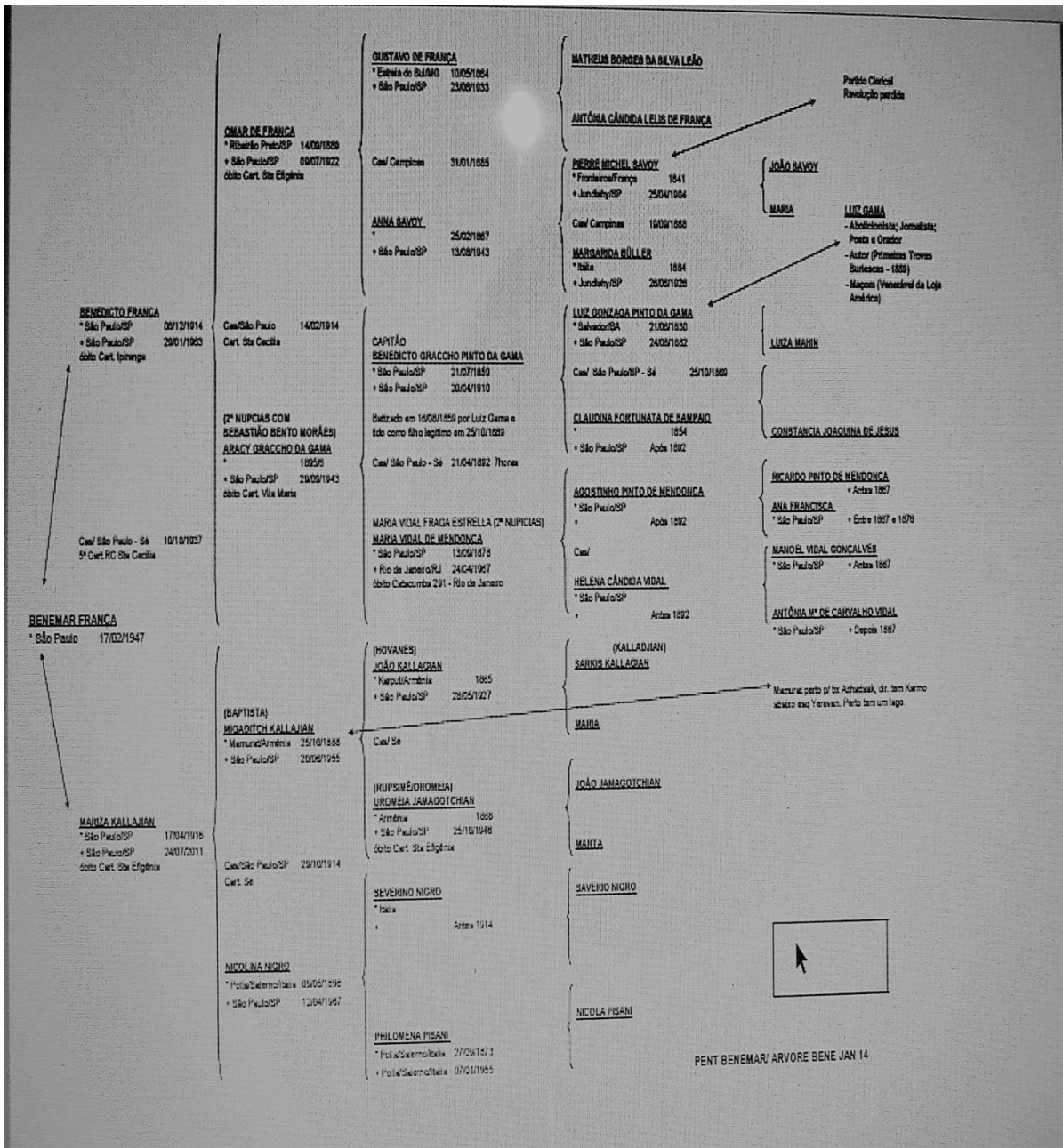
SODRÉ, Muniz, *A verdade seduzida*. 3ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TOMPSON, John. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília. In: *Relações Comunitárias Étnicas*. Editora da Universidade de Brasília, 1991.

VEGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Trad. Tasso Gadzanis. 4ed. Salvador: corrupio, 2002.

ANEXOS:



Árvore genealógica cedida por Benemar França, nela também não consta o nome do pai de Luiz Gama.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.629, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Declara o advogado Luiz Gama Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O advogado Luís Gonzaga Pinto da Gama – Luiz Gama – é declarado Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

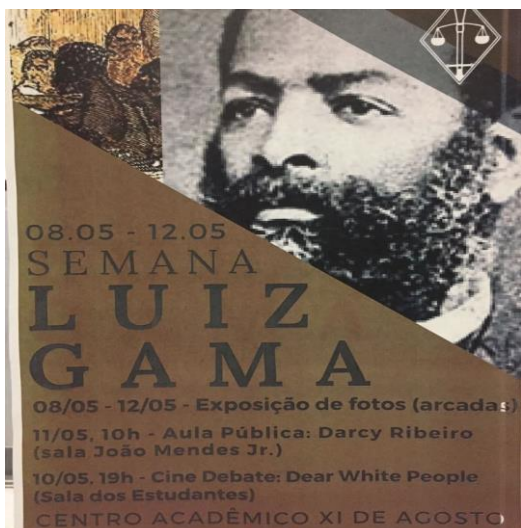
Luislinda Dias de Valois Santos

Gustavo do Vale Rocha

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.1.2018

*

Decreto Elegendo Luiz Gama como Patrono da abolição. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13629.htm>. Acesso em 20 jan. de 2018.



Homenagem realizada para Luiz Gama, informação do evento cedida pelo tataraneto do autor, Benemar França.



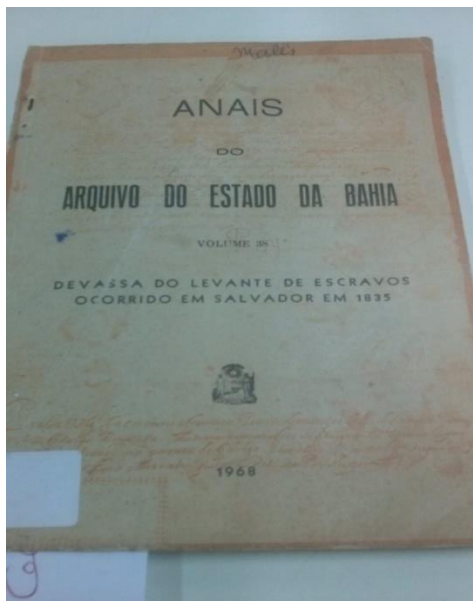
Peça teatral sobre a trajetória do autor. Disponível em: < <http://jornalempoderado.com.br/sinopse-da-peca-luiz-gama-uma-voz-pela-liberdade/> >. Acesso em 11 out. de 2017.



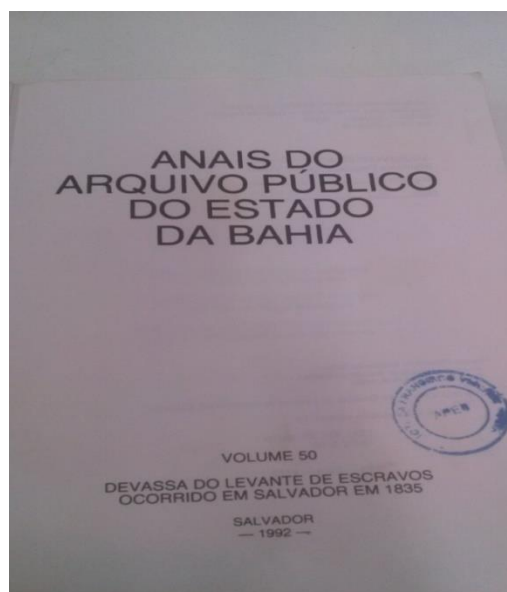
Sistema informatizado do Arquivo Público da Bahia, na tentativa de buscar nos arquivos digitalizados por Luiza Mahin, sem êxito. Acesso em 05 ago. 2016. Fotografia feita por Gêssica S. Seles.



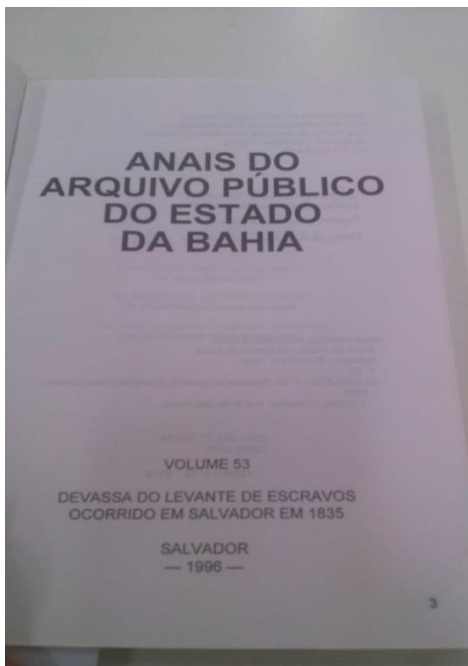
Sistema informatizado do Arquivo Público da Bahia, na tentativa de buscar nos arquivos digitalizados por Luiz Gama, sem êxito. Acesso em 05 ago. 2016. Fotografia feita por Gêssica S. Seles.



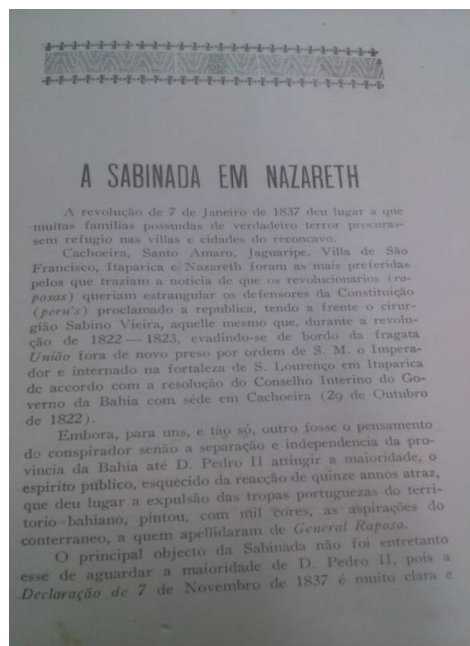
Anais sobre Revolta dos Malês, volume 38, documento do acervo do Arquivo Público da Bahia, acesso em 05 de ago. 2016. Fotografia de Géssica S. Seles.



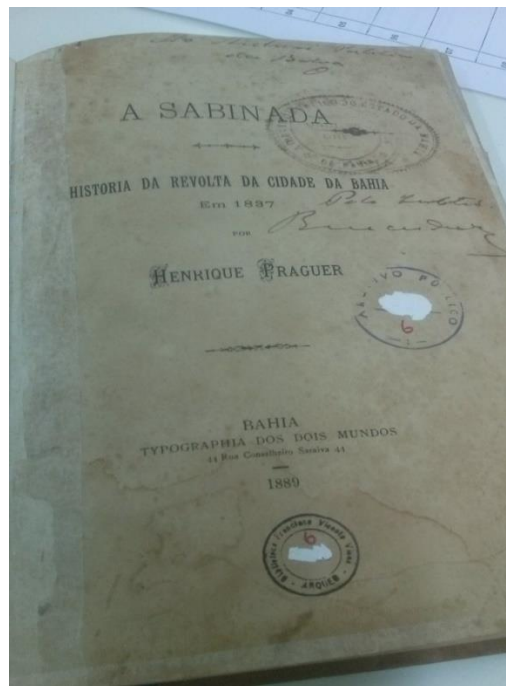
Caderno com informações da Revolta dos Malês, volume 50, documento do acervo do arquivo público da Bahia, acesso em 05 de ago. 2016. Fotografia de Géssica S. Seles



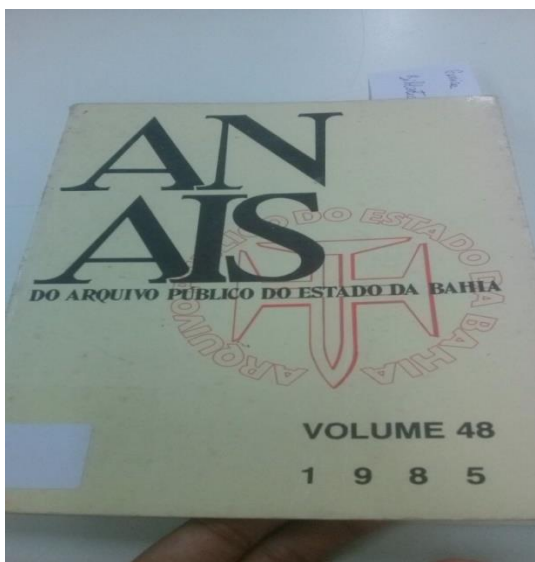
Caderno da Revolta dos Malês, volume 53. documento do acervo do Arquivo público da Bahia, acesso em 05 de ago. 2016. Fotografia de Gêssica S. Seles.



Anais a respeito da Revolta da Sabinada, documento do acervo do Arquivo Público da Bahia, acesso em 05 de ago. 2016. Fotografia de Gêssica S. Seles



Caderno sobre a revolta da sabinada, documento do acervo do Arquivo Público da Bahia, acesso em 05 de ago. 2016. Fotografia de Gécica S. Seles.



Capa do anais de 1985, neste volume constam a lista dos presos no levante do malês, tabelas que estão nos anexos a seguir: Fotografia da capa, realizada em 05 de ago. 2017. Fotografia feita por Gécica S. Seles.



O Arquivo Público do Estado da Bahia retoma a publicação dos seus Anais com a divulgação das ementas do volume LIV de Ordens Régias, assim como inclui um dos volumes do Registro Eclesiástico de terras da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho da Amargosa, com seus proprietários e índices de terras.

Outrossim, presta uma significativa homenagem àqueles que tomaram parte na mais importante revolta urbana negra que se chamou dos Malês, publicando um documento: “Rol dos Culpados”. Arrolados que forma pelo Escrivão Teles, os presos do levante foram nominativamente listados com dados múltiplos, inclusive as condenações. Para melhor identificar os prisioneiros, recorreremos às pesquisas do Prof. Dr. João José Reis que escreveu a introdução à divulgação do documento. A intenção maior foi não deixar passar despercebida a data sesquicentenária da revolta dos Malês, acontecida na cidade do Salvador em 1835.

Também publicamos o primeiro histórico de um fundo documental, organizado pelos funcionários da Seção de Pesquisa do Arquivo Público do Estado da Bahia, que teve no Prof. Roberto Albergaria, Gerente da Documentação Escrita o seu autor: “Do Tribunal da Relação do Brasil ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; Histórico Sumário”.

Com este volume 48, mais uma vez a Diretoria do Arquivo Público, ao cumprir um dever regimental, procura torná-lo marcante, não somente na divulgação dos documentos, mas procurando dar a estes Anais uma orientação cultural plena de dados históricos.

Anna Amélia Vieira Nascimento

Transcrição do documento.

N.	NOMES	LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS	
1	Adolfo Cubi	(Nagô)	Escravo de Joaquim Antonio da Fonseca	Preso	1º Distrito do Pilar	Sentenciado em absolvição em 15 de junho de 1835
2	Adão Galvão	Grumã	Liberto, escravo que foi de Inocêncio José Galvão	Preso	Rua do Paço	(Deportado)
3	Adriano	Nagô	Escravo do Visconde de Pirajá	Preso	2º Distrito do Pilar	Sentenciado em absolvição em 15 de junho de 1835
4	Agostinho	Nagô	Escravo do Convento das Mercês	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado em 500 açóites em 6 de março de 1835
5	Ajadi Luiz Dople	(Nagô)	Liberto	Preso	1º Distrito de Santana	Sentenciado à morte em 28 de fevereiro de 1835
6	Agostinha	Nagô	Liberta	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciada em 64 meses de prisão
7	Alexandre	Nagô	Liberto	Preso	1º Distrito de Santana	Sentenciado a 20 anos de prisão com trabalho
8	Alexandre	Nagô	Escravo de Domingos José Gonçalves Penna	Preso	Rua do Paço	Sentenciado em absolvição em 2 de julho de 1835
9	Amancio, vide Manço	Nagô	Escravo do Visconde de Pirajá	Preso	2º Distrito de Brotas	
10	Ambrosio Manoel	Mina	Liberto	Preso	Rua do Paço	(Deportado)
11	Amaro Francisco Antonio	Ussá	Liberto	Preso	1º Distrito de Santana	Sentenciado a 12 anos de prisão com trabalho
12	Antonio José	Tapa	Liberto, escravo que foi de Pedro Francisco	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	Sentenciado em absolvição em 17 de março de 1835
13	Antonio Maciel	Nagô	Liberto	Preso	2º Distrito da Sé	
14	Antonio Manoel Bomcaminhinho	(Nagô)	Liberto (escravo que foi de Manoel Bom Caminho)	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em 6 anos de prisão com trabalho
15	Antonio Domingues	Nagô	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 4 de junho de 1835 (e deportado)
16	Antonio	Ussá	Escravo do Major Sá	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em absolvição (em 30 de abril de 1835)
17	Antonio José Vieira	Nagô	Liberto, escravo que foi de Sabino José Vieira	Preso	Rua do Paço	
18	Antonio Cancela	Mina	Liberto	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado as galés perpetuas (em 18 de fevereiro de 1835)
19	Antonio Domingos	Ussá	(Liberto)	Preso	1º Distrito da Sé	
20	Antonio Mendes	Nagô	Conhecido por Antonio (preso) com fiote nas Brotas	Preso	2º Distrito da Sé	

119

N.	NOMES	LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS	
21	Antonio	Calábua	Escravo de Inácio Manoel de Souza, morador em Raparica	Preso	Conceição da Praia	(Absolvido em 15 de dezembro de 1835)
22	Antonio	Ussá	Escravo de Sebastião José da Costa	Preso	1º Distrito da Penha	(500 açóites)
23	Antonio	Nagô	Escravo de Jaime Rita	Preso	1º Distrito da Vitória	
24	Antonio Vide Matheus	Nagô	Escravo de Rita	Preso	1º Distrito da Sé	
25	André Tonço, ou Samuel	Tapa	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	
26	André	Nagô	Liberto	Preso	2º Distrito da Vitória	Sentenciado em 12 anos de prisão em 4 de abril de 1835
27	André	Nagô	Escravo de João Chaves	Preso	2º Distrito do Pilar	
28	André Samuel	Tapa	Vide André Tonço	Preso	1º Distrito da Sé	
29	André	Nagô	Escravo de Maria Francisca Seixas	Preso	1º Distrito de Sto. Antonio	
30	André	Nagô	Escravo de João Inglês, morador em Nazaré	Preso		Foi solto por Despacho do Chefe de
31	Ana Rita	Romô	Escrava que foi de Luiz da Costa	Preso	Conceição da Praia onde foi só interrogada	
32	Anna Joaguina	(Mina)	(Liberta)	(Preso)	1º Distrito da Sé	
33	Anna Maria	(Nagô)	(Escrava)	(Preso)	1º Distrito da Sé	
34	Aprigo	Nagô	Liberto (escravo que foi do Capitão Gerardo)	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado à morte em 29 de abril de 1835
35	Athanasio d'Etra	Nagô	Liberto (escravo que foi de Manoel José d'Etra)	Preso	Foi solto, Conceição da Praia	Sentenciado em absolvição em 15 de junho de 1835
36	Aluna	(Nagô)	Escravo		1º Distrito da Sé	
37	Alei Adão		Escravo de um inglês		1º Distrito da Sé	
38	Angélica	Gege			1º Distrito da Sé	
39	Arruna ou Aluna	Nagô	Escravo de um que mora em Santo Amaro		1º Distrito da Sé	
40	Aliará, vide José Aliará				1º Distrito da Sé	
41	Alexandre		Escravo de Meliours Russell		1º Distrito de Sto. Antonio	
42	Amuoco	Nagô	Escravo de um que mora em Sto. Amaro		1º Distrito de Santo Antonio	
43	Bá ou Edum	(Nagô)	(Liberta)	(Preso)	1º Distrito da Sé	(Sentenciada em 5 anos de prisão em 28 de fevereiro de 1835)
44	Batanho	Nagô	Escravo de Antonio Falcão		Conceição da Praia	
45	Bazília	Romô	(Liberta escrava que foi de Maxime Marie do Espírito Santo)	(Preso)	1º Distrito de Santana	Sentenciada em absolvição em 15 de junho de 1835
46	Victor da Silva Cunha	(Nagô)	Liberto (escravo que foi de Manoel da Silva Cunha)	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado à morte (transformado em açóites por recurso).

N.	NOMES	LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS	
47	Belchor	Nagô	Escravo de José Joaquim Xavier ou de Eustáquio	Preso	2º Distrito da Sé, e 2º da Penha	Sentenciado a morte em 29 de abril de 1835
48	Belchor	Nagô	Liberto que foi escravo de Guilherme (de Souza Vieira)	Preso	1º Distrito de Santana	
49	Benedito	Nagô	Escravo de Antonio de Jesus	Preso	(2º Distrito da Sé)	
50	Benedito	Nagô	Escravo de José Antonio Ferreira			
51	Benedito	Nagô	Ganhador no canto da Vitória. (Liberto)			
52	Benta Luza Joaquina	Ussá	Liberta	Preso	1º Distrito da Vitória Rua do Paço	(Absolvida em 15 de dezembro de 1835 e deportada)
53	Bernardo	Gege	Escravo de Padre Severo	Preso		
54	Bernardo	Nagô	Escravo de Antonio de Souza Lobo	Preso	2º Distrito da Sé	Morreu na Fortaleza do Mar em 4 de abril de 1835
55	Bonifácio da Silva Cunha	Nagô	Liberto (escravo que foi de Manoel da Silva Cunha)	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 4 de junho de 1835
56	Braz de Oliveira	Nagô	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	
57	Buremo	Nagô	Escravo de Stuart			
58	Benedito	Ussá	Escravo de (Damiana Ferreira Milles)	Preso	1º Distrito da Vitória (1º Distrito da Sé)	
59	Carlos	Nagô	Escravo de Schind	Preso	1º Distrito da Vitória	
60	Carlos	Nagô	Escravo de José Marques Ribeiro Guimarães	Preso		Foi solto por despacho do Chefe de Polícia
61	Carlos	Nagô	Escravo de Dr. Dundas	(Preso)	1º Distrito da Vitória	(Sentenciado em 200 açoitões em 21 de abril de 1836)
62	Carlos	Nagô	Escravo de Adolfo Luce	Preso	1º Distrito da Vitória	
63	Carlos	Nagô	Escravo de Clegg Jones	Preso	1º Distrito de S. Pedro	
64	Carlos	Nagô	Escravo de Frederico Robelard	Preso	1º Distrito da Vitória	
65	Castano Ribeiro	Ussá	Liberto	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado a morte em 10 de março de 1835 (transformada em 800 açoitões por recurso)
66	Cipriano	Nagô	Escravo	Preso	1º Distrito da Sé por supor-se fugido do Rio Grande do Sul	Sentenciado em absolvição em 7 de março de 1835
67	Cassiano	Nagô	Escravo de Manoel de Araujo, morador no Oratório, existe a viúva Joanna	Preso	Suspeito de fugido	
68	Cipriano	Nagô	Escravo de Visconde de Pirajá	Preso	2º Distrito do Pilar	

N.	NOMES	LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS	
69	Clóvis		Escravo de um homem morador em Santo Amaro		Conceição da Praia	
70	Claudina (Maria Conceição)	Tapa	Liberta	Preso	Conceição da Praia	(Absolvida em 15 de abril de 1836)
71	Combe	Nagô	Escravo		Conceição da Praia	
72	Comrado	Nagô	Escravo de João Batista Fetal	Preso	2º Distrito da Sé	
73	Constantino	Nagô	Escravo de Amans Antache	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	Morreu no Hospital
74	Cornélio	Nagô	Escravo de João Firmiano Caldera	Preso	2º Distrito da Vitória	(Sentenciado em 500 açoitões em 12 de fevereiro de 1835)
75	Comelio	Nagô	Escravo de José Soares	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado a morte em 10 de março de 1835
76	Cosme Paz	Nagô	Liberto, escravo que foi de Joaquim Paz	Preso		
77	Cosme	(Nagô)	Escravo de D. Maria da Piedade	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em 12 anos de prisão com trabalhos em 7 de março de 1835
78	Crispim	Nagô	Escravo de Carlos Wucherer	Preso	1º Distrito da Vitória	
79	Cubi, vide Adolfo	Nagô	Escravo de Joaquim Antonio da Fonseca Casimiro	Preso	1º Distrito do Pilar	Sentenciado em absolvição em 15 de junho de 1835
80	Constantino	Nagô	Escravo de Antonio de tal	Preso		
81	Carregador da Bargue	Nagô	Liberto			
82	Daniel da Silva	Ussá	Liberto		1º Distrito da Sé	
83	Daniel	Nagô	Escravo de Abrão	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado as ções perpetuas em 6 de março de 1835
84	Dassalu	Nagô	Escravo de Stuart		1º Distrito da Vitória	
85	Diogo	Nagô	Escravo de Abrão	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado as ções perpetuas em 6 de março de 1835
86	Domingos Marinho de Sa	(Pardo)	Liberto, ou forro	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado em 8 anos de prisão com trabalhos (em 27 de abril de 1835)
87	Domingos	Nagô	Liberto, escravo que foi do Padre Joaquim Francisco	Preso		
88	Domingos	Nagô	Escravo de João Antonio de Souza Severo		1º Distrito de Sto. Antonio	
89	Domingos da Silva	Nagô	Escravo de José da Silveira			
90	Domingos da Silva	Nagô	Liberto	Preso	Rua do Paço	
91	Domingos Borges	(Ussá)	Liberto	(Preso)	1º Distrito da Sé	(interrogado e solto)
92	Domingos	Nagô	Escravo de Manoel José Dias	Preso	Conceição da Praia	(Absolvido em 21 de abril de 1836)

ROL DE AFRICANOS CULPADOS DO CARTÓRIO DO JURI DO ESCRIVÃO TELES
1835

N.	NOMES		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS
93	Domingos	Nagô	Escravo de Antonio Silvestre morador na Graça, amolador no Peso do Fumo, branco.	Preso	Conceição da Praia	
94	Domingos	Ussá	Escravo de João Pinto Coelho	Preso	Conceição da Praia	(Absolvido em 10 de agosto de 1835)
95	Edm. vid. Bã	Nagô	Liberto	Preso	1º Distrito de Santana	Sentenciado em 64 meses de prisão em 28 de fevereiro de 1835
96	Efigênia (Germana)	Nagô	Liberto	Preso	Conceição da Praia	
97	Elastão do Carmo	Ussá	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	(Absolvido e deportado)
98	Elias Francisco	Nagô	Liberto, escravo que foi de Franco	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em 400 açoites em 7 de março de 1835
99	Eustáquio Regilão	Nagô	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	
100	Emerenciana	Nagô	Escrava de José Roiz de Figueiredo	Preso	1º Distrito da Vitória	(Absolvido em 12 de agosto de 1835)
101	Euzébio	Nagô	Escravo de D. Catharina	Preso	2º Distrito de S. Pedro	Sentenciado em 200 açoites em 9 de junho de 1835
102	Fano ou Ivano	Nagô	Escravo de Francisco Ladiage	Preso	1º Distrito do Pilar	
103	Faustino	Nagô	Escravo de Joaquim Antonio de Fonseca	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 4 de junho de 1835
104	Falsberto de Oliveira	Grumã	Liberto	Preso	2º Distrito da Sé	
105	Faltzarda Maria da Conceição	Calabar	Liberto	Preso	Conceição da Praia	Sentenciada em absolvição em 6 de junho de 1835
106	Felicidade	Tapa	Liberto	Preso	1º Distrito de Santana	Sentenciada em absolvição em 28 de fevereiro de 1835
107	Felicidade	Nagô	Liberto de cor tula	Preso	1º Distrito de São Pedro	
108	Felicidade		Escrava de um prido Mina, torro, morador em S. Miguel	Preso	2º Distrito do Pilar	
109	Fernando	Nagô	Escravo do Visconde de Pirajá	Preso	1º Distrito da Sé	
110	Feliciano	Nagô	Escravo de Joaquim Teixeira	Preso	1º Distrito do Pilar	Sentenciado em absolvição em 15 de junho de 1835
111	Firmino	Nagô	Escravo de Joaquim Antonio da Fonseca Casimiro	Preso	1º Distrito de S. Pedro	
112	Firmina		Escrava de um homem que mora aos Barris	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 2 de março de 1835
113	Fortunato de Oliveira	(Nagô)	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 4 de junho de 1835
114	Francisco José	Cabinda	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	

ROL DE AFRICANOS CULPADOS DO CARTÓRIO DO JURI DO ESCRIVÃO TELES
1835

N.	NOMES		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS
115	Francisco	Nagô	Escravo de Sampaio	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado em 500 açoites em 6 de março de 1835
116	Francisco	Nagô	Escravo de Convento das Mercês	Preso	1º Distrito de São Pedro	(Sentenciado a 500 açoites em 10 de fevereiro de 1835)
117	Francisco	Nagô	Escravo de Clegg Jones	Preso	1º Distrito do Paço, só foi interrogado e pronunciado pelo juri sem processo.	(Absolvido e deportado)
118	Francisco (Leur)	Cabinda	Escravo que foi de Lihoo (provavelmente Lewis Stuart) inglês, liberto	Preso	1º Distrito da Sé	(Absolvido e deportado)
119	Francisco de Mello Santiago	(Gepe)	Liberto	Preso	2º Distrito de Santana	
120	Francisco	Ussá	Escravo de Gregório de Mello	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	
121	Francisco	Nagô	Liberto, morador pelo Terreiro	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	
122	Frederico	Ussá	Liberto	Preso	2º Distrito de São Pedro	(Absolvido em 20 de fevereiro de 1835)
123	Francisco	Nagô	Escravo de Camilo Muniz Barreto	Preso	2º Distrito de Santana	Sentenciado em absolvição em 12 de março de 1835
124	Felipe	Nagô	Escravo de João da Silva Bizarro	Preso		
125	Francisco		Escravo da viúva de Manoel Ignácio Lisboa	Preso	2º Distrito de Santana	
126	Felicidade (Maria da Paixão)	Nagô	Liberto, e foi escrava de João Ignácio da Silva	Preso	1º Distrito de Santana	Sentenciada em 64 meses de prisão em 28 de fevereiro de 1835
127	Gaspar da Silva Cunha	Nagô	Liberto (escravo que foi de Manoel da Silva Cunha)	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado à morte (transformada em 600 açoites por recurso)
128	Gaspar		Escravo de Domingos Lopes Ribeiro	Preso	Rua do Paço	(Sentenciado em 300 açoites em 9 de dezembro de 1835)
129	Germano	Camarão	Escravo de José Lourenço	Preso	Rua do Paço	Sentenciado à morte
130	Gonçalo	Nagô	Escravo de Lourenço de tal	Preso	2º Distrito do Pilar	Sentenciado à morte e cumpriu em 14 de maio de 1835
131	Gustaf	Nagô	Escravo de Stuart	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado às galés perpétuas
132	Higino	Nagô	Escravo de Abrão	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	Cumpriu 400 açoites e deu baixa na culpa em 12 de abril de 1848.
133	Higino	Nagô	Escravo de José Maria da Fonseca, morador à cidade Baixa	Preso	Conceição da Praia	Foi solto por despacho do Chefe de Polícia. Morreu no Hospital em 17 de fevereiro de 1835
134	Henrique	Nagô	Escravo de João Inglês	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	
135	Hipólito	Nagô	Escravo de Caetano Alberto de França	Preso		

ROL DE AFRICANOS CULPADOS DO CARTÓRIO DO JURI DO ESCRIVÃO TELES

N.	NOME		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENÇIADOS
136	Jacinto		Liberto, escravo que foi de Cónego Sampaio		1º Distrito de São Pedro	
137	Jacinto		Liberto		1º Distrito da Vitória	
138	Jaime	Nagô	Escravo de Abrão	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado as galés perpétuas em 6 de março de 1835
139	Ignácio de Santana	Nagô	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 4 de junho de 1835 (e deportado)
140	Ignácio	Nagô	Escravo de João de Queirós (Pereira)	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado à morte em 29 de abril de 1835 (transformada em 300 açoites por recurso)
141	Ignácio de Lameira	Nagô	Liberto	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado em 8 anos de prisão com trabalho em 29 de abril de 1835 (transformada em deportação por recurso). (Absolvido e deportado)
142	João Duarte da Silva	Gago (Ussá)	Liberto	Preso (Preso)	1º Distrito da Sé	
143	João Borges		Liberto		2º Distrito da Sé	
144	João Mascarenhas	Nagô	Liberto	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição
145	João	Ussá	Escravo de Domingos Antonio Zuani	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado em 400 açoites em 29 de abril de 1835
146	João	Nagô	Escravo do Inglês João	Preso	2º Distrito de Pilar	
147	João	Nagô	Escravo de José Jones	Preso	1º Distrito de São Pedro	(Sentenciado as galés perpétuas em 10 de fevereiro de 1835)
148	João	Nagô	Escravo de José Marques Ribeiro Guimarães	Preso		Foi solto por despacho do Chefe de Polícia
149	João		Liberto, escravo que foi de Samuel		1º Distrito da Vitória	
150	João	Nagô	Escravo de Abrão	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado as galés perpétuas em 6 de março de 1835
151	João	Nagô	Escravo de Schind		1º Distrito da Vitória	
152	João	Nagô	Escravo de José Mellors que andava no canteiro		1º Distrito da Vitória	
153	Joaquim	Nagô	Escravo de José Mellors	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado a 4 anos de prisão com trabalho
154	Joaquim Rosa (de Santa-Rita)		Franco			
155	Joaquim José Francisco de Mattos	(Nagô) Gago	Liberto	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado em 8 anos de prisão com trabalho em 29 de abril de 1835
156	Joaquim Canafala	(Nagô)	Escravo do (Tenente) Coronel Soares	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado em mil açoites
157	Joaquim	Nagô	Escravo de Pedro Luiz Meira	Preso	2º Distrito de Pilar	Sentenciado à morte e cumpriu em 14 de maio de 1835

N.	NOMES		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENÇIADOS
158	Joaquim	Nagô	Escravo de (Antonio) Falcão	Preso	Conceição da Praia	(Sentenciado as galés perpétuas em 17 de agosto de 1835)
159	Joaquim	Nagô	Escravo de Antonio de Araújo (africano liberto)	Preso	Rua do Paço	(Sentenciado em 156 açoites em 10 de novembro de 1835) (Absolvido)
160	Joaquim Ignácio	Nagô	Liberto, escravo que foi de José Ignácio de Oliveira	Preso	2º Distrito da Vitória	
161	Joaquim	Nagô	Escravo do Brigadeiro Manuel Gonçalves (da Cunha)	Preso	1º Distrito da Sé	(Sentenciado em 460 açoites em 13 de agosto de 1835)
162	Joaquim	Ussá	Escravo de Thomaz de Aquino	Preso	1º Distrito da Penha	
163	Joaquim de Sta. Anna	Barbá	Liberto		Conceição da Praia	Sentenciado em 8 anos de prisão com trabalho em 7 de março de 1835
164	Joaquim	Nagô	Escravo de José da Silva Romão	Preso	2º Distrito da Sé	Sentenciado em 500 açoites (Absolvido e deportado)
165	Jorge Samuel	Mina	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	
166	Jorge da Cruz Barbosa	Nagô	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado à morte e cumpriu em 14 de maio de 1835
167	Jorge	Nagô	Escravo de Borges morador à rua da Poeta	Preso	2º Distrito da Vitória	
168	José	Congo	Escravo de Gaspar da Silva Cunha	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em 600 açoites em 02.03.
168a	José Francisco Gonçalves	Ussá	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 4.06.35 (deportado)
169	José	Jabú	Escravo José Maria da Silva	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	Sentenciado em mil açoites em 14 de maio de 1835
170	José	Nagô	Escravo de Pedro Borges Leitão		1º Distrito de Santo Antonio	
171	José Marques		Liberto		Conceição da Praia	
172	José Gomes	Ussá	Liberto	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	(Absolvido e deportado)
173	José	Nagô	Escravo de Diogo Hars	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	
174	José	Nagô	Escravo de José Pinto Novães	Preso	1º Distrito de Pilar	(Sentenciado em 200 açoites em 02 de novembro de 1835)
175	José	Nagô	Escravo de Gey de Carter	Preso	1º Distrito de São Pedro	Sentenciado em 800 açoites
176	José Machado	Nagô	Liberto	Preso		
177	José da Costa	Gago	Liberto	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em 15 anos de galés de fevereiro 1835)
178	José +	Ussá	Liberto, escravo que foi de Pedro Francisco	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	Sentenciado em absolvição em 17 de maio de 1835
179	José Machado	Gago	Escravo de Custódio Maxado	Preso	1º Distrito da Sé	(Absolvido em 20 de abril de 1836)

Nº	NOMES		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENÇIADOS
180	José (Francisco)	Gege	Escravo de Antonio Pereira do Bonfim (jeje)	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em absolvição em 6 de junho de 1835
181	José	Nagô	Escravo de José Antonio de Araújo (africano libertado)	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado a galles perpétuas
182	José Alará				1º Distrito da Sé	
183	José Francisco Grama		Liberto, morador na Caxoeira	Rua do Paço		
184	Julião de Oliveira	Nagô	Liberto	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 4 de junho de 1835
185	Ivo	Nagô	Liberto	Preso		
186	Ivo	Bomô	Liberto, escravo que foi de João José de Freitas	Preso	1º Distrito da Sé	
187	Izabel	Nagô	Liberta		1º Distrito da Vitória	
188	Joaquim José	Nagô	Liberto, escravo que foi de José Antonio Luiz	Preso		
189	João	Nagô	Escravo de Adolfo Luce		1º Distrito da Vitória	
190	José	Nagô	Liberto, escravo que foi de Germano Firmino Roiz	Preso	1º Distrito de Santo Antonio	Absolvido em 17 de julho de 1846, e apellou o Promotor para a Relação. Foi condenado em novo julgamento de 10 de novembro de 1846, em dez anos de galles. (Absolvido em 5 de agosto de 1835)
191	Lobão Machado	Nagô	Liberto (escravo que foi de D. Joaquina, viúva de Manoel José Machado)	Preso	1º Distrito de São Pedro	
192	Ladislau Ferraz	Bomô	Liberto	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em absolvição (em 30 de abril de 1835)
193	Lauriana (Maria da Piedade)	Nagô	Liberta (escrava que foi de Raimundo Victorino)	Preso	2º Distrito da Sé	(Absolvida em 5 de agosto de 1835)
194	Leandro da Silva	Congo	Liberto, escravo que foi de Jonas Inglês	Preso	1º Distrito de São Pedro, foi só internogado.	Foi solto por despacho do Chefe de Polícia
195	Leonardo	Nagô	Escravo de um cego morador na Lapa, crioulo		1º Distrito de São Pedro	
196	Lino	Nagô	Escravo de José Soares de Castro	Preso	2º Distrito do Pilar na verdade 2º Distrito da Vitória	Sentenciado à morte (transformada em 800 apóites por recursos)
197	Lourenço, irmão de Aprigio	(Nagô)	(Escravo)			
198	Lucas	Nagô	Escravo de Thereza de Tal	Preso		
199	Luiz Ribeiro	(Mina)	Liberto		1º Distrito da Sé	
200	Luiz		Escravo de Sinot	Preso	1º Distrito da Vitória	

127

ROL DE AFRICANOS CULPADOS DO CARTÓRIO DO JURI DO ESCRVAO TELES						
1835						
Nº	NOMES		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENÇIADOS
201	Luiz Sanle	Tapá	Escravo de Pedro Ricardo	Preso	1º Distrito da Sé	Sentenciado à morte (transformada em 500 apóites por recursos)
202	Luiz	Nagô	Escravo de Domingos Pereira Monteiro	Preso	1º Distrito do Pilar	Sentenciado em 500 apóites em 16 de março de 1835
203	Luiz Francisco		Liberto		Rua do Paço	
204	Luiz	Nagô	Escravo de Antonio da Rocha	Preso	1º Distrito do Pilar	(Sentenciado a 300 apóites)
205	Luiz Antonio de Santana		Liberto		Foto do caboto	
206	Luiz Raimundo	Ussá	Liberto		1º Distrito de São Pedro	Não foi sustentado a pronuncia, assim o juiz o pronunciou, e foi solto por despacho do Chefe de Polícia. (Sentenciado em 8 anos de prisão com trabalho em 5 de agosto de 1835)
207	Luiz Vieira	Nagô	Liberto, escravo que foi do Congo (José Vieira de Lemos) Sampaio	Preso	1º Distrito de São Pedro	
208	Luiz	Congo	Escravo de Antonio Pereira Bonfim (jeje)	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em absolvição em 6 de junho de 1835
209	Luiz	Nagô	Escravo de Guilherme Bene (inglês)	Preso	1º Distrito da Vitória	Sentenciado em absolvição em 2 de março de 1835
210	Luiz Francisco Fernandes	Grumá	(Liberto)		1º Distrito da Sé	(Absolvido em 02 de março de 1835)
211	Mama (Adeluz)	(Nagô)	Escravo de Stuart		1º Distrito da Sé	(Morreu durante o levante)
212	Manço	Nagô	Escravo do Visconde de Pirajá		2º Distrito de Brotas	
213	Manço	Cabinda	Escravo de Foster	Preso	1º Distrito da Vitória	(Absolvido em 6 de agosto de 1835)
214	Manoel Gomes Ferrão	(Gege)	Liberto		1º Distrito da Sé	
215	Manoel Calafate	Nagô	Liberto		2º Distrito da Sé	
216	Manoel	Nagô	Escravo de Vidal (africano Ussá)	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em 300 apóites em 6 de junho de 1835
217	Manoel	Nagô	Escravo de João Gregório, morador à Graça	Preso	1º Distrito da Vitória	
218	Maria do Bonfim	(Nagô)	Liberta	Preso	Conceição da Praia	Sentenciada em absolvição em 7 de março de 1835
219	Maria Florinda	Cabra	(Livre)		2º Distrito da Sé	
220	Maria da Conceição	(Tapá)	Escrava de Jerônimo de Castro		2º Distrito de Santana	(Absolvida em 19 de abril de 1836)
221	Marcelina	Mondubi	Escrava do Convento do Desterro	(Preso)	1º Distrito da Sé	(Sentenciado em 23 de maio de 1835)
222	Mathéos Dadá	Nagô	Escravo de José Pereira do Nascimento	Preso	1º Distrito da Sé	(Sentenciado a galles perpétuas em 15 anos em 16 de fevereiro de 1835)
223	Miguel Gonçalves	Bomô	Liberto	Preso	Conceição da Praia	

128

128

Nº	NOMES		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS
224	Miguel Ferreira de Araujo	Ussá	Liberto (escravo que foi de Manoel Ferreira de Araujo)	Preso	1 Distrito de São Pedro	Deportado
225	Marcelina	Mina	Escrava de Anna de Tal (Anna Joaquina)	Preso	(Conceição da Praia)	Foi solta pelo Juz de Direito em 23 de maio de 1835
226	Moura					
227	Matheos	Nagô	Escravo de Rita de tal, moradora à Saudade	Preso		
228	Miguel	Nagô	Escravo de José Mellors Russell		1 Distrito da Vitória	
229	Martinho		Ganhador no Canto da Vitória		1 Distrito da Vitória	
230	Narcizo Pinheiro	(Ussá)	(Liberto)		1 Distrito da Sé	
231	Narcizo	Nagô	Escravo de José Braga	Preso	Conceição da Praia e 2 Distrito do Pilar	
232	Namonim		Escravo de Pedro Luiz Meire		1 Distrito da Sé	
233	Nécio, ou Nelson	(Nagô)	Escravo de José Mellor Russell	(Preso)	1 Distrito da Vitória	(Sentenciado em 700 açotes em 8 de julho de 1837) Morreu no Hospital
234	Noé	Nagô	Escravo da Viúva de Manoel de Oliveira	Preso	1 Distrito da Sé	
235	Nicobé	Nagô	Escravo de Stuart	Preso	1 Distrito da Vitória	
236	Nelson	Nagô	Escravo de José Marques Ribeiro Guimarães	Preso	1 Distrito da Vitória	Foi solto por despacho do Chefe de Polícia
237	Oô	Nagô	Escravo do Vigário da Rua do Paço		1 Distrito da Sé	
238	Oô	Nagô	Escravo de um que mora nas Mercês	Preso	2 Distrito da Sé	
239	Onofre	Nagô	Escravo do Visconde de Pirajá	Preso	2 Distrito do Pilar	
240	Oná	(Nagô)	(Liberto)		1 Distrito da Sé	
241	Pacifico	Nagô	Escravo de Mesquita	Preso	1 Distrito da Sé	Sentenciado em mil açotes (em 2 de março de 1835)
242	Paulo	Nagô	Escravo de Weis		1 Distrito da Vitória	
242	Paulo da Silva Guimarães	Tapa	(Liberto)	Preso	1 Distrito da Sé	(Absolvido em 21 de fevereiro de 1835 e deportado)
244	Paulo	Mina	Escravo de Rita Mana da Paixão	Preso	Conceição da Praia	(Sentenciado em 200 açotes)
245	Paulo da Silva	Ussá	Liberto	Preso	1 Distrito da Sé	(Absolvido e deportado)
246	Pedro	Nagô	Escravo de Mellors Russell	Preso	1 Distrito de Santo Antonio	Sentenciado a morte e cumpriu em 14 de maio de 1835
247	Pedro	Nagô	Escravo de José Felix Bahia	Preso	1 Distrito de Santo Antonio	Sentenciado em 1.200 açotes (em 22 de março de 1835)
248	Pedro André Pinto	Nagô	Liberto	Preso	Conceição da Praia	(Absolvido e deportado)

ROL DE AFRICANOS CULPADOS DO CARTÓRIO DO JURI DO ESCRIVÃO TELES						
1835						
Nº	NOMES		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PREÇOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS
248	Pedro	Nagô	Escravo do Dr. Dantas	Preso	1 Distrito da Vitória	
250	Pedro do Bonfim	Nagô	Liberto	Preso	Conceição da Praia	Sentenciado em 8 anos de prisão com trabalho em 7 de março de 1835
251	Pedro	Nagô	Escravo de Carlos Wulcherer Ingler	Preso	1 Distrito da Vitória	(Sentenciado em 200 açotes)
252	Policarpo	Ussá	Liberto, escravo que foi de João Gregório	Preso, foi solto	2 Distrito da Sé	Sentenciado em absolvição em 1 de maio de 1835
253	Pompêo (da Silva)	Nagô	Liberto	Preso	Conceição da Praia	(Sentenciado em 500 açotes em 23 de agosto de 1835)
254	Pompêo	Nagô	Escravo de José Joaquim Pires	Preso		
255	Pedro	Nagô	Escravo de José Mellors Russell		1 Distrito da Vitória	
256	Paulo Diogo Henriques	Ussá	Liberto	Preso	2 Distrito de S. Pedro	(Absolvido e deportado)
257	Pedro Pinto	Nagô	Liberto (escravo que foi de André Pinto)	Preso	1 Distrito de Santo Antonio	(Absolvido e deportado)
258	Rufino João Portugal	Ussá	Liberto (escravo que foi do Tenente Coronel João José de Souza Portugal) Ganhador no canto da Vitória (Liberto)	Preso	1 Distrito de São Pedro	(Absolvido e deportado)
259	Ricardo		Escravo de José Pinto de Novaes		1 Distrito da Vitória	
260	Ricardo	Nagô	Escravo de Bernardo Jose Ramos	Preso	1 Distrito do Pilar	Sentenciado em 600 açotes em 10 de março de 1835
261	Sabino	Nagô				
262	Sebastião	Nagô	Escravo de Falcão	Preso	2 Distrito do Pilar	
263	Simplicio	Cnngo	Escravo de Joaquim Dias dos Reis	Preso	Conceição da Praia	
264	Silvestre Sabino	Nagô	Liberto		2 Distrito da Sé	
265	Sule	Nagô	Escravo de Stuart		1 Distrito da Vitória	
266	Sule vide Vitório					
267	Sumeno		Liberto	Preso	1 Distrito de Santo Antonio	Sentenciada em 84 meses de prisão com trabalho em 02.03.1835
268	Thereza	Nagô	Liberta		1 Distrito da Sé	E morte
269	Thomá		Escravo de (Antonio) Falcão		Conceição da Praia e 2 Distrito do Pilar	
270	Thomá Antônio	Nagô	Liberto, escravo que foi de Antonio Jose Alves	Preso	Rua do Paço	
271	Thomas	Nagô	Escravo de Frederico Robelard		1 Distrito da Vitória	Sentenciado a morte em 10 de março de 1835 (transformado em 800 açotes em 20 de junho de 1835)
272	Thomas	Nagô			1 Distrito da Sé	

ROLE DE AFRICANOS CULPADOS DE CRIMENS DO JUIZADO ESCRAVÃO TELES
1835

N.	NOMES		LIBERTOS OU ESCRAVOS	PRESOS E SOLTOS	JUIZO DAS CULPAS	SENTENCIADOS
273	Thomas	Nagô	Escravo de Carlos Wucherer	Preso	1. Distrito da Vitoria	(Sentenciado em 300 açoites em 16 de dezembro de 1835)
274	Thomas	Nagô	Escravo de Wels	Preso	1. Distrito da Vitoria	Sentenciado em absolvição em 15 de junho de 1835
275	Tilo	Nagô	Escravo de Joaquim Antonio da Fonseca Casimiro	Preso	1. Distrito do Pilar	
276	Tilo	Nagô	Escravo do Visconde de Prajá	Preso	2. Distrito do Pilar	(Sentenciado em 250 açoites)
277	Torcatto	Nagô	Escravo de José Pinto de Novais	Preso	1. Distrito do Pilar	
278	Tomp	Nagô	Escravo de José Mellors Russell	Preso	(1. Distrito da Vitoria)	(Sentenciado em 500 açoites)
279	Tomp	Nagô	Escravo do inglês João Foster	Preso		
280	Tomp	Nagô	Escravo de Armand		1. Distrito da Vitoria	
281	Tomp	Nagô	Escravo de Moir		1. Distrito da Vitoria	
282	Tilo		Liberto	Preso	1. Distrito de São Pedro	
283	Silvestre José	Ussá	Liberto		1. Distrito da Vitoria	
284	Vico	Nagô	Escravo de Schind		1. Distrito da Vitoria	(Morreu durante o levante)
285	Victório, ou Sule	(Nagô)	Liberto		1. Distrito da Se	
286	Urbano	(Bomô)	Escravo de Jacinta Joaquina de Sá	Preso	Rua do Paço	(Sentenciado em 50 açoites em 14 de dezembro de 1835)
287	Úrsula	Benim	Ganhadeira de peixe		2. Distrito da Se	
288	Silvestre José Antonio	Ussá	Liberto (ex-escravo de Antonia Maria do Amor Divino)	Preso	(1. Distrito de São Pedro)	(Absolvido em 11 de maio de 1835 e depurado)
289	Sintax	Nagô	Escravo de Armand		1. Distrito da Vitoria	

ANEXO
AFRICANOS NÃO INCLUIDOS NO "ROL DE CULPADOS" DO ESCRAVÃO TELES (ESTA LISTA FOI FEITA COM BASE NOS PROCESSOS INDIVIDUAIS - J.J.R.)

N.	NOME	ORIGEM	ESTATUTO LEGAL	SITUAÇÃO	JUIZO	SENTENÇAS
1	Antonio	Crioulo	Escravo	Preso	Conceição da Praia	Interrogado e solto em 27 de abril de 1835
2	Antonio	Nagô	Escravo do Brigadeiro Manoel Gonçalves da Cunha	Preso	1. Distrito da Sé	
3	Antonio Luiz	Bomô	Escravo de Antonio Luiz	Preso	2. Distrito de São Pedro	Absolvido em 20 de fevereiro de 1835
4	Bento	Hausá	Escravo de Maria Rosa	Preso	2. Distrito da Sé	Absolvido
5	Bento	Nagô	Escravo de José Soares	Preso	Conceição da Praia	Absolvido em 06 de fevereiro de 1835
6	Carlos	Nagô	Escravo de João Baptista Fetal	Preso	2. Distrito da Sé	
7	Ciriaco	Nagô	Escravo de João Bento de Souza	Preso	Paço	Absolvido
8	Cipriano Estevão	Benguela	Liberto	Preso	Conceição da Praia	
9	Cosme Damião	Crioulo	Liberto	Preso	Conceição da Praia	Interrogado e solto em 06 de fevereiro de 1835.
10	Ellema	Jeye	Liberto, escravo que foi do preto Ignácio	Preso	1. Distrito da Sé	Interrogado e solto em 27 de abril de 1835
11	Francisco	Nagô	Escravo de Severino Simões	Preso	1. Distrito da Sé	
12	João	Hausá	Liberto	Preso	1. Distrito da Sé	Interrogado e solto em 27 de abril de 1835
13	Joaquim	Nagô	Escravo de Francisco Lopes	Preso	1. Distrito de São	
14	Joaquim	Nagô	Escravo do Brigadeiro Manoel Gonçalves da Cunha	Preso	1. Distrito da Sé	Interrogado e solto em 27 de abril de 1835.
15	José	Nagô	Escravo do Brigadeiro Manoel Gonçalves da Cunha	Preso	1. Distrito da Sé	Interrogado e solto em 27 de abril de 1835.
16	Julião	Nagô	Escravo do Tenente Manoel José Estrela	Preso	2. Distrito de São Pedro	Absolvido em 13 de abril de 1835
17	Lúcia	Nagô	Escrava de José Francisco Moreira	Preso	Pilar	
18	Manoel	Nagô	Escravo do preto José Monteiro	Preso	Conceição da Praia	Absolvida em 05 de junho de 1835. 300 açoites em 6 de junho de 1835
19	Maria Ignéz	Nagô	Escrava de Dona Matilde Felpe d'Oliveira	Preso	Conceição da Praia	
20	Pedro de Lima	Nagô	Liberto, escravo que foi do Padre João Lima do Sacramento	Preso	1. Distrito da Sé	Interrogado e solto em 06 de fevereiro de 1835
21	Raimundo Nunes de Barros	Hausá	Liberto, escravo que foi do português João António dos Santos	Preso	1. Distrito de São Pedro	Interrogado e solto em 17 de fevereiro de 1835.
22	Rodovaldo	Obone	Escravo de João Baptista Fetal	Preso	2. Distrito da Sé	Interrogado e solto em 06 de fevereiro de 1835.
23	Roza	Nagô	Escrava de Sinhá Francisca	Preso	Conceição da Praia	
24	Roza	Nagô	Escravo de Francisco Lopes	Preso	1. Distrito da Sé	Interrogado e solto em 27 de abril de 1835.
25	Valentim	Nagô	Escravo de Francisco Lopes	Preso	1. Distrito da Sé	

Duas informações se fazem pertinentes sobre as listas acima anexadas, a primeira corresponde a superioridade numérica de homens presos e condenados, em contraposição ao número de mulheres relativamente menor que foram absorvidas. E outra constatação é atinente ao nosso trabalho de investigação sobre vestígios de Luiza Mahin, a qual não consta nessas listas, nem em outros anais pesquisados, ratificando assim as informações inicialmente encontradas nos dados bibliográficos.



Arquivo extraído da Hemeroteca, imagem digitalizada de um dos jornais que Luiz Gama Publicou, Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/doceader.aspx?bib=713473&pasta=ano186&pesq=Luiz Gama](http://memoria.bn.br/DocReader/doceader.aspx?bib=713473&pasta=ano186&pesq=Luiz%20Gama)>. Acesso em 18 set. de 2017.



Espaço Cultural Pierre Verger, R Vila América, 18 – Engenho Velho de Brotas, Salvador – Ba
Fotografia tirada por Gécica S. Seles 06 dez. 2016. Nesse espaço podemos encontrar fotografias das diversidades africanas registradas pelo antropólogo Pierre Verger.



Nancy de Souza, conhecida como Dona Cici, mora na Bahia, mas nasceu no Rio de Janeiro. Ela conviveu muitos anos com o antropólogo Pierre Verger, interessada na África, se tornou conhecedora da cultura africana e história da escravidão. Atualmente trabalha na Casa Fundação Pierre Verger, compartilhando seus saberes com visitantes, pesquisadores e crianças que frequentam o espaço localizada na cidade de Salvador - Ba.



Benemar França, tataraneto de Luiz Gama, morador da Cidade de São Paulo, descobriu na escola ser descendente do escritor. Passou a levantar informações a respeito do seu tataravô em acervos públicos da cidade onde vive e fora dela. Recebeu o título póstumo de advogado de Luiz Gama em cerimonia promovida pela OAB SP em 2 de dezembro de 2015.



Sílvio Roberto dos Santos Oliveira, Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas, Professor da Universidade do Estado da Bahia. Autor da tese *Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*, que analisa a carta autobiografia de Luiz Gama e alguns dos seus poemas.



Elciene Rizzato Azevedo, Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana. Autora dos livros *Orfeu de carapinha* e *O direito dos escravos*, que em seus conteúdos trata do autor Luiz Gama e algumas de suas produções.

Apêndice

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS

1. Qual a origem étnica de Luiz Gama, onde nasceu, e quem foram os seus pais?
2. Levando em consideração as relações entre negros e brancos no Brasil oitocentista, que perfis sociais podem ser traçados e porquê?
3. Quais atividades profissionais foram desenvolvidas por Luiz Gama no Brasil Império?
4. Como se deu a atuação de Luiz Gama, nas lutas pela libertação de africanos e seus descendentes?
5. Qual a origem étnica de Luiza Mahin?
6. Qual o papel de Luiza Mahin, mãe de Luiz Gama, nas insurreições negras na Bahia, a exemplo da Sabinada, e posteriormente, suas atividades no Rio de Janeiro?
7. Em que medida a atuação de Luiza Mahin influenciou as posições e a luta de Luiz Gama, em prol da libertação dos escravizados no Brasil.
8. Quais diferenças na atuação de Castro Alves e Luiz Gama enquanto poetas e abolicionista brasileiros?
9. As causas que Luiz Gama defendeu influenciaram a construção de uma identidade negra no Brasil?

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.05.98
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “LUIZ GAMA: IDENTIDADE, ETNIA E RESISTÊNCIA”. Neste estudo, pretendemos pesquisar os elementos que constituem a identidade étnica de Luiz Gama, para conhecer o seu pertencimento étnico e seu posicionamento enquanto militante da causa abolicionista e em defesa dos afrodescendentes e afro-brasileiros no Brasil. O motivo que nos leva a estudar esse assunto não está pautado apenas no estudo sobre literatura, mas sobre o negro e o processo de formação da identidade negra no Brasil. Para tanto, faz-se necessário entender como esse processo surge e se fortalece, por meio de alguns representantes, que tiveram destaque no seu tempo, a exemplo de Luiz Gama, poeta, jornalista e advogado dos escravos, que foi uma figura importante nas lutas emancipatórias e fortalecimento da cultura e identidade afro-brasileira.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): A pesquisa terá caráter qualitativo, bibliográfico e documental, portanto, os dados serão colhidos no Arquivo Público da Bahia, na Casa de Pierre Verger e instituições que detenham registros de compra e venda de escravos, e outras fontes que informam sobre sua Mãe, Luiza Mahin, principalmente sua origem étnica, nação a qual pertenceu. Com isso, visamos compreender qual o pertencimento do personagem Luiz Gama e o que influenciou o seu posicionamento de representação de um grupo étnico. Para tanto, buscaremos entrevistar estudiosos, e descendentes do autor supracitado.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você só será identificado, caso concorde com a identificação na publicação da pesquisa. A entrevista será realizada de forma online, este estudo utilizará dispositivo de armazenamento de áudio, para coleta das informações nas entrevistas, neste sentido, para a sua participação e contribuição, está incluído a utilização da voz. A pesquisa apresenta risco mínimo, o participante pode não querer falar ou desistir da participação a qualquer momento. Apesar disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os benefícios deste estudo são produzir conhecimento, reconhecimento do autor Luiz Gama, contribuir na discussão para os estudos étnicos contemporâneos.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se

impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, ____ de _____ de 2016

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: GÉSSICA SANTOS SELES

ENDEREÇO: RUA HILDEBRANDO NUNES, Nº 269, CENTRO, IPIAÚ, BA

FONE: (73) 3531-7690 / E-MAIL: GESSICASSELES@GMAIL.COM

CEP/UESB- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

RUA JOSÉ MOREIRA SOBRINHO, S/N - UESB

JEQUIÉ (BA) - CEP: 45206-190

FONE: (73) 3528-9727 / E-MAIL: cepuesb.ig@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.05.98
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **Gessica Santos Seles** do projeto de pesquisa intitulado “**LUIZ GAMA: IDENTIDADE, ETNIA E RESISTÊNCIA**”. Neste estudo, pretendemos pesquisar os elementos que constituem a identidade étnica de Luiz Gama, para conhecer o seu pertencimento étnico e seu posicionamento enquanto militante da causa abolicionista e em defesa dos afrodescendentes e afro-brasileiros no Brasil. A realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Salvador - Ba, ___ de _____ de 2016

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável pelo projeto